



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GISELE SILVA RODRIGUES

**O SENTIDO POLÍTICO DE COMUNIDADE: relações de poder e disputas
territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO)**

CATALÃO (GO)
2014

GISELE SILVA RODRIGUES

O SENTIDO POLÍTICO DE COMUNIDADE: relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão, para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

**CATALÃO (GO)
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BSCAC/UGF**

R696s Rodrigues, Gisele Silva.
O sentido político de comunidade [manuscrito]: relações de poder e disputas territoriais em comunidades camponesas de Catalão (GO) / Gisele Silva Rodrigues. - 2014.
129 f. : il. Figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Geografia, 2014.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras, tabelas, fluxogramas.
Anexos.

1. Comunidades camponesas. 2. Relações de poder. 3. Disputas territoriais. 4. Comunidade camponesa Cisterna.- Catalão (GO). I. Título.

CDU: 911.2:347.243 (817.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

Gisele Silva Rodrigues

O SENTIDO POLÍTICO DE COMUNIDADE:
relações de poder e disputas territoriais em
Comunidades Camponesas de Catalão (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Marcelo Rodrigues Mendonça

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás
IESA - Geografia

Maria Erlan Inocência

Prof.^a. Dra. Maria Erlan Inocência
Membro Externo
Universidade Estadual de Goiás
Unidade Pires do Rio - Geografia

Helena Angélica de Mesquita

Prof.^a. Dra. Helena Angélica de Mesquita
Membro Interno
Universidade Federal de Goiás
Campus Catalão – Geografia

Aprovada em 06 de março de 2014.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinadas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Gisele Silva Rodrigues		
E-mail:	ggiselerodrigues@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Estudante		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	O SENTIDO POLÍTICO DE COMUNIDADE: relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO).		
Palavras-chave:	Comunidades camponesas. Relações de poder. Disputas territoriais. Comunidade Camponesa Cisterna/Catalão (GO).		
Título em outra língua:	El sentido de comunidad política: las relaciones de poder y las disputas territoriales en las Comunidades Campesinas de Catalão (GO)		
Palavras-chave em outra língua:	Comunidades campesinas. Las relaciones de poder. Las disputas territoriales. Comunidad Campesina Cisterna/Catalão (GO).		
Área de concentração:	Geografia e Ordenamento do Território		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	06/03/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão.		
Orientador (a):	Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.		
E-mail:	ufgmendonca@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

3. Informações de acesso ao documento:

Liberção para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


Assinatura

Data: 01 / 05 / 2014

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

AGRADECIMENTOS

Aos camponeses e trabalhadores rurais da Comunidade Camponesa Cisterna, pelas contribuições prestadas a essa pesquisa. Aos estudantes, professores e funcionários da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena e à Agente de Saúde da comunidade. Em especial, à Kelly Cristina, filha de camponeses, que me acompanhou nas propriedades durante a pesquisa de campo. E à Maria Enriqueta, sempre disposta a contribuir com a pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo, que possibilitou a realização da pesquisa de Mestrado.

Aos colegas, professores e funcionários da Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão; ao Departamento de Geografia; ao Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/CNPq) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Ao professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, pela orientação e profissionalismo durante a orientação na graduação e no mestrado.

À banca avaliadora do Simpósio Interno do Mestrado (SIM), Prof^a. Dra. Carmem Lúcia Costa, Prof^a. Dra. Helena Angélica de Mesquita e Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarinni, pelas contribuições à pesquisa.

À banca de qualificação, Prof. Dr. Tadeu Alencar Arrais (UFG/IESA/Goiânia) e Prof^a. Dra. Helena Angélica de Mesquita pelas orientações.

À banca de defesa, Prof^a. Dra. Helena Angélica de Mesquita e Prof^a. Dra. Maria Erlan Inocêncio (UEG/Pires do Rio), pelas contribuições e sugestões.

À professora Dra. Helena Angélica de Mesquita, geógrafa de talento indiscutível. Apesar do pouco convívio, muito obrigada pelo incentivo.

Ao Giovani Correia, pelo auxílio nos mapas.

Ao Santiago Cruz e ao Willer Cândido, pelo auxílio na formatação de dados numéricos e do texto.

À Branca, pela correção do texto e pelas sugestões.

À Ana Flávia, pela tradução do resumo para o Espanhol.

À minha família e aos meus amigos, pelo incentivo e carinho constantes.

RESUMO

As características de uma comunidade camponesa são as relações de vizinhança, solidariedade, pertencimento e laços familiares. Essas comunidades enfrentam, no entanto, conflitos internos e externos no processo de apropriação do espaço e na produção de seus territórios e continuam enfrentando. No Brasil, nesses territórios localizados no meio rural, foi feita uma divisão político-administrativa a partir do zoneamento feito pela Igreja Católica. O Estado visava impor-lhes o modelo de desenvolvimento capitalista e deu-lhes a denominação de comunidades rurais. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é compreender as relações de poder, conflitos e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO), especificamente, a partir da análise da Comunidade Camponesa Cisterna, reconhecendo o sentido político que há em uma comunidade, por se tratar de produção de território, a partir de relações de poder. Em contraposição às assim denominadas comunidades rurais, nesta pesquisa utiliza-se a expressão comunidades camponesas que evidencia o tipo de relações sociais de trabalho e de produção por esses sujeitos ao longo da história. Há nas relações internas e externas dessas comunidades um componente político importante que deriva do tipo de suas relações sociais de trabalho e produção que merece ser melhor compreendido. No desenvolvimento da pesquisa, ocorreram as seguintes etapas, construídas simultaneamente: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) e pesquisa de campo. A Comunidade Camponesa Cisterna é uma das 33 Comunidades Camponesas que existem em Catalão (GO), formada, hegemonicamente, por pequenas propriedades camponesas. Tem uma característica que as diferencia das demais: abriga em seu território um povoado, conhecido como Vila Sucena, constituído por trabalhadores rurais oriundos da região Nordeste do país. Das 06 escolas que estão no meio rural em Catalão, uma encontra-se na Comunidade Camponesa Cisterna, na Vila Sucena, a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, que recebe alunos desta e de outras comunidades adjacentes. É, principalmente, através da escola, enquanto instituição de controle social, que o Estado chega a esta população. Na comunidade agem poderes simbólicos e não simbólicos. Procurou-se empreender uma leitura territorial, inserida em sua dimensão política.

Palavras-chave: Comunidades camponesas. Relações de poder. Disputas territoriais. Comunidade Camponesa Cisterna/Catalão (GO).

RESUMEN

Las características de una comunidad campesina son relaciones de vecindad, la solidaridad, pertenencia y vínculos familiares. Estas comunidades se enfrentan, sin embargo, los conflictos internos y externos en el proceso de apropiación del espacio y la producción de sus territorios y siguen enfrentando. En Brasil, en estos territorios situados en las zonas rurales, se hizo una división político-administrativa de la zonificación por la Iglesia Católica. El Estado buscaba imponer el modelo de desarrollo capitalista y por eso les dio el nombre de las comunidades rurales. En este sentido, el objetivo de esta investigación es comprender las relaciones de poder, los conflictos y las disputas territoriales en las Comunidades Campesinas de Catalão (GO), en especial, a partir del análisis de la Comunidad Campesina Cisterna, reconociendo el sentido político que hay en una comunidad, ya que se trata de la producción territorial, desde las relaciones de poder. En contraste con las llamadas comunidades rurales, en esta investigación utilizamos las Comunidades Campesinas expresión que muestran el tipo de relaciones sociales de trabajo y la producción de estas personas a lo largo de la historia. Hay en las relaciones internas y externas de estas comunidades un importante componente político que se deriva del tipo de relaciones sociales de trabajo y producción que merece ser mejor entendida. En el desarrollo de la investigación, los pasos siguientes se construyeron simultáneamente: a) la investigación teórica; b) la investigación documental; c) y la investigación de campo. La Comunidad Campesina Cisterna es una de las 33 comunidades campesinas existentes en Catalão (GO), formado hegemónicamente por pequeñas propiedades campesinas. Tiene una característica que los diferencia de los demás, tiene un pueblo conocido como Vila Sucena, que consta de los trabajadores rurales de la región nordeste del país. De las 06 escuelas que se encuentran en las zonas rurales en Catalão, uno se encuentra en la Comunidad Campesina Cisterna en Vila Sucena, la Escuela Municipal Maria Bárbara Sucena que reciben alumnos de esta y de otras comunidades circundantes. Es principalmente a través de la escuela como institución de control social, que el Estado llega a esta población. En la comunidad desarrolla poderes simbólicos y no simbólicos. Ha intentado realizar una lectura territorial, situado en su dimensión política.

Palabras clave: Comunidades campesinas. Las relaciones de poder. Las disputas territoriales. Comunidad Campesina Cisterna/Catalão (GO).

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Comunidade Camponesa Cisterna: gênero dos entrevistados.....	28
GRÁFICO 2 – Comunidade Camponesa Cisterna: faixa etária dos entrevistados/as e cônjuges.....	29
GRÁFICO 3 – O auge da produção de alho em Catalão (GO) – 1980-1995.....	40
GRÁFICO 4 – Índices de Pobreza e Pobreza Extrema no Brasil – 1981-2011.....	64
GRÁFICO 5 – Comunidade Camponesa Cisterna: tamanho das propriedades dos entrevistados/as.....	65
GRÁFICO 6 – Comunidade Cisterna em Catalão (GO): produção agrícola.....	66
GRÁFICO 7 – Comunidade Cisterna em Catalão (GO): criação de animais.....	67
GRÁFICO 8 – Produção de alho em Catalão (GO) – 2000-2012.....	68
GRÁFICO 9 – População urbana e rural de Goiás – 1980-2010.....	71

LISTA DE FLUXOGRAMAS

FLUXOGRAMA 1 – Estrutura da pesquisa	25
--	----

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Vista parcial do nucleamento da Comunidade Cisterna em Catalão (GO).....	36
FOTO 2 – Moradia construída próxima ao curso d'água.....	45
FOTO 3 – Transporte de alunos e professores para a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena.....	54
FOTO 4 – Entrada da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena na Comunidade Cisterna.....	55
FOTO 5 – Altar com as imagens dos santos homenageados na festa da Comunidade Cisterna.....	103
FOTO 6 – Organização dos enfeites da festa.....	104
FOTO 7 – Festa da Comunidade Cisterna.....	105
FOTO 8 – Devotos em procissão.....	106
FOTO 9 – Cavalgada em comemoração a festa da escola.....	107
FOTO 10 – Festa da Escola Municipal Maria Barbara Sucena.....	107
FOTO 11 – Oficina Coletiva.....	111
FOTO 12 – Aspectos da Comunidade Cisterna.....	111

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização dos Ranchos, da Escola Maria Barbara Sucena e do centro comunitário da Comunidade Cistena.....	42
FIGURA 2 – Esquema de disciplina e do panóptico.....	56
FIGURA 3 – Panorama geral da Comunidade Cisterna e atividades ligadas ao capital.....	77
FIGURA 4 – Turmas de técnicos em formação.....	97
FIGURA 5 – Construção de centros comunitários no Brasil.....	99
FIGURA 6 – Cursos para agricultores e professores rurais.....	100
FIGURA 7 – Formas de organização das comunidades.....	101
FIGURA 8 – Atividades implantadas nas Comunidades Camponesas.....	102
FIGURA 9 – Mosaico de desenhos de estudantes da Escola Maria Bárbara Sucena.....	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – População urbana e rural de Catalão (GO) – 1960-2010.....	33
QUADRO 2 – Formas de Associação.....	60
QUADRO 3 – Comunidade Camponesa Cisterna – Diversidade da produção.....	69
QUADRO 4 – Comunidade Camponesa Cisterna – Moradia das famílias camponesas.....	70
QUADRO 5 – População rural e urbana do Brasil –1940-2010.....	72
QUADRO 6 – Processo de modernização do território goiano.....	91
QUADRO 7 – Mudanças e permanências da Comunidade Cisterna.....	112

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Comunidades Camponesas de Catalão (GO) – 2013.....	20
MAPA 2 – Localização da Comunidade Cisterna – Município de Catalão (GO).....	37
MAPA 3 – Carta Imagem Localização da Comunidade Cisterna – Município de Catalão (GO).....	38
MAPA 4 – Carta Hipsiométrica da Comunidade Cisterna – Município de Catalão (GO).....	43
MAPA 5 – Carta tipo de solos da Comunidade Cisterna – Município de Catalão (GO).....	44
MAPA 6 – Carta uso da ocupação do solo da Cisterna – Município de Catalão (GO).....	46

O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e a transcendência: “O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”. Portanto, seria inútil procurar o poder “na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiariam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis”.

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação [...] O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.

CLAUDE RAFFESTIN (1993, p. 52 – 58, grifos meus).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 RELAÇÕES DE PODER E DISPUTAS TERRITORIAIS: reconhecendo o problema, delineando o caminho metodológico e conhecendo o lugar da pesquisa, Comunidade Camponesa Cisterna de Catalão (GO)	17
2.1 Reconhecendo o problema da pesquisa	18
2.2 Caminho metodológico da pesquisa: fases, tipos, técnicas e procedimentos.....	26
2.3 O lugar da pesquisa: Comunidade Camponesa Cisterna de Catalão (GO).....	31
3 COMUNIDADES CAMPONESAS DE CATALÃO (GO): conflitos e disputas territoriais	48
3.1 O sentido político de <i>comunidade</i>	50
3.2 As políticas públicas para o meio rural: as disputas territoriais da Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO)	62
3.3 A modernização do território goiano: revisitando a história para compreender a situação local.....	78
4 ZONEAMENTO DO MEIO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE PODER: Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO)	93
4.1 As políticas públicas de desenvolvimento rural e a <i>invenção</i> das comunidades rurais.....	95
4.2 A centralização das atividades da comunidade em um mesmo espaço físico.....	98
4.3 Leituras da micropolítica: as relações de poder simbólico a partir da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena.....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	126

1 INTRODUÇÃO

As características de uma comunidade camponesa são as relações de vizinhança, solidariedade, pertencimento e laços familiares, como se não houvesse conflitos nestes espaços. Essas comunidades, no entanto, enfrentam conflitos internos e externos no processo de apropriação do espaço e na produção de seus territórios. No Brasil, esses territórios localizados no meio rural, foi feita uma divisão política-administrativa a partir do zoneamento feito pela Igreja Católica. O Estado visava impor-lhes o modelo de desenvolvimento capitalista e deu-lhes a denominação de comunidades rurais. Esta divisão político-administrativo é uma ação de reprodução do território ou de territorialização, nesses lugares, do Estado e da Igreja Católica, que oficializa as práticas religiosas *populares*, embora a Igreja não tenha chegado primeiro. Cada segmento da sociedade possui um modo específico de compreender o que vem a ser uma comunidade e de se relacionar com ela conforme seus próprios interesses.

Apresentamos nesta pesquisa a expressão de comunidades camponesas, que põe em evidência as relações sociais de trabalho e de produção historicamente construídas pelos sujeitos que vivem nestes territórios. Como o poder político ou as relações de poder, está diretamente associado a essas relações sociais, numa comunidade camponesa há um componente político, também por suas relações com o restante da sociedade. A ênfase no teor político que há em uma comunidade camponesa leva à análise das relações de poder e das disputas e conflitos territoriais internos e externos. O teor político é evidente nas relações de poder estabelecidas entre os membros da comunidade, quando impõem suas territorialidades, e entre a comunidade e a sociedade em geral, quando tentam defender seu território.

Em Goiás, as transformações recentes no território foram incentivadas pela presença marcante de ações estatais e privadas instituídas para promover a modernização do campo a partir do ideário desenvolvimentista. Assim, a produção do território goiano se deu pela ação de diferentes sujeitos: as grandes empresas capitalistas, Estado, por meio das políticas públicas. No meio rural do município de Catalão (GO), este processo está interligado à formação de comunidades rurais na década de 1970, pela Igreja Católica que criou o movimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), a partir do que construiu centros comunitários para atividades religiosas e não religiosas próximas às escolas que já existiam ou em propriedades em que já era costume celebrar missas na casa da família. Geralmente alguma família doava um terreno ao santo de sua devoção e nele construía-se o centro comunitário. Um fato que influenciou o uso político-administrativo do termo foi a assistência

técnica (extensão rural) que foi oferecida pelo governo estadual na mesma época que utilizava o zoneamento feito pela Igreja Católica. Desse modo, passou a ser utilizado o termo por outros órgãos estaduais e federais no município de Catalão (GO).

É neste período que o desenvolvimento rural é, convenientemente, transformado em objetivo a ser alcançado pelas comunidades camponesas, a partir da aplicação de um conjunto de políticas públicas e esforços de modernização dos territórios. É uma forma de gestão do território, portanto, de controle social, impõe-se as normas para alcançar o desenvolvimento desejado pela sociedade. Todavia, esse desenvolvimento não aconteceu de forma homogênea, mesmo porque as ações foram desenvolvidas em comunidades rurais com construções sócio-culturais não idênticas. O conflito se estabelece, uma vez que os sujeitos que adentram o espaço do outro para ali produzir o seu território apresentam conteúdos de classe distintos. Dessa forma, explicitam-se as relações de poder e disputas territoriais em comunidades camponesas e, nesta pesquisa, o alvo será a Comunidade Cisterna em Catalão (GO).

Considera-se, nesta pesquisa, que o poder é uma relação, que não se resume ao Estado, portanto, o poder é representado por um conjunto de instituições regido pelo direito e é expresso também nas relações entre os sujeitos que escapam aos aparelhos do Estado, como assinalado por Raffestin (1993). Estes poderes possuem, por representar frações de classe, ou mesmo grupos com interesses e articulações diferentes, visibilidade diferente, pois encontram-se em condições desiguais de forças. Essas relações de poder perpassam o cotidiano de todos os membros e influenciam em suas vidas e relações sociais e de trabalho. Configura-se assim, numa dimensão política na comunidade. Na Comunidade Camponesa Cisterna, ao mesmo tempo em que permanecem relações comunitárias, de reciprocidade e ajuda mútua entre os camponeses e trabalhadores rurais, a produção insere no mercado global. Arendt (2007) associa o termo política à liberdade que não estaria localizada no homem em si, naturalizada, mas apenas na relação entre os homens.

A convivência entre estruturas produtivas distintas constituem no que se denomina por Thomaz Júnior (s/d) de disputas territoriais: de um lado o agronegócio, com grandes extensões de terra e produção destinada aos mercados distantes, as *commodities*¹, que representa o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, pautado pela modernização da agricultura. Os latifundiários possuem as melhores terras, mais férteis, mais

¹ Thomaz Júnior (s/d) ressalta que as *commodities* estão vinculadas aos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros e todo o aporte público (logística, infraestrutura), “[...] que ultrapassam as raíais comerciais dos mercados locais e dos produtos *in natura* e ganham as bolsas de valores (mercado de futuros), os esquemas especulativos.” (THOMAZ JÚNIOR, s/d, p. 6).

planas, com condições hídricas diferenciadas, acesso à logística de transporte e apoio de políticas públicas. Porém, a lógica familiar camponesa que, no município de Catalão, está concentrada em comunidades rurais e que, apesar das dificuldades, conta com o apoio e financiamento público, resultados de lutas nas diversas escalas políticas (movimentos sociais, associações etc), não é mais da maioria dos camponeses.

Nesse contexto, o município de Catalão, localizado na Região Sudeste de Goiás, passou por uma reorganização espacial nas últimas décadas. Isso implicou na desterritorialização de parcela significativa dos camponeses que praticavam a agricultura camponesa, direito de usufruto da terra e de sua renda passou àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, vindos da Região Sul do país e se instalando, principalmente, nas áreas de chapada². Nesta região, ocorreram investimentos do Estado em políticas desenvolvimentistas, visando a produção de *commodities*. Entretanto, Comunidades Camponesas ainda resistem, contrapondo-se, mas também se adequando, conforme seus interesses, ao desenvolvimento. Outros projetos desenvolvimentistas que tem acarretado a desterritorialização de camponeses são a construção de hidroelétricas e a territorialização e expansão de mineradoras na região.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender as relações de poder e as disputas territoriais em comunidades camponesas de Catalão (GO), especificamente, a partir da análise da Comunidade Camponesa Cisterna. Assim, buscou-se uma leitura territorial das relações de poder, compreendidas a partir de uma perspectiva relacional do espaço, e considerando sua dimensão política. A causa da escolha desta comunidade para objeto de pesquisa é que a pesquisadora já a havia conhecido no ano de 2009 e tido contato com os sujeitos que a compõem. Primeiramente, foi possível perceber que esta se diferencia das demais comunidades camponesas do município de Catalão (GO) pelo modo como exerce seu domínio sobre o seu território, o que cria territorialidades próprias com que fazem com que este território tenha especificidades. Uma característica é que as relações sociais de trabalho e produção na Comunidade Cisterna já são capitalistas, ou seja, assalariadas e precarizadas. A ajuda mútua, a vizinhança e a solidariedade (tão enfatizadas quando se trata de comunidades camponesas) se mesclam com outros interesses conforme a posição/hierarquia dos membros,

² Estas áreas apresentavam solos pouco férteis para cultivos intensivos e excesso de água no período chuvoso, o que dificultava as atividades agrícolas.

principalmente em relação à Vila Sucena³, além disso, a comunidade está em disputa territorial com mineradoras, empresários rurais etc.

O interesse pelo tema surgiu no decorrer da Graduação em Geografia, na Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão, quando em um Projeto de Pesquisa intitulado *Diagnóstico Socioambiental na Comunidade Olaria/Cisterna em Catalão (GO)*, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, esta pesquisadora foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/ 2009/2011), junto ao Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/CNPq). Como bolsista, pude me dedicar aos estudos e ao desenvolvimento da pesquisa, o que possibilitou a participação em simpósios, trabalhos de campo, realização de publicações, além do contato com diferentes pesquisadores e do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesta área.

A importância da pesquisa, no âmbito da Geografia, é que ela visa satisfazer a necessidade de compreender as comunidades camponesas a partir das relações e do conflito, este último, tido como inexistente nas referidas Comunidades do município de Catalão (GO). Essas pesquisas compreendem as comunidades a partir de características comuns entre os membros, o que torna a análise desses espaços reducionista. Somam-se a isso as ações do Estado que, por meio de políticas públicas, introduz mudanças nesses territórios. As políticas que atingem essas comunidades, além de serem escassas e sustentadas por recursos mais do que limitados, oferecem caminhos padronizados de inserção à lógica da modernização, longe do respeito às suas formas de vida e aos usos pré-existentes do território.

Esta dissertação encontra-se organizada em quatro seções, das quais a primeira é Introdução e a última são as Considerações Finais. Na segunda seção, intitulada *Relações de poder e disputas territoriais: reconhecendo o problema, delineando o caminho metodológico e conhecendo o lugar da pesquisa, Comunidade Camponesa Cisterna de Catalão (GO)*, o objetivo foi apresentar o problema pesquisa, a metodologia utilizada e a área de estudo. Na terceira seção, intitulada *Comunidades Camponesas de Catalão (GO): conflitos e disputas territoriais*, o objetivo é discutir as condições para as relações de poder e as disputas territoriais em uma comunidade camponesa, ressaltando o sentido político de Comunidade. Na quarta seção intitulada *O zoneamento do meio rural, políticas públicas e relações de poder: Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO)*, a intenção é evidenciar a

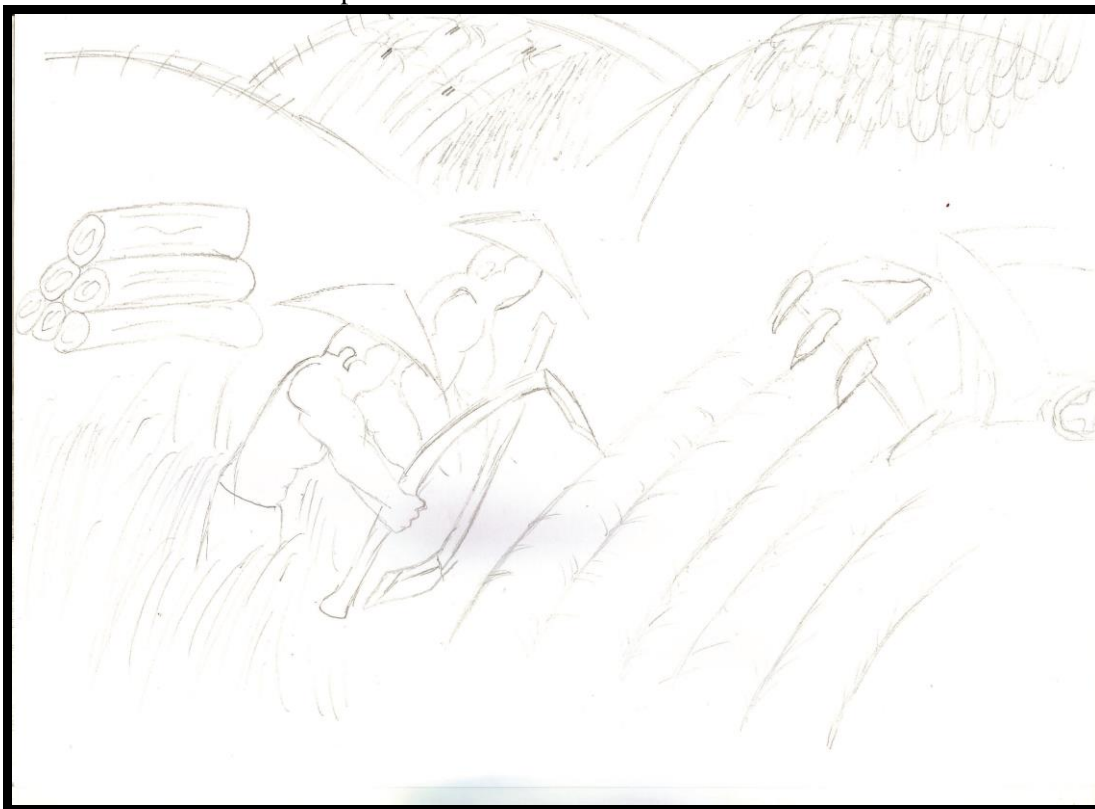
³ A Vila Sucena surgiu na década de 1980 e se localiza na Comunidade Cisterna. Este nome é devido à família Sucena que vive na Comunidade, responsáveis pela doação do terreno para a construção da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, donde se aglutinaram moradores, constituindo a Vila. A Vila Sucena também é conhecida na Comunidade como Vila dos Baianos, por abrigar migrantes da região nordeste do país.

dimensão cotidiana da comunidade, refletindo sobre as relações de poder estabelecidas neste território.

2 RELAÇÕES DE PODER E DISPUTAS TERRITORIAIS: reconhecendo o problema, delineando o caminho metodológico e conhecendo o lugar da pesquisa, Comunidade Camponesa Cisterna de Catalão (GO)

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. O problema da escala sendo, bem entendido, posto de lado. Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. (CLAUDE RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Desenho: Comunidade Camponesa Cisterna.



Autor: Estudante da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, filho de trabalhadores rurais da Vila Sucena – Comunidade Camponesa Cisterna (2013).

Neste capítulo objetiva-se compreender as relações de poder e as disputas territoriais em comunidades rurais, para o que é necessário reconhecer e delinear o caminho metodológico da pesquisa. Inicialmente há que considerar que no conceito de comunidade está implícito um elemento: o conflito, e é preciso analisá-lo. Isso se deve ao teor político de toda comunidade humana. Portanto, é necessário considerar os sujeitos que constituem esses territórios chamados, neste trabalho, comunidade camponesa, que, justamente, por apresentarem esse teor político se diferenciam das comumente chamadas comunidades rurais, que são unidades político-administrativas criadas e usadas pelo Estado. Apesar de serem distintas as duas concepções, portanto, as duas formas de existir, são políticas, porque nelas ocorrem e delas emergem conflitos, originados das relações de poder e disputas territoriais travadas cotidianamente. Essas duas formas diferentes de conceber essas organizações sociais também representam projetos distintos de desenvolvimento para esses territórios.

Para esta análise, tomaremos a Comunidade Cisterna, em que são evidentes os conflitos criados por novos arranjos territoriais que assumem configuração e significados diferentes para os diferentes sujeitos, principalmente, o Estado através de políticas públicas. De acordo com as proposições de Raffestin (1993), o território é o resultado de relações sociais de poder e dominação. É, portanto, uma construção social realizada em acordo com as necessidades, desejos e limitações daqueles que o executam. A (des)construção de um território pode ter inúmeras razões, no entanto, sempre estarão na origem dessas razões relações de poder em que são travadas disputas pelo território. Para os sujeitos que vivem esses conflitos na iminência de serem desterritorializados o território é um elemento importante, talvez o principal, para a sua continuidade, permanência, existência e para o reconhecimento do seu grupo de pertencimento.

2.1 Reconhecendo o problema da pesquisa

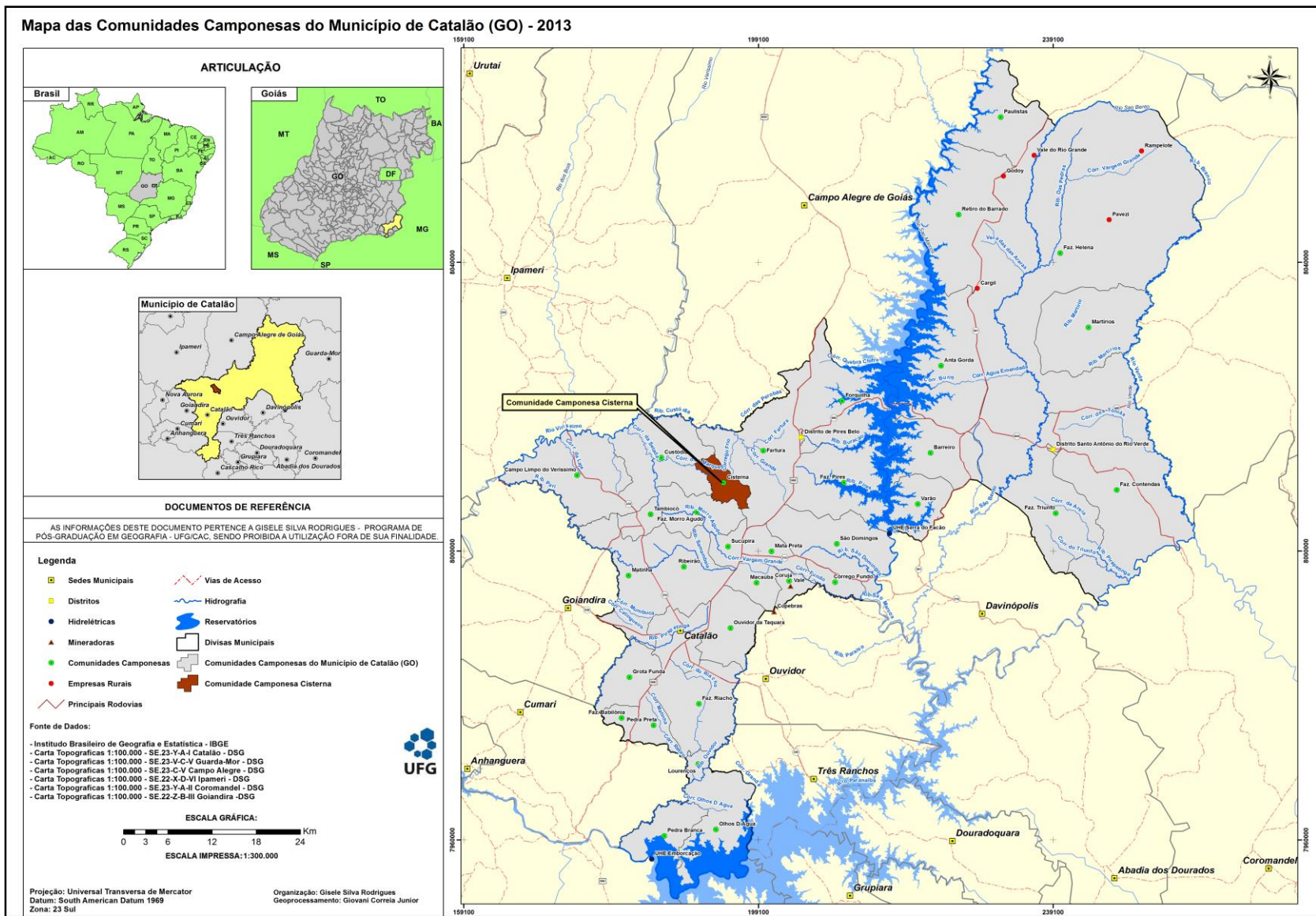
A percepção da importância das relações de poder e disputas territoriais em comunidades camponesas de Catalão (GO) ocorreu em pesquisas de campo, a partir do ano de 2009, quando esta pesquisadora reviu e/ou as conheceu, devido à sua participação em projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa GETeM/UFG/CNPq. Nas pesquisas acadêmicas que tem como objeto as comunidades rurais, em sua maioria da Ciência Geográfica, predominam as análises em que se consideram a partir das pessoas territorializadas, o pertencimento ao lugar, as relações de parentesco, de amizade e de solidariedade com a vizinhança, como se estes elementos (ora juntos ora separados) fossem o único código para a leitura desses

espaços. Não se leva em conta as transformações históricas e geográficas que ocorreram, principalmente, devido à ação do Estado no meio rural e que geraram conflitos hoje enfrentados pelos sujeitos que vivem do/no território.

E isso causou alguns questionamentos. Pesquisas em que se cultua uma ideia das comunidades humanas em que o conflito não aparece congelam e homogeneizam a realidade sócio-espacial. Porém, há uma resistência ao poder que está se impondo, que pode ou não ser coercitivo, na reapropriação desses territórios e essa realidade vai sofrendo mudanças. Certamente haveria alternativas a isso, tanto no quadro teórico – metodológico das ciências sociais e humanas. Desse modo, delinear o caminho para a realização da pesquisa exigiu um diálogo constante da Geografia com outras ciências sociais e humanas como Sociologia, Filosofia, Economia, História e, ao mesmo tempo, entre teoria e empiria para uma renovação do conceito de comunidade rural considerando o espaço geográfico que essa organização social produz e ocupa e os acontecimentos históricos que a atingem diretamente. Assim, chegou-se ao termo comunidades camponesas, o qual permite melhor compreender os conflitos que emergem nessa organização social, comunidade humana, que não é caracterizada apenas pelo meio em que se insere e que está em constante mutação ainda que não pareça ou que isso só se torne explícito no futuro histórico.

A regionalização feita pela Igreja Católica no território rural do município de Catalão, por meio da criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), também criadas no meio urbano, foi a grande responsável pelo uso da denominação comunidades adjetivado de rurais em diferenciação às comunidades urbanas. Portanto, a designação local para as comunidades humanas, enquanto organizações sociais do meio rural do município de Catalão é comunidades rurais, usado inclusive a Universidade, profissionais e órgãos públicos que aplicam políticas públicas na região⁴, o que o torna oficial. Neste trabalho, porém optou-se pelo uso do termo comunidades camponesas. O mapa 1 traz a localização das 33 Comunidades Camponesas do município de Catalão (GO).

⁴ Neste trabalho, consideram-se como componentes do meio rural do município de Catalão as 33 comunidades rurais reconhecidas, aqui, porém denominadas comunidades camponesas.



Mapa 1: Comunidades Camponesas do Município de Catalão (GO) – 2013.

A grande aceitação e utilização do termo comunidade rural transformou esses espaços em unidades político-administrativas, o que demonstra a predominância do Estado no processo constante de criação e recriação de territórios, em contraposição à visão liberal de que a pobreza e/ou a falta de acesso a bens e serviços, tanto privados quanto públicos, pelas pessoas de um lugar é da responsabilidade delas mesmas e do modelo de desenvolvimento que se tem no país. Quando, na verdade, são as relações sociais e de trabalho injustas que causam as desigualdades sociais, a pobreza e, o Estado, que deveria combatê-las, as perpetua porque está sempre defendendo os interesses das classes dominantes.

Antes dessa regionalização feita pela Igreja Católica no meio rural do município, essas organizações sociais nascidas espontaneamente eram conhecidas por fazendas⁵. Nas grandes glebas de terra havia o predomínio da criação de gado como atividade econômica e o termo fazenda surgiu em contraposição às atividades agrícolas, que eram apenas subsistência e os locais em que eram praticadas, geralmente por trabalhadores que não eram proprietários de terra ou eram proprietários de pequenas glebas em parceria com o latifundiário, eram chamadas roça, termo considerado pejorativo por muitas pessoas ainda hoje por carregar consigo a noção de pobreza de quem vivia de *tocar roça*. As fazendas não tinham limite definidos e em geral o fazendeiro não possuía o título legal da propriedade. Nessas grandes propriedades ocorria um processo de agregação de sujeitos que trabalhavam na terra e forneciam alimentos para o consumo de toda a fazenda. A criação de gado necessitou da produção de alimentos, ao mesmo tempo, que a produção de alimentos ampliou a produção do gado. A medida em que eram vendidas partes das propriedades ou que elas eram divididas por heranças iam se formando novas glebas, ainda grandes, em sua maioria.

As mudanças econômicas que os municípios do estado de Goiás, como um todo, sofreram nas primeiras décadas do século XX, passando a produzir mais alimentos, provocaram também alterações na configuração do meio rural: a formação e valorização de pequenas propriedades com características especificamente camponesas. Um dos motivos que levaram estas propriedades a serem divididas é a herança. As famílias em geral eram numerosas. A repetição sucessiva da partilha da terra em parcelas cada vez menores também forçava a maioria dos agregados a buscar novas terras para trabalharem ou se assalariarem nos meios urbanos. Novas parcelas eram criadas também pelo processo de especulação⁶, que ocorreu em municípios como Catalão, ao terem suas economias integradas aos mercados

⁵ Estas fazendas adquiriam o nome da família que inicialmente era a proprietária da terra como, por exemplo, Fazenda Pires, Fazenda Forquilha, Fazenda Barreiro, Fazenda Helena, dentre outras, localizadas no Mapa 1.

⁶ Compra-se a terra para revendê-la por um preço superior ao que se comprou.

regional e nacional, provocando uma fluidez de mercadorias e o crescimento de algumas cidades que possuíam estação ferroviária. A estrada de ferro foi a primeira via de transporte moderno a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados, principalmente, do Sudeste do país⁷.

Este novo meio de transportes e comunicação possibilitou, também, a migração de populações de outras regiões do país, principalmente do Sudeste, em busca de terra para se apropriarem. Os fazendeiros que já estavam nesta localidade e não possuíam capital para produzir vendiam parcelas de suas terras a esta população. Todavia, na denominação das novas fazendas, o nome da antiga fazenda de gado continuava, o nome da família antiga proprietária de toda a terra, como podemos observar no Mapa 1⁸. Mas, havia uma nova forma territorial nestes lugares: a grande fazenda transformou-se em pequenas e médias propriedades. Mesmo com as propriedades camponesas destinadas à agricultura e à pecuária para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local, baseadas no trabalho familiar, tendo aumentado em quantidade e importância, a maior parte das terras continuou concentrada em grandes propriedades, com a criação extensiva de gado e utilizando trabalho assalariado.

Na mesma época em que a Igreja Católica fez essa regionalização do campo do município de Catalão (GO), já estava em andamento a modernização conservadora da agricultura que viria a aumentar cada vez mais nos anos seguintes. As 33 Comunidades Camponesas do município de Catalão (GO) estão citadas no cotidiano dos órgãos municipais e nas cartas do IBGE da década de 1970 (Projeto RADAM), mas, oficialmente, o município de Catalão não possui (até o levantamento de dados ocorrido no mês de dezembro de 2013) um mapeamento dessas comunidades, o que demonstra um descaso para com esta população rural. Portanto, em muitas dessas comunidades houve muitas transformações, podendo ali terem permanecido somente algumas famílias camponesas e de médios proprietários e podendo haver a predominância de grandes propriedades, de empresários rurais, dentre outras.

O município de Catalão (GO), desde a Revolução Verde, tem sido alvo de diferentes projetos de desenvolvimento rural do Estado, como o incentivo às grandes monoculturas. Além disso, ocorreu a construção de hidroelétricas e a territorialização e expansão de mineradoras. Toda essa situação desterritorializou inúmeras famílias

⁷ No Capítulo 2, tratar-se-á sobre como ocorreu o processo de modernização do território goiano, inclusive como se deu no meio rural e urbano (buscando não cair na dualidade), dando ênfase na estrutura que se configurou através de várias Marchas para o Oeste: as bandeiras, a ascensão da agropecuária, a integração via estrada-de-ferro e a marcha desenvolvimentista de Vargas.

⁸ Manteve-se no Mapa 01 a denominação de Fazenda em algumas regiões do meio rural do município de Catalão (GO), como consta nas cartas topográficas do IBGE da década de 1970.

camponesas. O campesinato, mesmo diante das barreiras impostas à sua reprodução, continua criando e recriando condições para existir através das relações sociais e de trabalho estabelecidas dentro das comunidades camponesas.

No estabelecimento e reconhecimento do problema surgiu a necessidade de um conceito que pudesse ser aplicado à empiria. Primeiramente, porque o conceito de comunidade, convencionalmente usado, apresenta um limite que é, justamente, o fato de considerar que no meio rural do município de Catalão (GO), as comunidades, denominadas rurais, não estabelecem nem enfrentam relações de poder e disputas territoriais, portanto, não tem conflitos territoriais, o que possui um aspecto político. Então, havia um aparente problema a ser contornado que era justamente o conceito de comunidade advindo da Antropologia, da Sociologia e da Biologia, que trata das relações em comum de indivíduos que formam grupos. O problema da pesquisa em sua realidade, em sua experientiação e vivência requeria uma abordagem política.

Percebeu-se numa reflexão teórico-empírico sobre o problema duas questões:

1. O conceito de comunidade comumente utilizado na academia é caracterizado por relações sociais e de trabalho entre indivíduos de um lugar que tem entre si laços de parentesco e pertencimento, e praticam a solidariedade e a ajuda mútua. Portanto, há uma contradição nessa representação de comunidade, pois, mesmo em se tratando de um grupo humano com algum grau de organização social, por ele não perpassa o conflito.
2. O conceito de comunidade rural é político-administrativo, por ser amplamente utilizado no município de Catalão por órgãos públicos e, também, pela academia e ele se refere tanto às relações constituídas em território quanto a um determinado território alvo de políticas estatais. Portanto, há uma abordagem técnica, objetiva, pode-se até dizer, física, e uma abordagem social no mesmo conceito de comunidade rural.

A compreensão dessa situação acabou apontando os caminhos a seguir na pesquisa. Já no primeiro ano do mestrado (2012), o enfoque da pesquisa foi se organizando. Com o início das aulas e das leituras, alguns pontos que já haviam sido pensados tomaram mais importância. Foram retomadas algumas reflexões sobre poder e controle social. No ano de 2011 (durante o último ano da graduação em Geografia na UFG/CAC) cursei uma

disciplina no Departamento de Letras sobre análise do discurso, com base nos estudos de Michel Foucault. E, assim, as reflexões sobre poder e controle social foram se relacionando com a análise do território.

Território, aqui, é compreendido a partir das relações de poder, ou seja, de sua dimensão política. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem, ao mesmo tempo, inseri-los num determinado contexto geográfico-territorial, como assinalado por Haesbaert (2009). Para Raffestin (1993, p. 48), compondose “de duas faces”, “expressão” material e “conteúdo” significativo, simbólico, o espaço é um “espaço relacional”, “inventado” pelos homens. Para Raffestin a natureza do poder é determinada pelas seguintes características:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma posição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

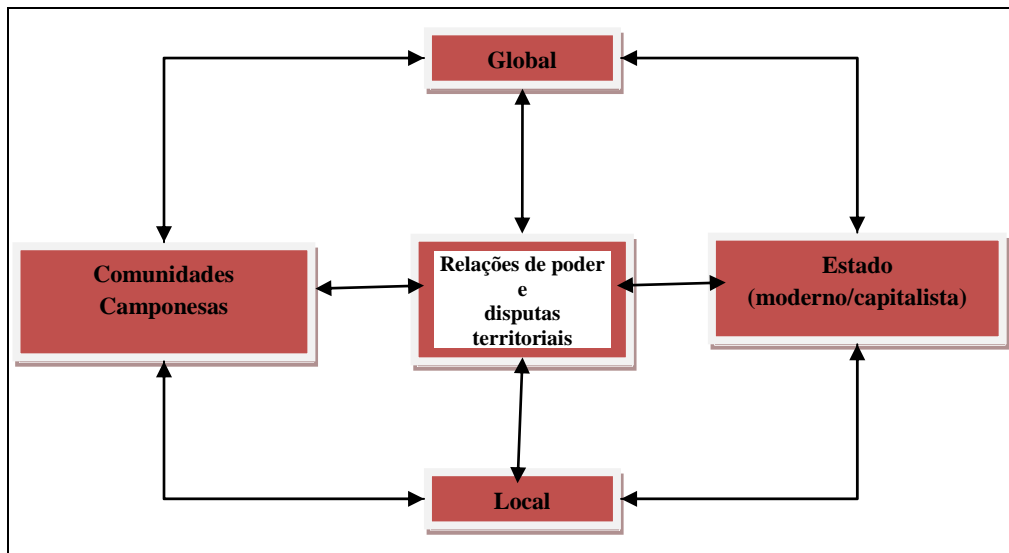
Estas são também as características que Foucault vê no poder que, portanto, não é objeto ou coisa, mas, relação, e não há uma centralidade de onde emana. Com base nesta definição de poder, a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou seja, é um determinado espaço socialmente apropriado, produzido. Também para Raffestin, o poder que se enraíza no trabalho, “força dirigida, orientada, canalizada por um saber” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Ao apropriar-se do trabalho, a sociedade capitalista o destrói, separando a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, impedindo o homem de dispor de uma ou de outra concomitantemente. Isto porque, com o estabelecimento da sociedade burguesa/moderna, as relações de dominação e servidão são recalcadas pelo signo moderno do sujeito de direito e livre para fazer contrato. Estas são características da sociedade moderna, que se misturam com as relações sociais e de trabalho que caracterizam os territórios comunidades camponesas.

Para produzir seus territórios, as Comunidades Camponesas de Catalão (GO) exercitam o saber geográfico que tem do espaço. Assim, situando suas experiências espaciais, vinculadas às suas práticas cotidianas de relações sociais e de trabalho, em um lugar transformam-no em seu espaço de vida. Esta situação supõe um domínio do espaço que, em certa maneira, caracteriza sua existência. Ao apreenderem o espaço que o rodeia através das

relações sociais e de trabalho, os camponeses estabelecem limites. Limitar, controlar e dominar é uma forma de estabelecer as dimensões territoriais que são práticas de poder. (VALCÁRCEL, 2000).

Nas Comunidades Camponesas de Catalão e, especificamente, na Comunidade Camponesa Cisterna, por exemplo, esses conhecimentos e práticas territoriais formam uma representação compartilhada por todos da Comunidade que, assim, forma-se a partir de uma ação desses sujeitos nesse território que produzem. Porém, o próprio Estado, devido o modelo de desenvolvimento que escolheu para o país, não leva em conta as necessidades dessas populações locais e nem oferece quaisquer garantias aos conhecimentos e à vida dessas populações. Sintetiza-se essa análise no fluxograma 1, a seguir:

Fluxograma 1: Estrutura da Pesquisa



Org.: RODRIGUES, G. S. (2012).

A análise das relações de poder e das disputas territoriais nas comunidades camponesas exige a compreensão da interrelação entre quatro elementos intrínsecos a essas relações de poder e disputas territoriais: as próprias Comunidades Camponesas e o Estado, representante e defensor dos interesses capitalistas, em linha direta, e as escalas espaciais global e local, também em linha direta. Esses quatro elementos se relacionam direta e indiretamente, mas tendo como ponto de origem e de centralidade as relações de poder e as disputas territoriais, de onde emergem os conflitos. As comunidades camponesas que se constituem pela própria lógica do campesinato, são territórios produzidos pelos camponeses e são caracterizadas por um componente político, presente nas relações sociais e de trabalho ali estabelecidas ao longo da história. O Estado, responsável pela gestão e pelo controle, que

pode ou não serem coercitivos, opera numa determinada base territorial, tida por ele como comunidade rural, e o Estado é o representante do moderno capitalismo das classes dominantes imposto às classes dominadas, no caso, o campesinato. Esse processo envolve também poder simbólico, na produção e aceitação de consensos e ideologias desenvolvimentistas. Uma das formas de as classes dominadas, via Estado, manter o controle da população do território em que opera é através das políticas públicas de desenvolvimento rural norteadas pela lógica da modernização capitalista, que se impõe em escala global e precisa alcançar, para isso, a escala local, o território, que para os sujeitos que o constituíram/constituem é comunidade camponesa. Assim, as relações de poder e as disputas territoriais se estabelecem e delas emergem os conflitos.

O conceito de comunidade camponesa traz em seu bojo um teor político que existe neste território, que é próprio de todo território e que é diferente do teor político-administrativo reconhecido. Por serem territórios, nas comunidades camponesas o conflito se estabelece entre seus próprios sujeitos, cada qual tem influências diferentes no território, e entre estes e os sujeitos externos, de fora do território, mas que o alcançam de alguma forma como o Estado. O termo comunidade camponesa para designar as comunidades rurais do município de Catalão (GO) compreende que, este território, é do camponês e o camponês nele está como sujeito, buscando em primeiro lugar sua sobrevivência e estabelecendo relações sociais e de trabalho internas e externas. Dessas relações os conflitos internos que ocorrem não são considerados nas pesquisas acadêmicas.

Por causa dos conflitos, internos e externos, são construídas experiências coletivas e individuais de resistência. O campesinato, embora afetado por novos valores e culturas oriundas da modernização, permanecem e continua produzindo seus territórios, historicamente, através das suas relações sociais e de trabalho.

2.2 Caminho metodológico da pesquisa: fases, tipos, técnicas e procedimentos.

O caminho metodológico da pesquisa foi constituído pelos seguintes passos: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo (entrevistas e oficina coletiva); d) análise do discurso; e) organização, sistematização e análise das informações para redação final da pesquisa.

A utilização do referencial teórico é processo, porque ocorre no começo da pesquisa e continua no seu decorrer, quando podem ser incorporadas outras obras já publicadas sobre o tema proposto diferente das inicialmente escolhidas, conforme a

necessidade. Luna (2005) ressalta que o estabelecimento do referencial teórico, em geral, tem o objetivo de circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de teorias, ideias e conceitos, que pode explicá-lo. A estruturação teórico-conceitual de uma pesquisa é importante para situar a análise e orientar a ação do pesquisador.

Dessa forma, são utilizados autores como Santos (1994, 1999, 2004), Raffestin (1993) e Haesbaert (2009) na análise sobre espaço e território; Bourdieu (2011, 2012) para reflexões sobre poder; Berman (1986), Buber (1987), Florestan Fernandes (1972, 1973) sobre comunidade e modernidade; Wood (2001), Luxemburgo (1983) sobre capitalismo; Martins (1975, 1980, 1986, 1990) sobre o campesinato e a modernização da agricultura no Brasil; Furtado (1964, 1974), Singer (1977), Montenegro Gómez (2002, 2003, 2006) sobre desenvolvimento e Estado; Mesquita (1993), Inocêncio (2010) e Mendonça (1998, 2004, 2010), dentre outros, para a análise regional.

A pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos ou qualquer outro registro escrito, que possa ser usado como fonte de conhecimento. No que diz respeito à Comunidade Camponesa Cisterna foram obtidas informações na Associação dos Moradores, na Escola Municipal Maria Bárbara Sucena e em dissertações e monografias sobre este lugar.

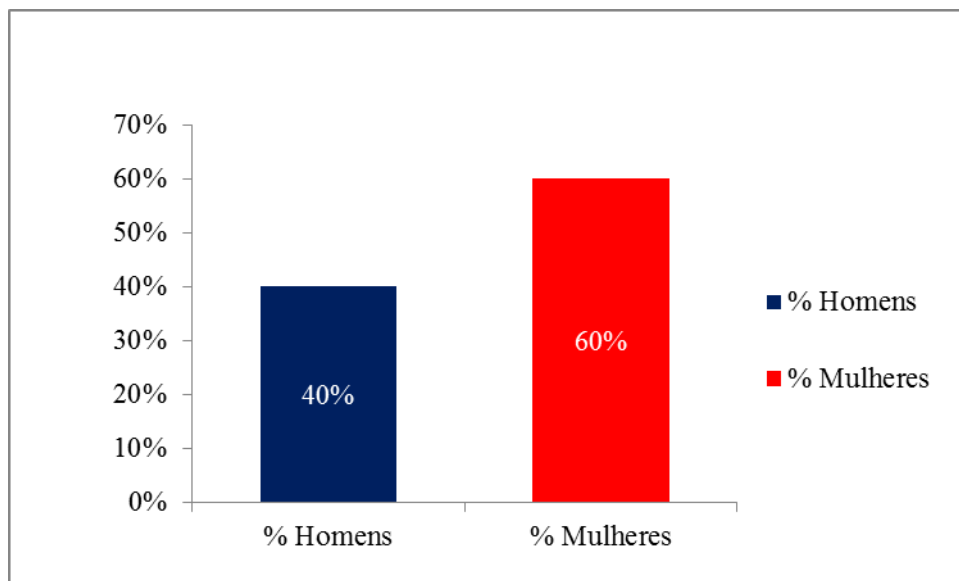
As informações de caráter geral de fontes documentais foram obtidas em consultas feitas em instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEPLAN), a Secretaria de municipal de Agricultura. Além disso, foram efetuadas pesquisas nos *sites* do Movimento Camponês Popular (MCP), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria de Agricultura do Município de Catalão (GO), da Secretaria de Educação do Município de Catalão, da Prefeitura Municipal de Catalão.

A fase em que o pesquisador estabelece relação direta com os sujeitos o levantamento de informações onde os fenômenos ocorrem é a pesquisa de campo. A pesquisa de campo tem por objetivo obter diretamente informações e/ou conhecimentos sobre o tema e possíveis respostas para os problemas levantados. Brandão (2007) ressalta que a pesquisa de campo é uma vivência, é o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento e de aprendizado constante. Permite pensar, interagir, participar das relações sociais, observar, aprender e, assim, pode ir estabelecendo os caminhos serem percorridos, por exemplo, fazer um roteiro de entrevistas conforme os objetivos pretendidos pela pesquisa na comunidade.

No que se refere às entrevistas, nesta pesquisa, elas possibilitaram que os sujeitos da pesquisa, os camponeses e trabalhadores rurais da Vila Sucena, fornecessem informações para a compreensão das relações sociais de trabalho e produção estabelecidas na Comunidade Camponesa Cisterna. Para Thompson (1992, p. 22), “[...] a utilização de entrevistas como fonte vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos.” As entrevistas permitem que o entrevistador tenha uma compreensão de como a realidade é percebida e vivenciada pelo entrevistado, ao mesmo tempo em que possibilitam novas descobertas diante da interação pesquisador e pesquisados.

Para essa pesquisa, foram redigidos roteiros de entrevistas semiestruturados, constituídos de perguntas abertas e fechadas (Anexo A). Foram entrevistados dez camponeses/as, de um universo total de trinta famílias camponesas, sendo a maioria do gênero feminino (gráfico 1). Desses dez entrevistados/as, apenas um, atualmente, mora na Vila Sucena.

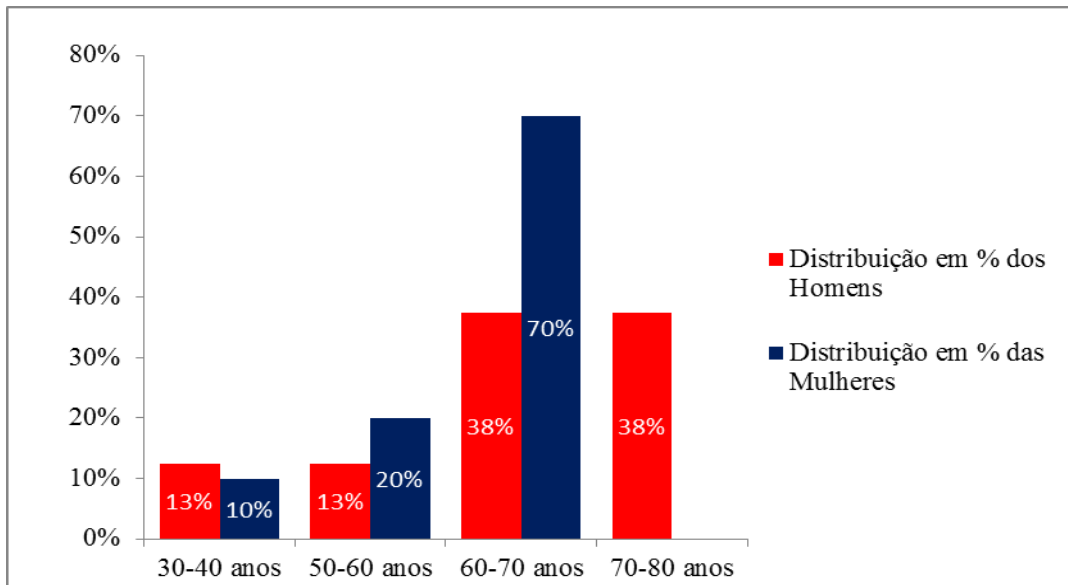
Gráfico 1: Comunidade Camponesa Cisterna: gênero dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013)

O fato de a maioria dos entrevistados serem mulheres talvez deva-se à maior disposição para o diálogo e, para o diálogo com uma outra mulher, a pesquisadora. Também elas são mais facilmente encontradas em casa porque suas atividades laborais se concentram na casa e em seu entorno. As entrevistas semiestruturados dão ao informante a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. (MATOS; PESSÔA, 2009). A faixa etária dos entrevistados/as e seus cônjuges varia de 50 a 70 anos de idade.

Gráfico 2: Comunidade Camponesa Cisterna: faixa etária dos entrevistados/as e seus cônjuges.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013)

Visando maior aprofundamento no universo desta comunidade, também utilizou-se a técnica de Oficina Coletiva para qual selecionou-se com o auxílio dos professores da Escola Maria Bárbara Sucena 08 estudantes, dos gêneros masculino e feminino, do Ensino Fundamental na Com que é o nível de ensino que a escola oferece. Os pais dos jovens, por eles serem menores de idade, consentiram a participação eles através da assinatura do Termo de Consentimento. Para avaliar os resultados desta Oficina, a teoria usada foi a Análise do Discurso (AD).

A necessidade de estabelecer um ponto de partida para a compreensão de como o poder imposto pelo Estado afeta o local (a Comunidade Camponesa Cisterna) e é percebido pelos jovens levou à utilização da AD como uma metodologia. Mas, quais seriam as ações do Estado que formulam e promovem consensos? À procura de respostas para esta questão, foi um diálogo para se fazer uma leitura dos vários discursos que tratam do assunto. Este diálogo foi previsto para ocorrer juntamente com a Oficina Coletiva. No discurso produzido pela própria Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, localizada na Comunidade Camponesa Cisterna, poderiam ser identificados os sentidos do território camponês expressos pela escola e pelos jovens. A escola, enquanto instituição, é um sujeito do discurso complexo, difícil de ser estudado em pouco tempo e sem o suporte de outros conhecimentos da AD pelos alunos, por isso, os sujeitos do discurso analisados só poderiam ser os próprios alunos da escola. Então, foram propostas as seguintes indagações: qual é a visão que os jovens camponeses (os

estudantes da escola) tem do território camponês? Quais as representações que eles fazem deste território?

No livro *A ordem do discurso* (2002) de Michel Foucault, publicado em 1970, o autor desvenda a relação entre as práticas discursivas e os poderes que permeiam as relações sociais. Ressalta que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2001, p. 10). Compreende-se que não há um discurso ideologicamente neutro. O autor evidencia que o discurso não é produto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso que determina o que o sujeito deve falar, que estipula as modalidades enunciativas. O sujeito não pré-existe ao discurso, ele é uma construção no discurso.

Souza (2005) compreende o discurso enquanto uma prática social que organiza, produz e reproduz noções que governam e controlam o espaço identificando mecanismos que, controladores desse espaço, expressam, sustentam e determinam territorialidades. Trata-se de uma leitura geográfica com base na AD. Para a autora, a AD investiga as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia na produção de sentidos e na noção de sujeito. A produção do discurso é condicionada por regras e procedimentos institucionais, por isso os sentidos de todo e qualquer discurso podem ser controlados em função dos interesses e/conflitos sociais existentes nos territórios. Assim, todo discurso é ideologicamente determinado.

O discurso é heterogêneo, porque reflete as múltiplas faces culturais do tecido social. Por isso, há diferentes formações discursivas sobre as práticas sociais que acabam por lhes dar múltiplos sentidos. A AD “[...] propõe-se a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, buscando compreender as formas de determinação histórica dos processos de produção de sentidos por meio de uma semântica materialista.” (SOUZA, 2005, p. 4). Para a compreensão do discurso não é necessário apenas o estudo dos elementos que constituem o texto, mas principalmente das formas de instituição de seu sentido.

O uso da AD para a compreensão dos resultados da Oficina Coletiva realizada na Escola Maria Bárbara Sucena permite descrever e analisar os sentidos que condicionam a enunciação dos sujeitos, isto é, o discurso dos jovens. Para Silva (2009), há diferentes instâncias de produção dos discursos e esse processo causa efeitos nos sujeitos e na sociedade. Para a autora, a AD é uma proposta metodológica que permite interpretar os processos de enunciação dos sujeitos nos quais, ao mesmo tempo, são produzidos sentidos não só para suas

falas, mas também para suas atividades. Para se aplicar a AD há que se formar um *corpus*, que é o conjunto de enunciados de discursos escolhidos para estudo em que se fundamenta o trabalho do analista. (SILVA, 2009). Entende-se como um banco de dados enunciações ou partes delas e representações dos sujeitos em investigação, relativamente extenso, coletado em documentos (gravados, anotados ou registros fotográficos). Entretanto, o *corpus* é uma reunião, sobretudo de fatos (sentidos em processo na produção do discurso), não apenas de dados, dos quais “[...] o analista recortará *fragmentos* (sequências discursivas) por meio dos quais se reconstituirá as *regularidades discursivas do objeto*.” (SILVA, 2009, p. 112. Grifos da autora). A diferenciação entre dados e fatos permite ao analista transpor o empírico, ou a materialidade linguística, em direção aos acontecimentos histórico-ideológicos que são as condições e as possibilidades do discurso em análise.

Nesse sentido, as informações coletadas nos trabalhos de campo, através das entrevistas (com camponeses da Comunidade Camponesa Cisterna), com a Oficina Coletiva com os estudantes da Escola Municipal Maria Bárbara, foram analisadas e interpretadas de forma quantitativa e qualitativa. A interpretação dos dados foi realizada a partir do arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa. Realizadas essas etapas da investigação, as informações e dados coletados foram organizados, sistematizados e analisados para a redação final e apresentação dos resultados da pesquisa na Comunidade Camponesa Cisterna (GO).

2.3 O lugar da pesquisa: Comunidade Camponesa Cisterna de Catalão (GO)

Localizado na região Sudeste do estado de Goiás, o município de vem passando por intensas transformações territoriais desde o início do século XX, quando o prolongamento da Estrada-de-Ferro Mojiana e da Estrada de Ferro Oeste de Minas até o Centro-Oeste colocou Goiás em contato direto com o Rio de Janeiro e São Paulo. O município de Catalão tornou-se então, um importante ponto de interligação regional, estadual e nacional.

Com relação à produção a ser escoada pela estrada-de-ferro, Catalão possuía em 1902 uma ampla produção agrícola, sendo os principais produtos: banha, toucinho, manteiga e charque, que iam para São Paulo. Gomez, Chaul e Barbosa (1994) ressaltam que em Catalão não houve opiniões contrárias à construção da estrada-de-ferro, nem qualquer aversão a tentativas de modernização, seja por parte dos partidos políticos ou por parte das famílias (Paranhos, Ayres, Cunha, Campos, Paiva, Sampaio, Netto) que dominavam a política local, porque isso representava maior participação no poder estadual sem, no entanto, representar perigo para os grupos que lideram esse poder. Para os autores,

[...] a modernização pelo viés da estrada-de-ferro de forma alguma impossibilitou a hegemonia dos grupos que continuaram liderando a política goiana ao longo da Primeira República. Abriam, isto sim, uma perspectiva de maior participação política, forçada pelo desenvolvimento econômico das regiões inseridas no percurso da estrada-de-ferro. (GOMEZ; CHAUL; BARBOSA, 1994, p. 122).

As relações comerciais de Catalão com Minas e São Paulo eram naturalmente bem maiores do que com Goiás. (GOMEZ; CHAUL; BARBOSA, 1994). Ao longo das décadas de 1920 e 1930 o município teve amplo desenvolvimento econômico, caminhando no sentido da modernidade. Na vida política, entretanto, permaneciam o coronelismo, as fraudes eleitorais, a barganha do voto e/ou o voto de cabresto e a violência até a década de 1940 nas ações de controle e exercício do poder desse território. Assim, na prática política de Catalão não diferia de outras regiões.

Em decorrência da Revolução 1930, no Brasil, deu-se prioridade ao rodoviarismo. Catalão, paulatinamente, retroagia e/ou estagnava. Mas, novamente, o município é incorporado ao cenário econômico do país a partir da construção de Brasília e da rodovia federal BR-050. Logo depois, a exploração das minas de fosfato e nióbio (década de 1970) e a ocupação das áreas de chapadas, com vegetação de Cerrado e veredas, principalmente, no Distrito de Santo Antônio, pelas modernas empresas rurais (1980), fizeram com que Catalão ficasse conhecida como área em desenvolvimento, município em ascensão. Segundo Mesquita (1993) o chapadão do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, tornou-se lugar do agronegócio⁹. Os empresários rurais, vindos principalmente do Sul do país, passaram a praticar nesta região a agricultura tecnificada e novas formas de trabalho e produção, para a implementação de monoculturas, principalmente soja e milho. Foram causados danos sobre o ambiente e também colocou-se em risco a permanência de práticas sócio-culturais dos *Povos Cerradeiros*¹⁰. As bordas mais íngremes das chapadas sobraram para médios e pequenos agropecuaristas. No município também ocorrem solos diferentes dos que possuem como cobertura vegetal o Cerrado. São as chamadas “terras de cultura”, propícias à agropecuária tradicional por serem naturalmente mais férteis e produtivas, e exigirem menos investimentos.

⁹ As terras antes eram utilizadas para soltar o gado. Na implantação da agricultura moderna, as chapadas, por apresentarem relevo plano, serviram para as culturas que exigem maior capacidade de mecanização, como a soja e o milho. Tem-se também o fato de que as chapadas são dotadas de recursos hídricos, que possibilitam a irrigação de culturas no período seco (de maio a setembro). Assim, os fatores físicos possibilitaram a expansão da fronteira agrícola, a apropriação dos recursos naturais (água, relevo, clima) e a sua utilização de diferentes formas visando a produção de mercadorias. (MENDONÇA, 2004).

¹⁰ Mendonça (2004) criou este termo para designar a população de áreas de Cerrado que, com um modo de vida próprio, adaptado ao ambiente e sem lhe causar danos, tinha práticas sócio-culturais que lhe conferiram uma identidade.

Pequenas propriedades rurais com esse tipo de solo desenvolviam-se às vezes mais do que grandes áreas de Cerrado antes da Revolução Verde.

A Revolução Verde criou suportes técnicos e tecnológicos para a modernização da agricultura e levou a criação de novas territorialidades, junto às antigas. Para Mendonça (2004), a modernização da agricultura atingiu os objetivos propostos, assegurando novas formas de produção, incrementando a produção/produktividade e a reprodução ampliada do capital. Mas é, por sua natureza, excludente, por ser a materialização do capital. O autor ressalta que a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, que estava/está em acordo com a opção brasileira de desenvolvimento, é conservadora principalmente porque promove o aumento da concentração de terra.

No município de Catalão, a população rural a partir dos anos 1960 aumenta o processo de migração do campo em direção às cidades, como no restante do país. Mas, a partir de 1970, com crescimento econômico atingido por esse município, a população rural diminui muito e aceleradamente. Amplia a população urbana e fluxo de pessoas, dinheiro e mercadorias coloca Catalão em um nível de expansão superior a de outros municípios goianos. Mas, é preciso considerar que o crescimento da população urbana não foi provocada apenas pelo êxodo rural, também houve forte migração de cidades próximas e de outros lugares do Brasil.

Quadro 1: População urbana e rural de Catalão (GO) – 1960-2010

ANO	POPULAÇÃO URBANA	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM %		POPULAÇÃO RURAL	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL EM %	
		Período	Evolução		Período	Evolução
1960	11.634	-		14.464	-	-
1970	13.355	1960 -1970	14,8	13.983	1960 -1970	-9,5
1980	30.695	1970- 1980	129,8	8.473	1970- 1980	-65,0
1991	47.123	1980 – 1991	53,5	7.363	1980 - 1991	-15,0
1996	51.925	1991 – 1996	10,2	6.582	1991 - 1996	-11,1
2000	57.606	1996 – 2000	10,9	6.741	1996 - 2000	1,0
2007	70.212	2000 -2007	21,9	5.411	2000 -2007	-24,6
2010	81.020	2007- 2010	15,3	5.577	2007- 2010	3,06

Fonte: IBGE (2012).

Org.: RODRIGUES, G. S. (2012).

O período selecionado para análise, segundo os dados do quadro 1, conta com os anos de maior oscilação da população rural e urbana. Entre 1970 e 1980 tem-se maior diminuição (-65%) da população rural, conforme os dados. Este é o período em que se

instalaram as empresas mineradoras no município. Entre 1980 e 1991, a terceira maior queda (-15%), da população rural coincide com a alta modernização da agricultura. Na década de 1990, o Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC), através da política de incentivos fiscais, trouxe para Catalão empresas, como a John Deere Brasil e a Mitsubish Motors Corporation Brasil (MMCB).

No município, juntamente com o aumento da produção agrícola, manifestou-se o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços para atender o agronegócio. As modificações causadas pelo agronegócio influenciaram também o meio urbano. As empresas de fertilizantes, para atender a todo o mercado regional e nacional, como a Adubos Araguaia, a Bunge Fertilizantes, ADM e Aducat, e a indústria John Deere na fabricação de colheitadeiras se territorializaram no município. Na entrada da cidade, pelo trevo norte da rodovia BR 050, que se liga à Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, observa-se várias lojas e supermercados direcionados a população do meio rural e ao agronegócio.

Com todas essas transformações ocorridas no município de Catalão, o “lugar” das comunidades camponesas na conjuntura regional diante do modelo de desenvolvimento que corresponde à ação do Estado nestes espaços (visando a modernização do território), tem-se o conflito. O conflito, evidenciado pelos camponeses que vivem nas comunidades, se torna expressivo, principalmente, daqueles que organizados em movimentos sociais, que lutam para permanecerem na terra e por políticas públicas de acordo com suas necessidades, como o Movimento Camponês Popular (MCP), que surgiu em 2008 em Goiás.

O movimento é composto por grupos de camponeses que buscam viabilizar melhores condições de vida e de trabalho em suas Comunidades, e que tem a produção de alimentos como o seu principal objetivo. Antes do MCP, se territorializou na região o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Guimarães (2010), ao analisar os movimentos sociais camponeses na dinâmica do espaço e do território goiano, a partir da Comunidade Ribeirão em Catalão (GO), conta que o MPA chegou ao Sudeste de Goiás em janeiro de 2005, com o objetivo de promover a organização dos camponeses. Segundo o autor, em Catalão, o motivo para o início do movimento foram as ações em torno do crédito subsidiado pelo governo federal e liberado pelo Banco do Brasil, pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Todavia, este movimento passou por mudanças:

[...] o MPA sofre cisão, e algumas lideranças no processo do “racha” propõem a criação de outro Movimento Social. Os dissidentes lhe dão o nome de Movimento Camponês Popular (MCP), isso foi no primeiro semestre de 2008. Essa dissidência, segundo informações de 2 coordenadores do MCP (antes eram do MPA), advém de projetos firmados

junto ao governo federal, mais precisamente com a Petrobrás, para implantação de um projeto de agrocombustíveis para os camponeses de Goiás e no Brasil. Segundo os relatos dos dirigentes do MCP, isso se deu em função do abandono dos integrantes do MPA em nível nacional da causa principal que o Movimento defendia até então, que era a soberania alimentar. (GUIMARÃES, 2010, p. 54)

Naquele momento, segundo Guimarães (2010, p. 56), “[...] as lideranças desses Movimentos estão preocupadas em resguardar-se, em uma atitude defensiva, de não exposição e, tentam demonstrar que isso faz parte do passado e que a história irá demonstrar qual ação foi a correta”. O MCP deu continuidade às ações para o acesso ao PRONAF para a construção de moradias camponesas, a produção agroecológica, da organização de feiras camponesas, o resgate, a reprodução e a criação e manutenção do banco de sementes crioulas.

A Comunidade Camponesa Cisterna, também conhecida como Morro Agudo, na região, fica distante, aproximadamente, 25 Km da cidade de Catalão (mapa 2). O acesso ocorre pela BR-050, no sentido Catalão-Brasília. São 17 Km pela rodovia e 8 Km de estrada sem pavimentação até a sede da Comunidade, a Vila Sucena, originada por causa da presença da escola. Assim, na Vila Sucena se localizam a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, o antigo prédio onde funcionava anteriormente a escola, a quadra de esportes.

A Vila Sucena tornou-se o núcleo da Comunidade (como retrata a foto 1), que também conta com orelhões e bares que servem como mercado (vendem produtos alimentícios e de higiene, dentre outros). Em volta deste nucleamento, distribuem-se pequenas e médias propriedades camponesas. As famílias camponesas de origem na própria comunidade são, em sua maioria, descendentes de portugueses que chegaram à região no início do século XX. Atualmente, o nucleamento da comunidade está rodeado por monocultura de eucalipto, praticada em grandes extensões territoriais por toda a Comunidade Cisterna.



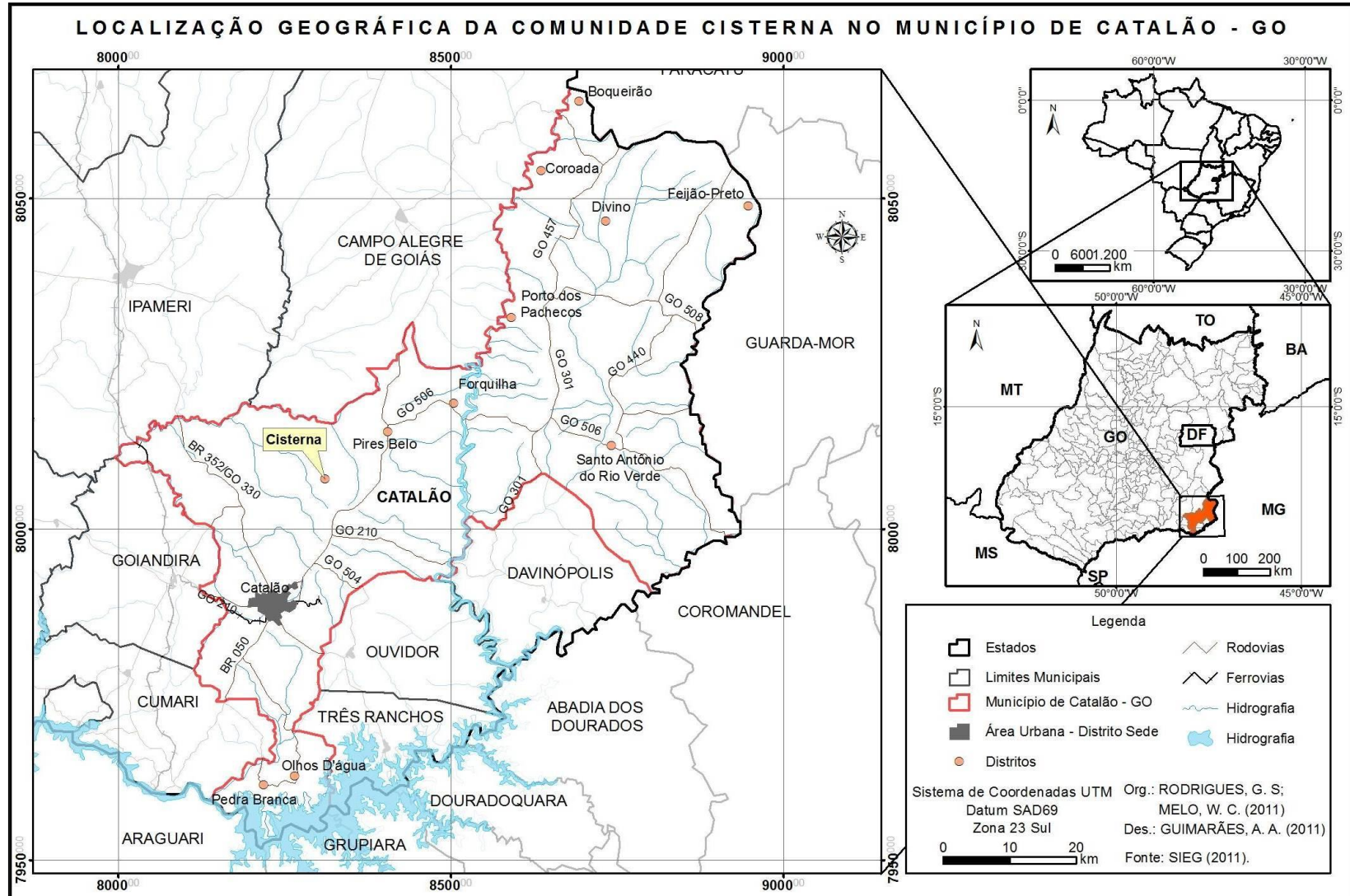
Foto 1: Vista parcial do nucleamento da Comunidade Cisterna/Catalão (GO).

Fonte: Pesquisa de Campo/2011.

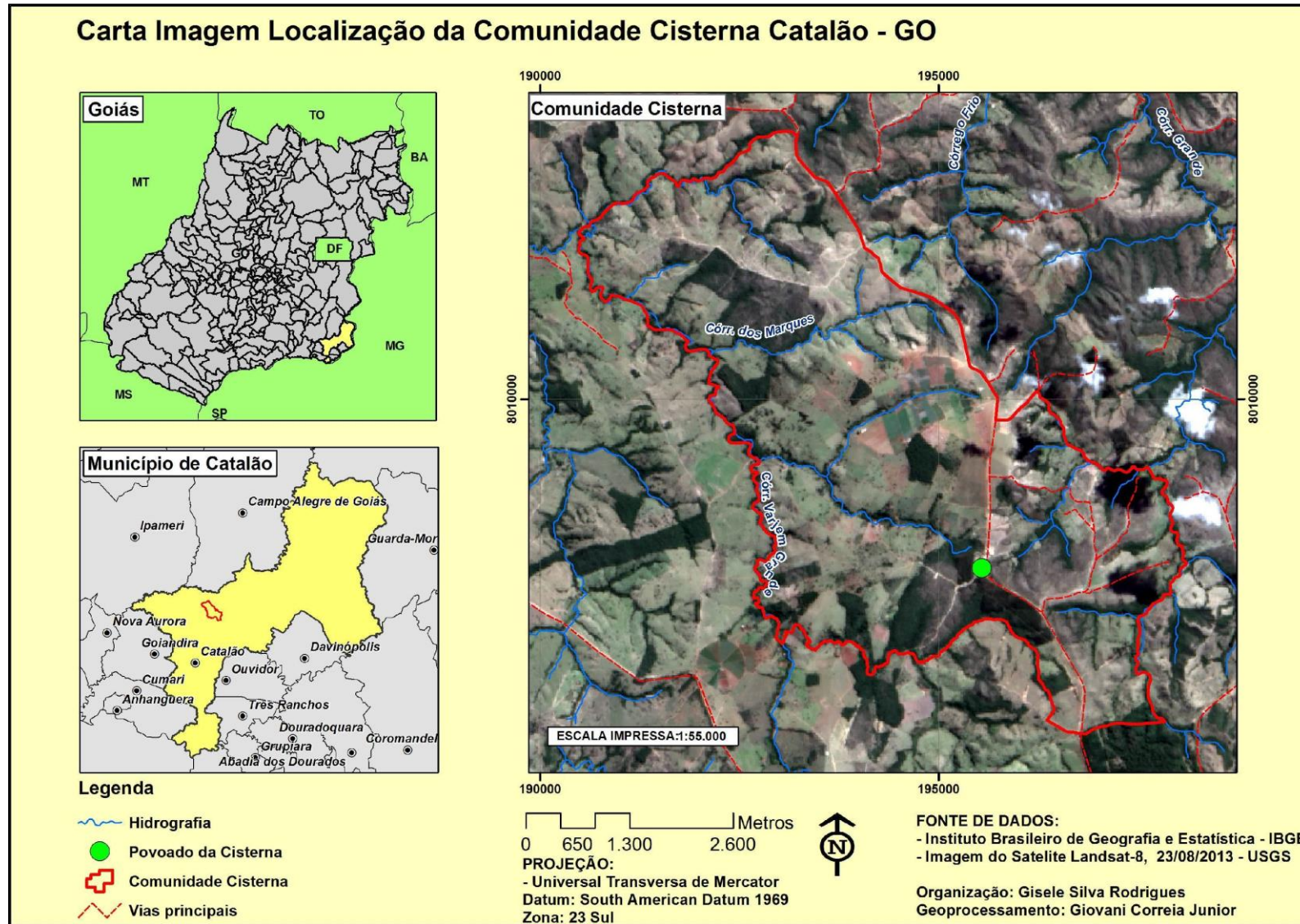
Autora: RODRIGUES, G. S.

A denominação Cisterna surgiu na região que antes era conhecida como Morro Agudo por causa de uma cisterna.¹¹ De acordo com os camponeses da Comunidade, em busca de água, que era escassa, furaram uma cisterna, próximo de onde foi construída a primeira escola e nela foi encontrada água. Devido a esta cisterna, a região do Morro Agudo, quando o meio rural foi subdividido em comunidades rurais pela Igreja Católica, foi dividida em Olaria e Cisterna. Esta última é também conhecida como Comunidade Morro Agudo-Cisterna. Os órgãos públicos adotaram a denominação.

¹¹ Em Goiás a palavra *cisterna* refere-se a um poço subterrâneo cavado até alcançar o lençol freático, onde se encontra a água que será retirada. No Nordeste do Brasil *cisterna* pode designar apenas um artefato construído pelo homem para armazenar água da chuva e/ou de outras origens.



Mapa 2: Localização da Comunidade Cisterna. Município de Catalão (GO).



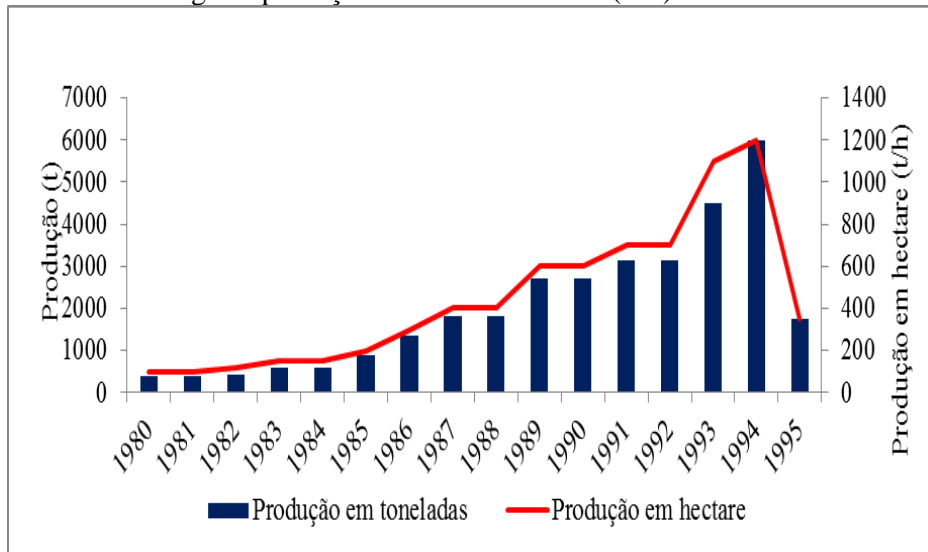
Mapa 3: Carta Imagem Localização da Comunidade Cisterna. Município de Catalão (GO).

O município de Catalão (GO) está localizado na área caracterizada pelo Planalto Central. A topografia da Comunidade Cisterna apresenta áreas planas e áreas fortemente onduladas (mapa 4), com altitudes que variam de 688m a 885m. A Comunidade Cisterna possui cursos d'água com pouco volume, pois é um local elevado de onde surgem nascentes que aos poucos vão formando córregos.

Nas áreas planas e pouco ou mediamente onduladas iniciou-se o cultivo de alho na Comunidade Cisterna para fins comerciais (regional e nacional) na década de 1970. Além da topografia e da presença de cursos d'água, a composição do solo (mapa 5), nestas áreas, classificado como Latossolo Roxo Distrófico e Cambissolo Eutrófico, ótima para este tipo de cultivo.

A cultura do alho se espalhou por áreas do município e de municípios vizinhos, mas a área plantada na Comunidade Cisterna superou as outras, tornando-se a comunidade camponesa com a maior cultura de alho, o que fez com que o município passasse ao primeiro lugar em produção de alho no Estado de Goiás a partir de 1993. Mendonça (1998), em sua dissertação intitulada *A Questão Regional e o Campesinato – a allicultura em Catalão-GO*, analisou o cultivo do alho no município de Catalão (GO) e as estratégias de produção dos camponeses, e mostrando que até o ano de 1976 os camponeses da Comunidade Cisterna dedicavam-se ao mercado regional.

Com a introdução de técnicas mais avançadas e, diante da política creditícia do Estado, a produção foi aumentando. Este é um período de intensas transformações na comunidade, também nas relações sociais e na organização do trabalho, diante de novas técnicas e adoção de insumos, agrotóxicos dentre outros, na produção. A atividade passa a ser acompanhada pelos técnicos da EMATER, visando aumentar a produtividade, e atender às exigências do mercado. O gráfico 3 a seguir mostra o aumento gradativo da quantidade produzida e da produtividade que diminuem a partir de 1995.

Gráfico 3: O auge da produção de alho em Catalão (GO) – 1980-1995

Fonte: Mendonça (1998).

Org.: RODRIGUES, G. S. (2012).

De acordo com os dados do gráfico 3, o cultivo de alho no município foi maior no ano 1994, ano de maior safra em Catalão (6.000 toneladas), em comparação aos anos interiores. Mas, a partir do ano de 1995 a produção cai para duas mil toneladas o que provocou uma *quebradeira* entre os produtores. Tem-se o fim da política creditícia, que até então incentivava o cultivo de alho no município. Consequentemente, diversos alhicultores deixaram de praticar o cultivo do alho. Com a instabilidade do mercado, os juros altos, a escassez de crédito e os prejuízos, os que continuaram com o cultivo reduziram a área plantada, outros abandonaram o cultivo.

A cultura do alho é uma atividade que envolve vários trabalhadores, pois as etapas do cultivo são feitas manualmente, justificando o grande emprego de mão-de-obra temporária. São necessárias para o cultivo de um hectare de alho cerca de 400 jornadas de trabalho em média. Nos períodos de plantio e colheita do alho, a maioria dos camponeses busca mão-de-obra excedente disponibilizada na cidade de Catalão; são trabalhadores temporários que vive nas periferias da cidade. Mas também algumas pessoas migraram para a Comunidade em busca de trabalho no alho.

Os trabalhadores migrantes, oriundos da região Nordeste do país, aos poucos foram se fixando em ranchos construídos por eles no nucleamento da Comunidade. Alguns conseguiram depois construir suas casas, para outros a Prefeitura do município construiu. As famílias foram se organizando em seus lotes e casas. O aglomerado passou a ser conhecido como Vila Sucena. Os próprios trabalhadores nomearam as ruas. Em conversas com os trabalhadores rurais, descobriu-se que o primeiro a chegar na Vila Sucena foi o senhor

Manoel Ribeiro da Silva e seu filho que possui o apelido de *Biba*. No início do ano de 2013 o senhor Manoel faleceu, sendo enterrado no Cemitério da própria Comunidade. Todavia, em entrevista no ano de 2011, ele tinha contado, junto com sua esposa, a senhora Valdete Oliveira da Silva, como foi a história da chegada dele na Comunidade:

Eu e o Biba foi os primeiro que chegô aqui; eu ficava num ranchinho de num sei o que lá; isso aí era um mangueirão. Aí o Manoel Raimundo deu um pedaço de terra... Aí foi onde eu fiz um ranchão, eu fiz um ranchão grande, aí as minhas filhas... foi chegando baiano. Eu sei que tinha oito ranchos aqui. Aqui, se pegasse fogo, nem dava tempo de apagá. Bombeiro, quanto menos chegá [...] Veio eu mais o Biba. Eu tava em Guarda-Mor, com o pessoal do Domingos Cardoso. Não sei se você conhece! Era uns empresários, era muito rico, até tem uma menina minha em Ribeirão Preto com ele, tem vinte e um ano com ele ou é vinte e dois. Foi aqui que juntava dinheiro de montão, *mais* naquela época tudo plantava alho, era muita coisa, né?! Eu não sei se é quantidade que seja que more aqui, que aqui no município de Catalão plantava mil e tanto hectare de alho, dizem eles... Hoje, deixa vê: sete e catorze e seis, vinte, e o resto é tudo ribite, aqui nesta região, um planta trinta o outro planta quarenta, outro planta cinquenta. Eu não sei se planta cem tonelada, não, cem hectare de alho aqui nesta região, não, daqui da Cisterna. *Mais* planta em vários canto. Pode ser que pode atingi até cem, mais, nessa região, não. Aí, foi chegano eu e Biba, com seis meses, eu ajeitei o dinheiro, veio a muiê e os fio, que trabalhava na fazenda de um gaúcho, José, um que é meio enrolado, embrulhado com aquela Maria Antônia, a gente que num morava aqui, e um que morava em Bom Jesus, faleceu está com três anos... *mais* tudo o que é de baiano. Aqui é de uma família só, seja baiano ou coisa ruim, tudo é de uma família só. (Manoel Ribeiro da Silva. Entrevista do dia 18 de dez./2010).

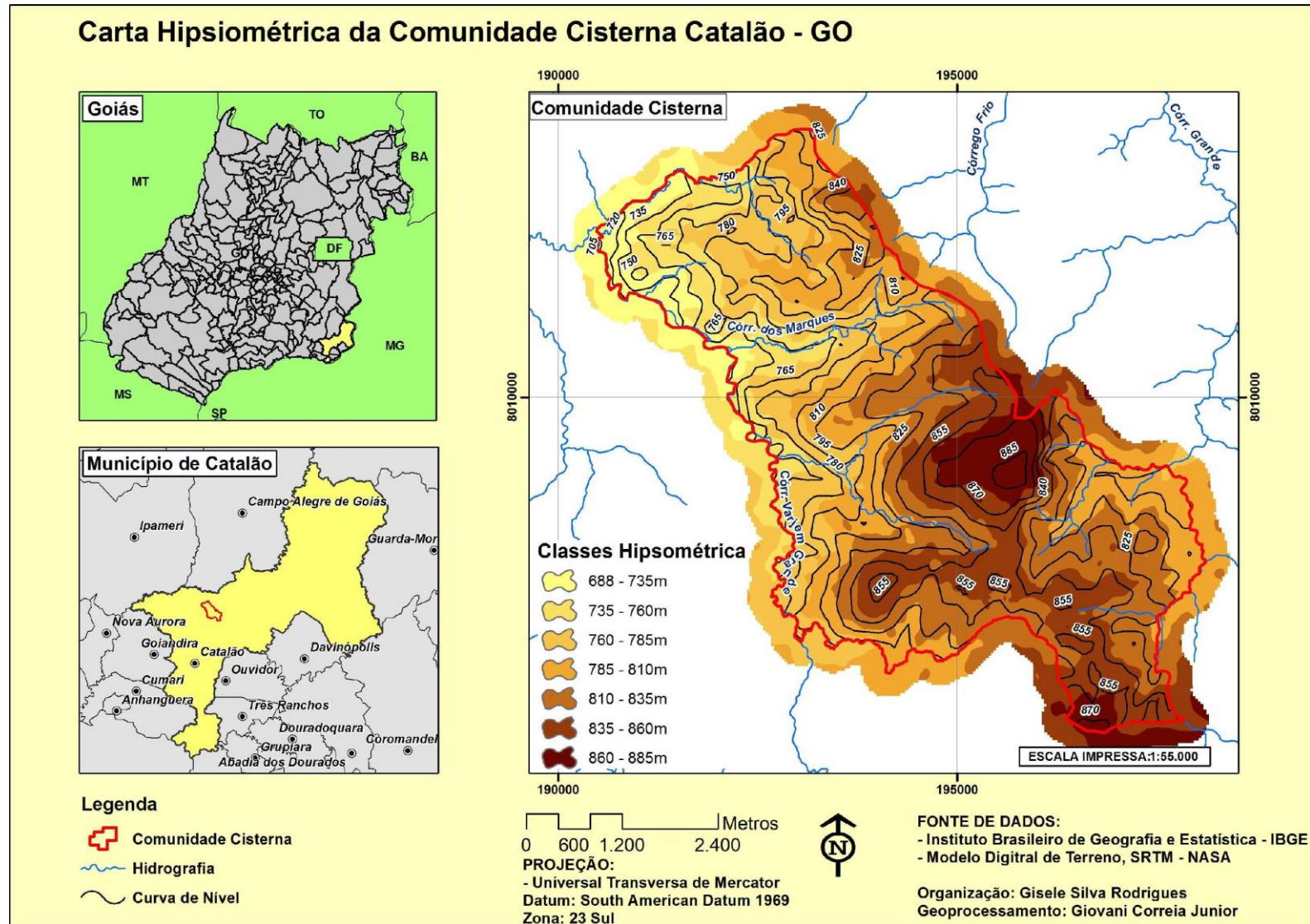
A figura 1 mostra a sede da Comunidade Cisterna, a Vila Sucena, na década de 1990, quando foram construídos os primeiros ranchos a que o senhor Manoel se referiu na entrevista. Com o passar do tempo, mais famílias do Nordeste foram chegando à Comunidade. Como em Catalão é costume chamar de “baianos” nordestinos de qualquer estado da Região Nordeste, a Vila Sucena foi apelidada de “Vila dos Baianos”. Na cidade de Catalão também há um bairro que, inicialmente, por concentrar muitos migrantes nordestinos ficou conhecida como Vila dos Baianos, é o Bairro Boa Vista.



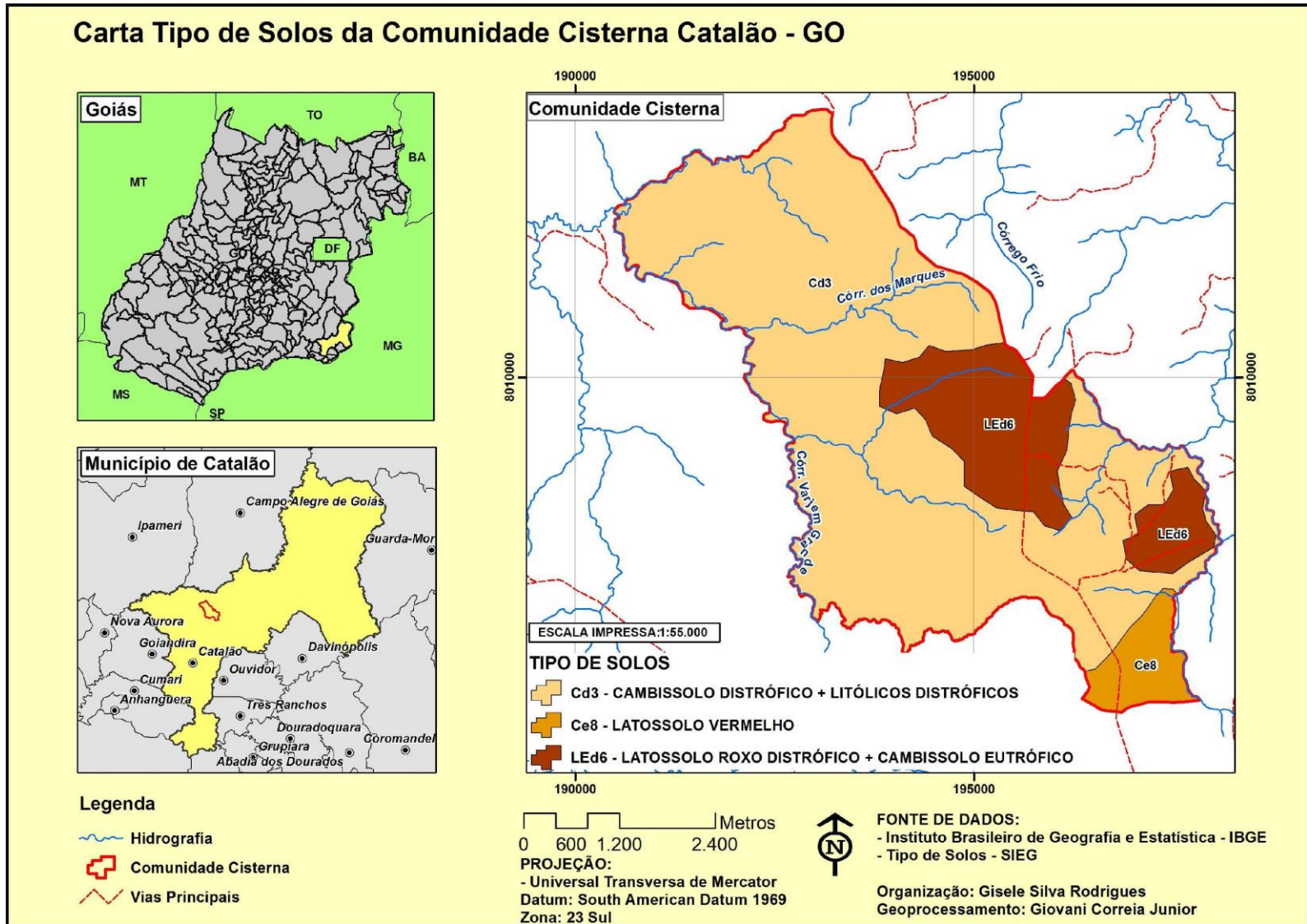
Figura 1: Localização dos Ranchos, da Escola Maria Bárbara Sucena e do Centro Comunitário da Comunidade Cisterna.

Fonte: Arquivos da Escola Maria Bárbara Sucena. Segundo relatos de moradores, esta foto é da década de 1990.

Atualmente, a Vila Sucena possui energia elétrica e água tratada. Sua população é constituída por trabalhadores rurais na condição de parceiros, meeiros e arrendatários. De acordo com a Agente de Saúde (em entrevista no mês de novembro de 2011), há cerca de trinta e cinco famílias vivendo na Vila. No entanto, sempre há gente saindo, e gente chegando, por exemplo, por causa de casamentos entre nordestinos e goianos, os quais não tendo uma propriedade na comunidade, mudam-se para a Vila.



Mapa 4: Carta Hipsiométrica da Comunidade Cisterna. Município de Catalão (GO).



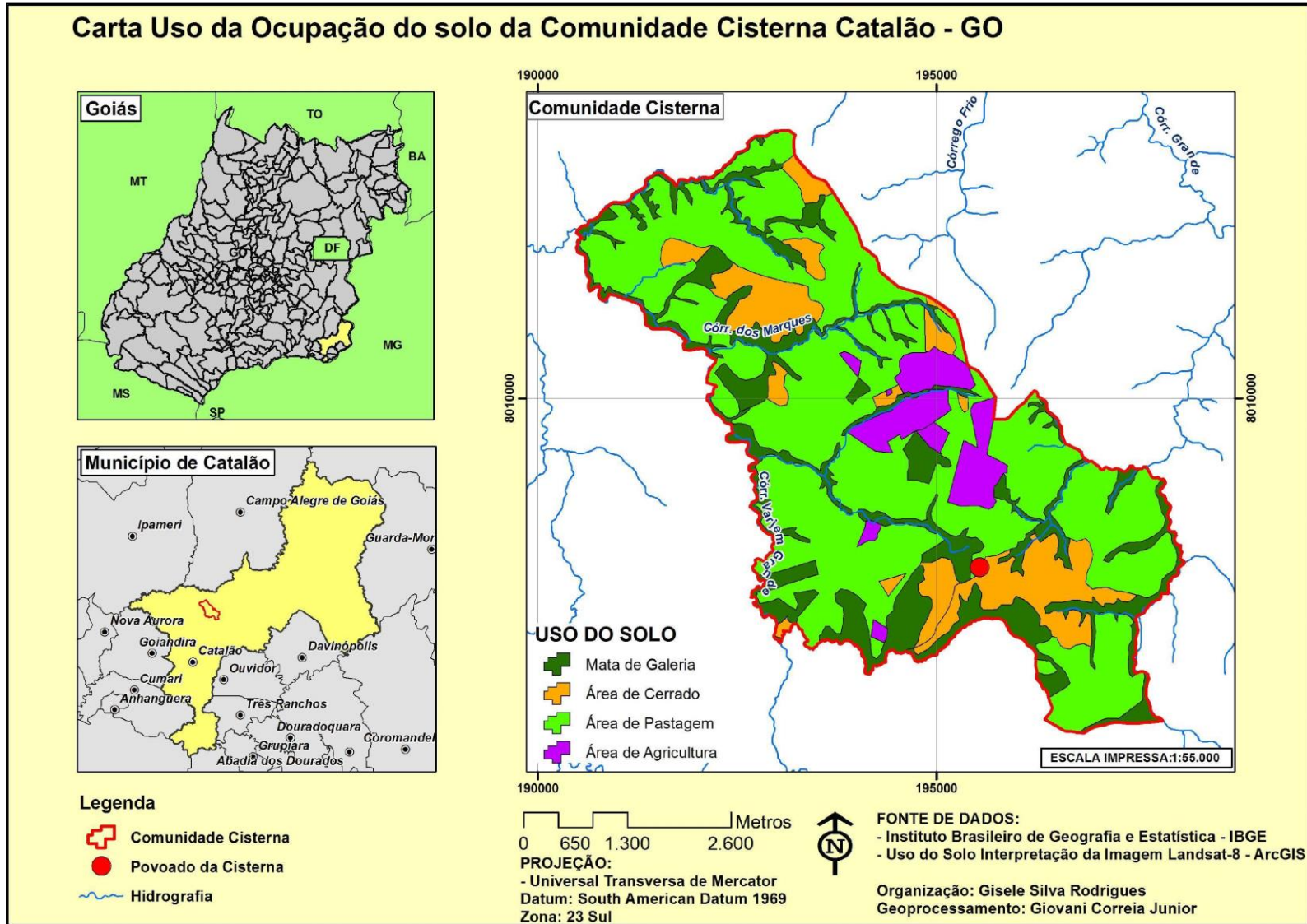
Mapa 5: Carta tipo de solos da Comunidade Cisterna. Município de Catalão (GO).

O Cerrado, vegetação original de áreas de terra chamadas campo, por causa do tipo de solo, foi quase totalmente substituído pelas pastagens e também por lavouras. A vegetação original do tipo floresta tropical entremeada no Cerrado cobre um tipo de solo chamado “cultura”, que ocorrem geralmente em áreas mais baixas. Todavia, essa vegetação também já deu lugar a pastagens e lavouras. Ainda existem alguns pequenos trechos de matas de galerias e áreas de Cerrado (mapa 6). As sedes das fazendas mais antigas foram construídas ao longo dos córregos, em áreas de solos férteis, pela facilidade de acesso à água e até de armazenamento por intermédio de açudes.



Foto 2: Moradia construída próxima ao curso d'água.
Pesquisa de Campo (2013).
Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

A moradia retratada na foto 2 é de uma camponesa que vive há 68 anos na Comunidade Cisterna, onde nasceu. Herdou de seus pais a propriedade, localizada nas áreas de solo mais férteis; inclusive sua família foi uma das que iniciou o cultivo de alho na região. A eletrificação rural, ocorrida na década de 1980, segundo relatos dos camponeses, contribuiu para que alguns sítios construíssem suas sedes em áreas mais elevadas, antes de difícil acesso, pois a energia elétrica possibilita levar água a essas áreas com bombas e motores.



Mapa 6: Carta uso da ocupação do solo da Comunidade Cisterna. Município de Catalão (GO).

No decorrer dos trabalhos de campo, diversas dificuldades, e até mesmo dúvidas, se impuseram. Apesar do antigo contato com algumas famílias camponesas e trabalhadores rurais (desde 2009) da Comunidade Camponesa Cisterna, outras deveriam ser conhecidas. Esse contato entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa é sempre, a princípio, um desafio; logo depois, vira uma boa recepção e o receio inicial se desfaz.

Essas dificuldades iniciais foram sendo melhor e mais rapidamente superadas a partir do momento em que a pesquisadora reencontrou uma colega da Universidade (UFG/CAC), do curso de Matemática, que é filha de camponeses da comunidade e que sempre viveu lá. Esse reencontro aconteceu na Escola Maria Bárbara Sucena, nos mês de outubro de 2013, quando ela estava substituindo um professor na escola. Então, ela tornou-se acompanhante da pesquisadora durante a pesquisa de campo, nos meses de novembro e dezembro de 2013. Sua presença possibilitou maior aceitação das famílias e compartilhou-se diversos momentos de aprendizado, sendo que visitou-se vários parentes dela e amigos. Um elemento positivo foi que ela também possui idade aproximada com a pesquisadora, e é conhecida por todos da comunidade.

Na pesquisa de campo teve-se a notícia da morte de um desses sujeitos, o primeiro trabalhador rural (sr. Manoel, citado anteriormente) que veio da região Nordeste do país para trabalhar na Comunidade no cultivo do alho. Praticamente, todos os que entrevistei citaram o nome dele, e da história de sua família ao chegar na Comunidade. Todavia, parte de seus conhecimentos foram deixados, e suas histórias estão de certa forma, sintetizadas nesta pesquisa. Também foi entre esses sujeitos, muitos analfabetos, que ensinam através das relações sociais cotidianas que permeiam a produção da existência, que encontrou-se incentivo para continuar a pesquisar sobre a comunidade. Desta forma, ocorreu a pesquisa na Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO).

3 COMUNIDADES CAMPONESAS DE CATALÃO (GO): conflitos e disputas territoriais

Mas a vida é tecida por relações, e daí, a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (CLAUDE RAFFESTIN, 1993 p. 160).

Desenho: Comunidade Camponesa Cisterna.



Autor: Estudante da Escola Maria Bárbara Sucena. Filha de camponeses da Comunidade Cisterna. (2013).

Tratar-se-á aqui especificamente das comunidades camponesas e dos conflitos e disputas que eles enfrentam em suas relações com a sociedade capitalista, através da inserção nelas de novas técnicas, novas relações sociais e de trabalho, sobretudo, do assalariamento, que evidenciam o processo de modernização capitalista do território. As disputas são pelo território; os conflitos ocorrem no território. Considerando-se que, como afirma Raffestin (1993), território é a cena do poder e lugar de todas as relações, das quais o poder é parte intrínseca, essas disputas e esses conflitos tem caráter político. Portanto, as comunidades camponesas, e neste trabalho especificamente a Comunidade Cisterna do município de Catalão (GO), são o território sobre o qual sujeitos que lhe são estranhos querem estabelecer seu poder, para controlar e dominar os homens e as coisas que esse território tem em seus limites. Em um território também os seus sujeitos disputam o poder sobre ele. No caso das Comunidades Camponesas de Catalão (GO) os sujeitos estranhos são o Estado e o capital.

Para a análise desta situação será necessário compreender o espaço local e suas interações com o espaço global no decorrer do tempo. Em se tratando do meio rural é, inicialmente necessário observar que, no Brasil, na década de 1930, se consolida a oposição entre o urbano e o rural, o que desencadeia no tempo/espaço, posteriormente, formas estereotipadas e depreciativas de representação do camponês que se tornam hegemônicas na ideologia coletiva das representações simbólicas da população brasileira. O camponês, aqui entendido como sujeito que vive do seu trabalho na terra, passou a ser visto e é ainda hoje como um indivíduo atrasado, idiota, incapaz e culpado pelo atraso do campo no Brasil, que por sua vez, emperravam o progresso e o desenvolvimento do meio urbano, impedindo-o de se tornar plenamente capitalista.

Este estudo, em uma primeira fase, valer-se-á das contribuições dos clássicos da sociologia e da filosofia, tais como: Tönnies, Weber, Buber e Florestan Fernandes. Em uma segunda fase, as orientações teóricas de Wood, Luxemburgo e Berman serão utilizadas para a compreensão da sociedade moderna (capitalista) e suas relações. A reflexão sobre as categorias geográficas envolvidas nesse processo vão receber o aporte teórico de Santos, Raffestin e Haesbaert. A perspectiva desses autores aponta para a comunidade enquanto um território cuja população, está vendo seus recursos ameaçados por sujeitos que lhe são estranhos e que querem impor-lhes um modelo de desenvolvimento. Por fim, a análise considera os discursos e práticas desse modelo de desenvolvimento ao longo da história, com ênfase nas políticas públicas para o meio rural, de um ponto de vista da política, aqui entendidas como formas de controle social.

3.1 O sentido político de *comunidade*

Antes de se refletir sobre as relações de poder das quais as comunidades camponesas são lugar, isto é, sobre a política nelas, a partir dos conflitos e disputas ali estabelecidas, faz-se necessário caracterizar, definir e conceituar comunidade teoricamente. Assim, aqui, entende-se comunidade como o resultado de relações sociais e de trabalho do presente e do passado, de um grupo de identidade e pertencimento, renovável, em um lugar do mundo.

As primeiras comunidades humanas tiravam diretamente da natureza os elementos indispensáveis à sua própria existência, depois, passaram a criar técnicas para facilitar sua ação. Cada comunidade era relativamente autossuficiente. A medida em que aumentava a produção em quantidade e variedade, aumentavam as trocas entre comunidades diferentes, diminui a sua autossuficiência e chega-se às especializações, conforme os recursos naturais com que cada uma contava, e criavam-se novos desejos e necessidades. Os grupos de comunidades unidos por uma forma de poder cria uma sociedade e essa sociedade organiza e constitui o espaço de acordo com determinada forma de produção, que expressa as relações de poder. Mas a predominância de uma forma de produção pode não significar o fim de outras e a sociedade não se forma antes que as comunidades.

O sistema de produção denominado capitalista desde que se tornou hegemônica vem passando por transformações com as quais ele se reestrutura e mantém-se hegemônico, disso resultam suas várias fases. Na fase atual, mundializada (imperialismo), todas as sociedades terminaram por adotá-lo. Como o capitalismo opera com um modelo técnico capaz de se sobrepor à multiplicidade de recursos naturais e humanos, a sua mundialização também unifica a natureza. Suas diversas frações (da natureza) são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas e escalas diversas. (SANTOS, 1994). À escala mundial corresponde uma lógica que guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. Porém, lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de diferentes níveis e, às vezes, contrastantes, que os agentes capitalistas ocupam em sua hierarquia ou em sua evolução, na busca da eficácia e do lucro, para um melhor uso da tecnologia (do capital) e do trabalho, podem operar numa mesma escala. Assim se redefinem os espaços e eles podem conter ao mesmo tempo interesses longínquos e próximos, globais e locais, num movimento constante de territorialização, desterritorialização, reterritorialização, conforme os resultados dos conflitos e disputas ali estabelecidas.

No caso de que se ocupa esta pesquisa, que se materializa, com base, em conhecimentos já produzidos sobre a sociedade e sobre o homem, pela Geografia, a compreensão de comunidade adotada difere um pouco daquelas que tem os demais segmentos da sociedade (Estado, imprensa, igreja etc). Comunidade, aqui, é determinada pelas relações sociais de trabalho e produção hegemônicas no lugar. Nesta pesquisa o lugar é a Comunidade Cisterna, localizada na área não urbana do município de Catalão (GO), por outros denominada comunidade rural, mas, aqui chamamos de comunidade camponesa por ela ser caracterizada fortemente por relações sociais de trabalho e produção não tipicamente capitalistas e diretamente exercidas na terra, tendo como finalidade a sobrevivência imediata dos seus sujeitos e, portanto, sendo menos alienantes do que as capitalistas típicas. Raffestin (1993, p. 56) afirma “[...] a alienação do trabalho apodrece todas as demais relações sociais”, parafrazeando Marx. Assim, numa comunidade camponesa as relações sociais tem um caráter diferente das relações sociais que ocorrem em comunidades em que as relações sociais de trabalho e produção predominantes são capitalistas típicas.

As comunidades camponesas mantem, de várias maneiras, uma resistência ao capitalismo. É admissível falar de resistência onde existe poder. Como o poder, conforme Raffestin (1993) “é parte intrínseca de toda relação” e “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”, na relação do lugar/comunidade com o mundo/sociedade globalizada, há um poder e o mundo/sociedade globalizada está visando controlar e dominar os homens e as coisas do lugar/comunidade. Evidentemente há poder nas relações internas da comunidade. O controle e a dominação serão alcançados quando se concretizam transformações nas relações sociais de trabalho e produção da comunidade que as tornem não-subjetivas e totalmente alienadas.

Nesta situação de disputa pelo poder agentes sociais externos à comunidade camponesa tentam nela se territorializarem à custa da desterritorialização dos camponeses, que fazem de suas relações sociais e de trabalho e produção o limite que torna aquela porção do espaço território deles. A ação de criação de um limite – a delimitação – é comandada por um objetivo diferente de outros possíveis, por isso, conforme Raffestin (1993), a delimitação isola ou subtrai momentaneamente uma área do espaço e manifesta nela um poder. O objetivo diferente, para os camponeses, é, com seu trabalho na terra, satisfazer suas necessidades imediatas de sobrevivência. Já o objetivo diferente, para os agentes sociais de fora do território que querem dele se apoderar, o capitalismo e os representantes de seus interesses, é gerar mais lucro e acumulá-lo.

O argumento utilizado pelo capitalismo para se apoderar-se dos territórios camponeses é que eles são atrasados e é preciso levar o desenvolvimento, o avanço, o progresso até eles. A análise do espaço e suas transformações na modernidade não podem tornar o seu processo de modernização como se ele fosse linear, nem como se ele se desse realmente em prol dos verdadeiros avanços e progressos. Novas técnicas, novas relações sociais e de trabalho, grandes projetos são chamados de modernização do território, porém, essa modernização por si só já é constituinte da sociedade moderna, e é necessário levar isso em conta. Ao analisar o espaço moderno, Haesbaert (2006) diz que a modernidade pode ser vista unicamente como o período contemporâneo em que se estabelece esse movimento permanente de rápidas substituições e interações do antigo (tradicional) com o novo. A modernidade é um conjunto de condições novas e de imprevisibilidade do resultado das transformações. A modernidade está entre as visões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos. O autor ressalta ainda que modernidade:

[...] compreende assim uma com-vivência – a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambiguidades, desordem e organização, compondo uma atmosfera com a qual podemos nos confrontar em diversas escalas e contextos espaciais. (HAESBAERT, 2006, p. 80).

A principal característica deste período é a contínua mudança, no qual a velocidade e o ritmo são avassaladores, colocando os sujeitos modernos frente a um turbilhão destruidor/construtor que o conduz a uma condição de eterna perplexidade diante de um mundo em permanente mutação. Para Berman (1986, p. 97) as transformações tem como motor propulsor a consolidação da hegemonia burguesa que se apresentou como a destruidora de todos os valores e representatividades do mundo anterior a este período. Por isso, “tudo que é sólido desmancha no ar”, na expressão popularizada por Berman. Em suas palavras:

[...] a verdade é que, como Marx o vê, tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. “Tudo o que é sólido” – das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas. (BERMAN, 1986, p. 97).

Assim, as transformações empreendidas pelo capitalismo no espaço vão obedecer a esta lógica, que contraria a lógica camponesa para a qual as coisas são feitas para durar, as

mudanças são bem pensadas e planejadas e só ocorrem quando necessárias. A escola é posta a serviço da modernização que consiste também em negar a comunidade. Com o surgimento da escola e a institucionalização dos saberes inicia-se um processo de afirmação da diferença e negação da comunidade, em prol da sociedade moderna/capitalista. Para Foucault (1987, p. 28), a escola é uma das instituições estatais como o hospital, a prisão; visando o controle dos corpos e a utilização disciplinar do tempo. São instituições que retiram compulsoriamente os sujeitos do espaço familiar ou comunitário, onde são mais livres, e os retêm durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus corpos, comportamentos, saberes e valores. Segundo o autor, o controle do corpo “está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder tem alcance imediato sobre ele”. Todavia, com o surgimento da sociedade capitalista, tais instituições deixam de ser lugar de suplício¹² e se tornam locais de criação de “corpos dóceis”, uma “microfísica do poder”, que molda os sujeitos conforme seus interesses e, por isso, se tornam utilizáveis por mais tempo.

A Escola está diretamente sujeita ao Estado e às políticas públicas, mas também forma uma comunidade (professores, alunos, pais de alunos, vizinhos da escola), que se insere na sociedade. Os alunos também trazem para a escola conhecimentos prévios, da família e da comunidade social de que fazem parte. Na Comunidade Camponesa Cisterna, alguns sujeitos entendem como benefício trazido pelo cultivo de alho, a construção da escola na comunidade. A Escola¹³ Municipal Maria Bárbara Sucena começou seu funcionamento em maio de 1990, a partir da nucleação das escolas multisseriadas Boa Esperança, da Mata das Contendas (Cisterna); José Eliseu Marques, da Mata dos Caetanos (Custódia); Sebastião Rosa, do Capão Comprido (Custódia); José Limírio, da Baixada do Lobo (Custódia); Santa Terezinha, da Olaria; e Jesus de Nazaré, da Fazenda Morro Agudo-Cisterna, onde se localiza atualmente a sede desta escola¹⁴. Posteriormente, foram inseridas as escolas Nossa Senhora do Carmo, da Fazenda Coqueiros; e Limírio Marinho da Fonseca, da Fazenda Ribeirão.

Segundo Guimarães (2010),

[...] aconteceu a *nucleação* das escolas municipais rurais, proposta pela Secretaria Municipal de Educação, e que consistia em transportar os alunos para as comunidades rurais que já dispunham de escola com classes da 2ª fase do ensino fundamental [...] ou para as escolas urbanas. (GUIMARÃES, 2010, p. 115).

¹² Foucault (1987) ressalta que o suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento (exposição, coleira de ferro, açoite, decapitação, esquartejamento), símbolo da crueldade e da barbárie entre os homens.

¹³ Segundo a Secretaria Municipal de Catalão há 6 escolas municipais no meio rural, contando com as dos Distritos de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde.

¹⁴ Segundo informações do Histórico da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena (2013).

Assim, a Escola Maria Bárbara Sucena passou a receber os alunos das comunidades próximas. No início, a escolha da escola esteve à critério dos pais, mas, posteriormente, ficou a cargo da prefeitura, que organiza e custeia o transporte dos alunos do meio rural ou para escolas do próprio meio rural ou para escolas urbanas. A foto 3 retrata quatro, dos cinco veículos que levam os alunos e professores para a Escola Maria Bárbara Sucena. Os filhos dos camponeses e dos trabalhadores rurais dependem deste transporte para continuar em vivendo nas comunidades camponesas. A distância percorrida diariamente pelos alunos pode ser grande. Os que os que moram mais distantes da escola gastam de uma hora a três horas no transporte escolar até chegar à Comunidade Cisterna.



Foto 3: Transporte de alunos e professores para a Escola Maria Bárbara Sucena.

Fonte: Pesquisa de Campo, junho/2013.

Autora: RODRIGUES, G. S.

Esses veículos utilizados para realizar o transporte dos alunos e professores são fretados pela Prefeitura Municipal de Catalão (GO). As estradas percorridas pelos veículos recebem mais manutenção (pela Prefeitura) do que as demais estradas.

Durante a pesquisa de campo¹⁵, foi feito o percurso que os professores fazem da cidade para a escola, com duração de cerca de 40 minutos. Quando o veículo dos professores chega na escola os veículos que levam os alunos já se encontram estacionados e os alunos aguardando os professores para o início das aulas. O horário de funcionamento da escola é de três vezes na semana em período integral, envolvendo projetos de recuperação nas disciplinas,

¹⁵ Durante a pesquisa de campo, a pesquisadora utilizou o transporte escolar para ir até à Comunidade realizar as entrevistas com camponesas e Oficina na Escola Municipal Maria Bárbara Sucena.

e dois dias no período vespertino, quando os alunos e professores almoçam e lancham na escola.

A denominação da escola Maria Bárbara Sucena, deve-se ao fato de que o terreno em que a escola foi construída doado ao poder público pela senhora Maria Bárbara Sucena, popular Dona Cota, a qual se destacava por sua atuação na Comunidade Cisterna como a benzedeira. O núcleo familiar ao qual pertencia Dona Cota era grande, dividindo-se e distribuindo-se por várias propriedades na comunidade, sobre a qual exercia grande influência.

Atualmente (2013), a escola atende a aproximadamente 140 alunos, contando com as séries que vão desde o Jardim II até o 9º Ano. A escola atende atualmente as Comunidades Camponesas do Ribeirão, Coqueiros, Olaria, Cisterna e Custódia.



Foto 4: Entrada da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena na Comunidade Cisterna, Catalão (GO).

No espaço da escola, não há sequer uma árvore plantada ou nativa que tivesse sido preservada. É um ambiente fechado em si mesmo, isolado, cercado. A estrutura física da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena lembra o panóptico¹⁶, idealizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Segundo Foucault (1987, p. 181), “o panóptico [...] deve ser

¹⁶ Foucault (1987, p. 178-179) diz que “[...] o panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”. Assim, com o advento da sociedade moderna, não é necessário recorrer à força para obrigar: “[...] condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação”.

compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens”. É uma construção que permite a total observação e a vigilância de quem está dentro dela por quem a controla. Inspirou o projeto arquitetônico de instituições do Estado, empresas públicas e privadas. O panóptico manifesta por um conjunto de mecanismos de que se serve o poder, uma invenção técnica e tecnológica que a partir dos desejos mais diversos, fabrica homogêneos de poder.

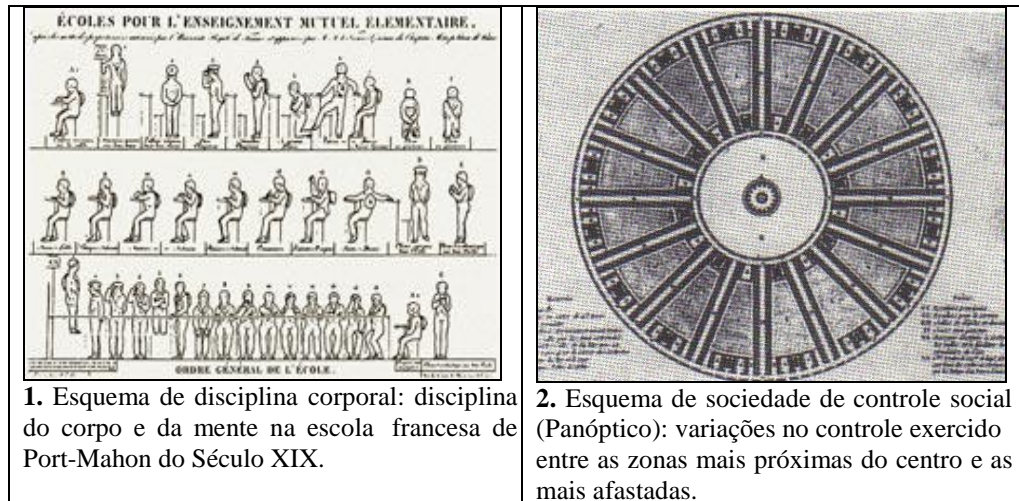


Figura 2: Esquemas de disciplina e do panóptico.
Fonte: Foucault (1987).

A Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, enquanto escola, é uma das instituições que Foucault (1987) afirma que possui o intuito de controlar. Os mecanismos ali encontrados formariam o que Foucault chamou de tecnologia política, com poderes de manejar espaço, tempo e registro de informações, tendo como elemento unificador a hierarquia arquitetônica. A dominação e o poder originam-se de uma única fonte, o Estado, mas são exercidos em várias direções, cotidianamente, em escala: local, regional, nacional e global. Não há relação de poder que não seja acompanhada da criação de saber e vice-versa.

As escolas da zona rural atendem a uma quantidade significativa de crianças que moram no meio rural e, desse modo, levam a essas comunidades camponesas educação pública. No cotidiano da escola do meio rural, o trabalho de educar vai acontecendo diante das dificuldades, como as do percurso escola-casa. Mas, uma escola no meio rural não deve ser pensada como uma escola do meio urbano; não deve reproduzir para os seus sujeitos, filhos de camponeses, o modo de vida da sociedade moderna, portanto, urbana. A nucleação das escolas rurais do município de Catalão (GO) na década de 1990 significou a diminuição dessas escolas e sua desvalorização e, obviamente, do território das comunidades camponesas. Uma política pública mesmo a de criação de uma escola pode ser um meio de controle social.

A educação aprisionada na escola, nas mãos de especialistas do saber, isola-se da realidade e inverte-se, assim, a sua lógica. A educação é vida quando realizada de acordo com a realidade de uma comunidade; quando não, é vista uma instituição que legitima a desigualdade e a divisão das classes sociais. Dessa forma, a educação existe não somente para difundir saberes, mas, também, para adequar. Tudo aquilo que o sistema capitalista vê como atrasado, tradicional e primitivo ao modo de vida moderno e desenvolvido. Mas, a educação escolarizada, ao contrário, poderia ser um lugar de resistência desses grupos que buscam afirmar-se enquanto sujeitos da história a partir do modo de vida de sua comunidade de convivência. Por isso, a comunidade é combatida, é preterida, em prol da sociedade, enquanto forma de associação humana.

Mas o que é, do ponto de vista geográfico, histórico e filosófico uma comunidade camponesa? Que ameaças ela representa ao sistema e por quê?

O conceito só de comunidade já é polissêmico. A palavra comunidade é proveniente do grego arcaico que significa pólis, denominado por Aristóteles como comunidade política. Traduzido para o latim, *communitas*, significa cidadania. Refere à qualidade daquilo que é comum a um determinado grupo, por isso existem diferentes tipos de comunidade, considerando-se o seu tamanho, a quantidade de sujeitos que a compõem, e o que tido ao mesmo tempo pelos seus membros, o que é que é comum a todos. A definição do dicionário Cegalla (2005) da Língua Portuguesa traz os seguintes significados: “conjunto de indivíduos que vivem num mesmo lugar, partilham a mesma história ou tem os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. [...]; conjunto populacional considerado como um todo em virtude de algum aspecto comum [...]; grupo social com características específicas ou individualizantes [...]; concordância, conformidade, harmonização.”

O sociólogo alemão, Ferdinand Tönnies¹⁷ (1855-1936), membro de uma comunidade no meio rural, em Schlswig-Holstein/Alemanha, analisou a questão dos conceitos, significados e sentidos de comunidade¹⁸. Tönnies parte da concepção que comunidade seria a vida em comum, o íntimo, a única relação durável, na qual toda dignidade ou liberdade proviria de uma vontade geral. Para o autor, teríamos algumas formas embrionárias de comunidade que podem ser indicativo de um estado primitivo e natural dos

¹⁷ Publicou o livro *Comunidade e sociedade (Gemeinschaft und Gesellschaft)*, em 1887; obra de referência para os estudos dessas formas sociais.

¹⁸ Florestan Fernandes (1973) possui um capítulo nesta obra chamada “Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais” de Fernand Tönnies (páginas 96-116); material pertencente ao livro “Comunidade e Sociedade”. Segundo Florestan Fernandes (1973), Tönnies tem influência de pensadores de grande estatura teórica como Karl Marx e Thomas Hobbes em sua construção teórica.

humanos: a maternidade, as relações sexuais e o amor fraternal¹⁹. A ampliação dessas relações leva à formação de comunidades mais complexas com maior número de membros e ligados por outros laços.

Brancaleone (2008) ao analisar os principais conceitos utilizados por Tönnies, afirma que esses padrões de relações comunitárias se realizariam territorialmente através: da casa, a aldeia/vila e a cidade. Segundo o autor, Tönnies afirma que já a sociedade é público, o mundo, no qual a vida é só passageira e aparente, semelhante a um agregado mecânico, artificial e calculista, baseada na racionalidade. Na passagem do modo de vida rural para o modo de vida urbano, teria ocorrido uma mudança na organização comunitária. Quanto mais se multiplicava a vida na cidade, através do mercado estimulando o surgimento da vida urbana, perdiam os círculos de parentesco e vizinhança que são a base da vida comunitária.

Quanto mais se realiza o estado de sociedade em um lugar, mais esse lugar assemelharia a uma grande cidade (a metrópole). (BRANCALEONE, 2008). Para Tönnies, a comunidade é uma relação de corpos, de caráter orgânico, enquanto a sociedade estaria vinculada à existência do Estado (moderno/capitalista), como espírito humano projetado, que representam uma classe, portanto, antes promove a divisão entre sujeitos. Os padrões de sociabilidade comunitária continuam a existir na sociedade urbana, marginal e residualmente, na maioria dos casos, mas possibilitando a articulação até mesmo de outras sociabilidades híbridas.

Max Weber (1864-1920) afirma que uma forma societária ou comunitária de existência social, com ênfase em cada conceito como expressão de diferentes níveis de organização da vida social é determinada pelo tipo de socialização. (WEBER, 1999). Para Weber, comunidade e sociedade expressam diferentes níveis de organização da vida em grupo social. Trata-se de considerar múltiplas possibilidades em uma ação. Por sua vez, a ação social sempre tem um significado subjetivo dado por quem executa e quem orienta essa ação. Max Weber (1999) aborda sobre o caráter da associação doméstica (comunidade), que supre as necessidades regulares de bens e trabalho da vida cotidiana. Evidencia que parte importante da necessidade extraordinária de serviços em ocasiões especiais e situações de emergência é suprida na economia agrária autárquica que vai além da Comunidade Doméstica individual: a

¹⁹ Estas características adentram no que denomina-se de comunidade de sangue. Brancaleone (2008, p. 100) diz que Tönnies registrou a existência de três padrões de sociabilidade: “[...] comunidade de sangue (parentesco), lugar (vizinhança) e espírito (“amizade”). Nas comunidades de sangue e lugar, atribuiu a constituição de vínculos de natureza própria da vida animal, o que justifica a aproximação do entendimento de comunidade vinculada a biologia”.

ajuda da vizinhança²⁰. Todavia, com as condições da vida moderna, diante do sistema capitalista, isto se descaracteriza.

O filósofo Buber²¹ (1878-1965), judeu de origem austríaca, descreve e analisa em sua obra “Caminhos da Utopia” a experiência dos kibbutzim (comunidades agrárias) como um dos elementos práticos de uma possível reorganização da sociedade sobre fundamentos de valores comunitários e de solidariedade. Como membro desta comunidade, Buber descobre ao seu redor dois tipos de mundo: de um lado, um mundo agrário, enraizado em antigas tradições medievais, solidamente ligado à terra; e, de outro, o mundo do comércio, dos centros urbanos, em constante mudança, um mundo cuja principal preocupação é o lucro.

O filósofo traz uma importante contribuição para se refletir sobre a educação para a comunidade. A educação, neste viés, seria a preparação para o sentimento de pertencimento de comunidade, na vida pessoal e, assim, participar da sociedade. Buber (1987, p. 89) ressalta ainda que, “[...] estas sombrias descrições da atual condição tem, no entanto, para mim algo de desencorajador, na medida em que facilmente nos levam a ignorar o “aqui e agora” da experiência, da possibilidade, do momento, toda a fecundidade do momento”. O melhor exemplo de educação, segundo o filósofo, é a natureza. Ela educa através da luz, do ar, da floresta, dos animais e de tudo o que se pode experienciar; e educar para a comunidade só é possível na medida em que existe comunidade que educa para a comunidade e que valoriza suas potencialidades.

Para facilitar a compreensão das diferenças entre os dois tipos de organização coletiva (comunidade e sociedade) o quadro 2 traz as principais características de comunidade e sociedade com suas diferentes territorialidades e formas de convivência:

²⁰ Max Weber (1999) enfatiza que a comunidade de vizinhos não é o mesmo que comunidade doméstica. Para o autor, a comunidade doméstica é um fenômeno primitivo, que pressupõe o grau de produção agrícola planejada de cada família. Já a comunidade de vizinhos baseia-se na proximidade do domicílio efetivo e contínuo do camponês.

²¹ Marcelo Lopez de Souza (2013) elaborou notas e a revisão da tradução do livro do Martín Buber (1949) “Caminhos da Utopia”, e ressalta que Buber era um socialista de corte fortemente libertário, crítico do capitalismo, intelectual humanista sendo uma das pessoas mais eruditas do seu tempo. É um autor utilizado pelos ideólogos do Anarquismo, porém Buber em seus livros não abordou esta questão.

Quadro 2: Formas de associação

FORMAS DE ASSOCIAÇÃO			
		Comunidade (<i>Gemeinschaft</i>)	Sociedade (<i>Gessellschaft</i>)
Natureza da Associação	Modo de União:	Afetiva.	Objetiva.
	Formas de unidade:	Vida real e orgânica/organismo vivo.	Estrutura imaginária e mecânica/agregado/artefato.
	Modelo de Relação:	União na separação/mantêm-se essencialmente unidos apesar de todos os fatores disjuntivos.	Separação na união/mantêm-se essencialmente separados apesar de todos os fatores unificantes.
	Padrão de intensidade:	Relações locais/interação de pessoas (mais rural), tradicional (como denominação e fenômeno).	Relações supra-locais/complexidade, de Estado (mais urbana/ideia de novo).
Ideia de Autoridade	Normas/Controle:	União/hábitos/valores.	Convenção/lei/opinião pública/Pseudo-humildes.
	Círculo Vital:	Família (por sangue), aldeia, espiritual (parentesco, vizinhança, solidariedade, amizade, ajuda mútua).	Contrato/Metrópole/Nação/Estado/mundo

Adaptado de Haesbaert (2009).

Fonte: Tönnies (1887), Buber (1987, 1949, 1974); Florestan Fernandes (1973); Brancaloneo (2008).

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013).

A aceitação do fato de que apresentado no quadro 2 comunidade e sociedade são diferentes e que a existência de uma não exclui a existência da outra, favorece a compreensão das interações entre uma e outra, internas a cada uma e da diversidade que cada uma possui. Considerando que são principalmente as relações sociais de trabalho e produção predominantes em um lugar que definem ali a formação ou não de uma comunidade, a penetração do capitalismo no campo com suas relações sociais de produção típicas, formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho por dinheiro, e com a transformação da terra em mercadoria, tende a destruir as comunidades camponesas. Para os camponeses, mesmo os que são proprietários privados de pequenas e médias áreas de terra, a terra tem valor pelo uso que dela se faz, nela se trabalha para suprir as necessidades de sobrevivência. Assim, campesinato, nele estando incluídos os trabalhadores rurais não proprietários, e comunidade, são intrínsecos um ao outro. As relações sociais se concretizam primeiro na comunidade. A comunidade camponesa, portanto, é elemento central da realidade do camponês, pois ela exprime seu modo de conceber sua existência.

As comunidades camponesas já tiveram, inclusive, em outros tempos e lugares, como na Europa feudal e na América Pré-Colombiana, usos da terra conforme os interesses da coletividade. Wood (2001) afirma que, na Europa, na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVII, houve uma pressão contínua para a extinção das terras comunais, para transformar a terra comunal em particular, em propriedade privada, que os burgueses poderiam obter por compra. Assim, as relações sociais de produção e de trabalho também na terra passam a ser submetidas

aos padrões da acumulação, da competição e do lucro. O valor da terra se modifica. A autora afirma a tese de que o capitalismo surge no campo inglês no século XVII, enquanto a França permanecia um país de camponeses com posse de terra. Na Inglaterra a terra, assim, concentrada em poucas mãos fez a massa dos sem-propriedade crescer rapidamente. Enquanto a França por ainda ter camponeses com terra seguia práticas tradicionais, não utilizava o melhoramento, a Inglaterra estava respondendo aos imperativos da competição e da maximização do lucro mediante o cercamento das terras comunais e sua venda aos burgueses e o estímulo aos arrendamentos.

O melhoramento significou algo mais do que novos métodos e técnicas de cultivo. Significou uma nova forma e concepção de apropriação da terra (propriedade privada) que a transformava em capital. Assim, ocorreu a expropriação de camponeses através dos cercamentos, da privatização das terras comunais. Isso desencadeou conflitos e revoltas na Inglaterra. Expulsas pelos cercamentos, essas populações foram para as áreas urbanas em crescimento, servindo como força de trabalho desqualificada e barata para as atividades nas fábricas. Assim, esse processo pode ser compreendido enquanto novas relações entre as classes e entre elas e o Estado, e também, conseqüentemente, com a produção de territórios diferentes marcados pela exploração.

Como efeito da modernização, tem-se o aumento em extensão de terras cultivadas, porém também uma crescente concentração da propriedade da terra nas mãos da minoria. Pode-se dizer, então, que, ao menos na Inglaterra se desenvolveu na cidade e no campo concomitantemente. No entanto, conforme Luxemburgo (1985) afirma que o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não-capitalista, em outros tempos e lugares a sua implantação vai ocorrer primeiro nas cidades. Nos países da Europa ocidental ele se desenvolve em meio ao feudalismo, o que lhe comunica sua forma primitiva após a queda do feudalismo. Inicialmente, o capitalismo terá por ambiente o meio camponês-artesanal, ou seja, um sistema de produção simples. Luxemburgo (1985) evidencia que, para as sociedades primitivas, resistir às expropriações capitalistas tratava-se de uma luta pela sobrevivência. O capitalismo necessitava dos meios de produção, da força de trabalho dessas sociedades e da demanda delas por mais produtos, então, deveria tirar-lhes os meios de produção e a força de trabalho e transformá-las em compradores de suas mercadorias.

Luxemburgo (1985) afirma que, para se desenvolver, o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Necessita-se de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para realizar sua mais-valia, para aquisição de seus meios de produção e como reserva de mão-de-obra para seu sistema salarial. Assim,

se justifica a presença do campesinato nos dias atuais, inclusive integrando-se e/ou sendo útil ao sistema capitalista. A autora ainda defende a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo não levará à supressão de modos não-capitalistas de produção, ou seja, do campesinato, mas, ao contrário, para ela quanto mais o capitalismo se desenvolve, contraditoriamente, produz relações sociais não-capitalistas de produção.

Por isso, o desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil é contraditório e combinado. (OLIVEIRA, 2007). Ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado, por exemplo, através da presença no campo de boia-fria), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo). Mas, evidentemente, o campesinato não sobreexiste só pela complacência do capitalismo. Há resistência e disputas dos camponeses também, para não deixar massacrar sua cultura, por exemplo.

É através da concepção clássica de recriação camponesa no capitalismo que essa pesquisa foi desenvolvida na Comunidade Camponesa Cisterna, ou seja, considera-se a recriação camponesa, em meio às transformações que ocorrem no meio rural brasileiro, como uma lógica do próprio capitalismo.

3.2 As políticas públicas para o meio rural: as disputas territoriais da Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO)

Quando um território já constituído torna-se alvo de interesse para sujeitos de fora dele, estabelece-se uma disputa. Interesses conflitantes estão convergindo para numa mesma área do espaço. O Estado intervém através de políticas públicas geralmente para favorecer os interesses do capitalismo, porque se faz dele seu representante. O Estado opta por um modelo de desenvolvimento para o país como um todo. Considerando território em uma menor proporção, há inúmeros territórios em um mesmo país e há projetos distintos de desenvolvimento desses territórios. Um Estado que adota o capitalismo, o adota para o meio urbano e para o meio rural. No Brasil no meio rural o capitalismo se territorializou através do agronegócio, praticado em grandes extensões de terra e produtor de *commodities*. O argumento que justificou sua implantação é a modernização do país. Mas, o campo já contava com outras práticas produtivas como a lógica familiar camponesa. Assim, à medida em que o capitalismo avança no meio rural ele cria conflitos e disputas.

Como a reprodução do capitalismo é contraditória e combinada, ou seja, ao mesmo tempo em que estabelece relações sociais de produção e trabalho especificamente capitalistas, produz ou mantém também, igual e contraditoriamente, relações sociais não capitalistas de produção e de trabalho. Assim, a partir de diferentes conjunturas políticas, sociais e econômicas, o capitalismo no meio rural manifesta-se tanto pelo agronegócio e agroindústrias, quanto pela permissão para que os camponeses sobrevivam, mas, obviamente, desde que lhe sirva para alguma coisa.

Historicamente, os países subdesenvolvidos²², constituídos por setores produtivos, organização social e culturas diferentes, são vistos como tendo a necessidade de uma reestruturação que os colocaria em uma posição parecida com a dos países desenvolvidos. Assim, cria-se a ideia de que o campo se encontra em persistente desvantagem, afetado por múltiplas deficiências, necessitando da ajuda do planejamento racional, que consiga incorporá-lo à trilha de desenvolvimento atingido no seu meio urbano e pelos países desenvolvidos. Baixos níveis de renda, de padrão de vida e de consumo, processos produtivos menos intensivos em capital, pior remuneração nos empregos, acessibilidade reduzida a certos bens e serviços, difusão precária das novas tecnologias, limitada mobilidade social, cultura tradicional e conservadora são características gerais que qualificariam tanto um país subdesenvolvido, em comparação com um país desenvolvido, como o meio rural frente ao urbano.

O desenvolvimento econômico, segundo Furtado (1964), ordena um processo histórico de mudança social e cria um sistema produtivo diferente com o uso das ciências e tecnologias. O autor assim define o desenvolvimento:

[...] cabe definir o desenvolvimento econômico como um *processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas*. O avanço da ciência desempenha papel estratégico nesse processo, pois dele emanam as inovações tecnológicas. (FURTADO, 1964, p. 29, grifos do autor).

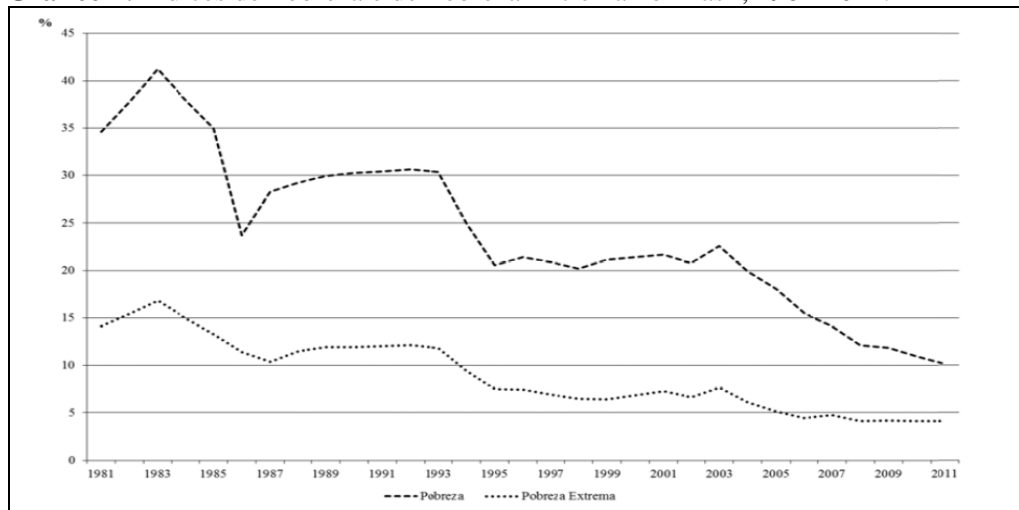
No entanto, só uma parte pequena da população obtém os benefícios desse desenvolvimento, que não é generalizável para a grande maioria. No livro *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado (1974), afirma que o estilo de vida criado pelo

²² Galeano (1986) evidencia que a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Para o autor, desde o Descobrimento tudo se transformou em capital europeu e, mais tarde, norte-americano, “[...] tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos”. (GALEANO, 1986, p. 5).

capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria. Os custos em termos de depredação da natureza, desse estilo de vida, são de tal forma elevada que tentativa de generalizá-lo levaria ao colapso de toda civilização, colocando em risco a humanidade. O desenvolvimento – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é, simplesmente, irrealizável. Por isso, Furtado afirma que a ideia de desenvolvimento é simplesmente um mito.

Montenegro Gómez (2006), analisando a pobreza e as desigualdades dos países latino-americanos, ressalta que a magnitude desse fenômeno no Brasil é intensa. O Brasil sempre aparece entre os países que acumulam mais pobreza e apresenta mais desigualdade; isto é afirmado nos documentos de instituições internacionais (Banco Mundial, PNUD, CEPAL etc.) que destacam a rígida estrutura da pobreza, apesar dos programas para combatê-la. No gráfico 4 é possível verificar, nos últimos 30 anos que a pobreza e a indigência tiveram uma redução significativa, mas ainda não acabaram.

Gráfico 4: Índices de Pobreza e de Pobreza Extrema no Brasil, 1981-2011.



Fonte: Instituto Nacional – Estudos e Pesquisa n° 492 (2013).

Pode-se pensar que, se não houvesse desenvolvimento econômico, a situação seria ainda pior. Os dados do gráfico evidenciam uma diminuição da pobreza e da pobreza extrema da população brasileira. A partir da década de 2000 foram criadas novas políticas públicas de combate à pobreza, como o programa Fome Zero²³, e são dados a elas o mérito pela diminuição da pobreza. Mas, desenvolvimento econômico e políticas públicas circunstanciais

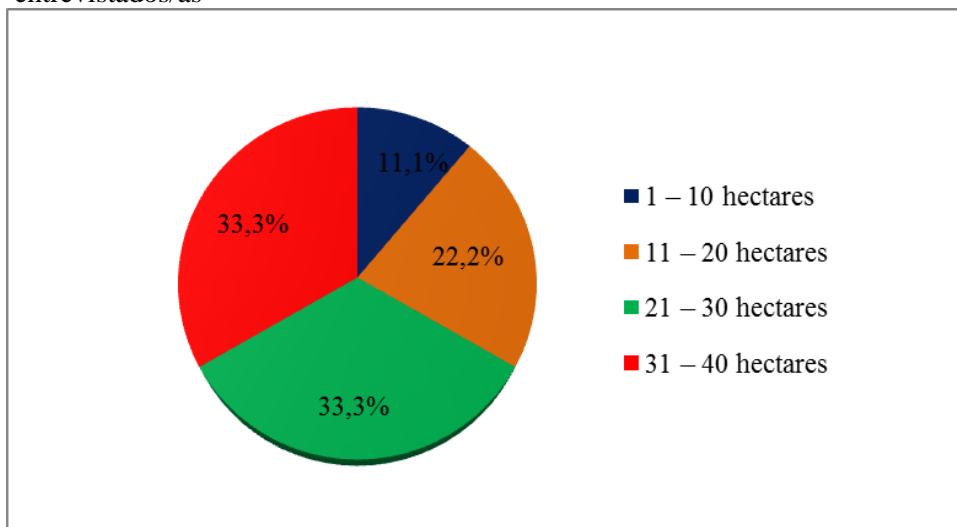
²³ Segundo informações da página oficial do programa Fome Zero, o governo federal articula políticas sociais com estados e municípios com a participação da sociedade e implementa programas e ações que buscam superar a pobreza. Disponível em: < <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 10 de out. 2013.

tampouco são capazes de acabar com a pobreza e a miséria. As mudanças tem que ser estruturais. Não adianta apenas reformar o desenvolvimento e o contexto político do Brasil.

Para Porto-Gonçalves (2006), a ideia de desenvolvimento econômico está associada à de modernidade, é estar em desenvolvimento. Ressalta, progresso como domínio natureza e da hegemonia de uns sobre tudo e sobre todos. Assim, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que afaste o ser humano da natureza e que o coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. Mas, a sociedade que assim age cria também imensas desigualdades sociais e políticas. O agronegócio, no meio rural, é a mola propulsora para o desenvolvimento econômico, porque, entre outros atributos, ele moderniza o campo brasileiro. As práticas camponesas são um atraso. Mas, se elas são toleradas e até tem sido alvo de políticas públicas e porque o capitalismo sabe se beneficiar delas e mantém-las sob controle. É da atividade de pequenos e médios produtores que vem mais ou menos 70% dos alimentos produzidos no país.

A Comunidade Camponesa Cisterna, em Catalão (GO), é composta, predominantemente, por camponeses com pequenas propriedades. Da agricultura camponesa produz-se para o autoconsumo e o excedente é comercializado na cidade de Catalão ou na própria comunidade, com vizinhos ou compradores que vão até as propriedades.

Gráfico 5: Comunidade Camponesa Cisterna: tamanho das propriedades dos entrevistados/as



Dos 10 entrevistados, 09 responderam a esta pergunta.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

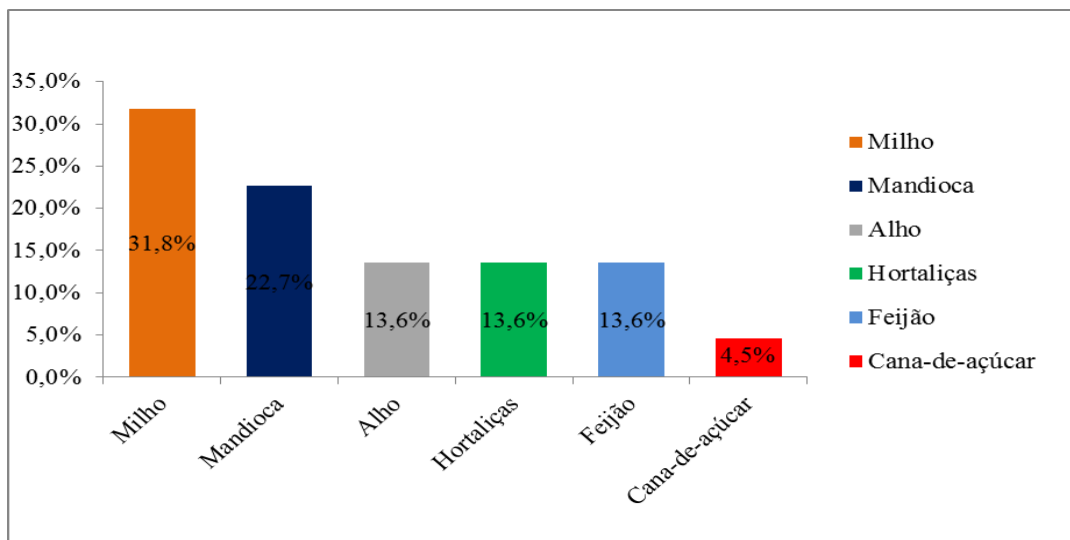
Org.: RODRIGUES, G. S. (2013)

Na maioria das propriedades visitadas na pesquisa de campo, foi possível constatar que os parentes moram próximos uns dos outros, o que evidencia que as famílias

camponesas tem várias gerações na comunidade. Como a terra foi dividida em partes para os componentes da família, as propriedades camponesas adquiridas por herança ou mesmo por compra são pequenas, sendo em torno de 21 a 30 hectares, como retrata o gráfico 5. Alguns herdeiros, quando recebem a terra como herança, já estão em outras atividades e vendem a sua parte, o que vai aumentando a quantidade de pessoas diferentes na comunidade, pertencentes a outras famílias.

Nessas propriedades ocorre a diversificação da produção agrícola e pecuária, conforme apresentam os gráficos 6 e 7:

Gráfico 6: Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO): produção agrícola



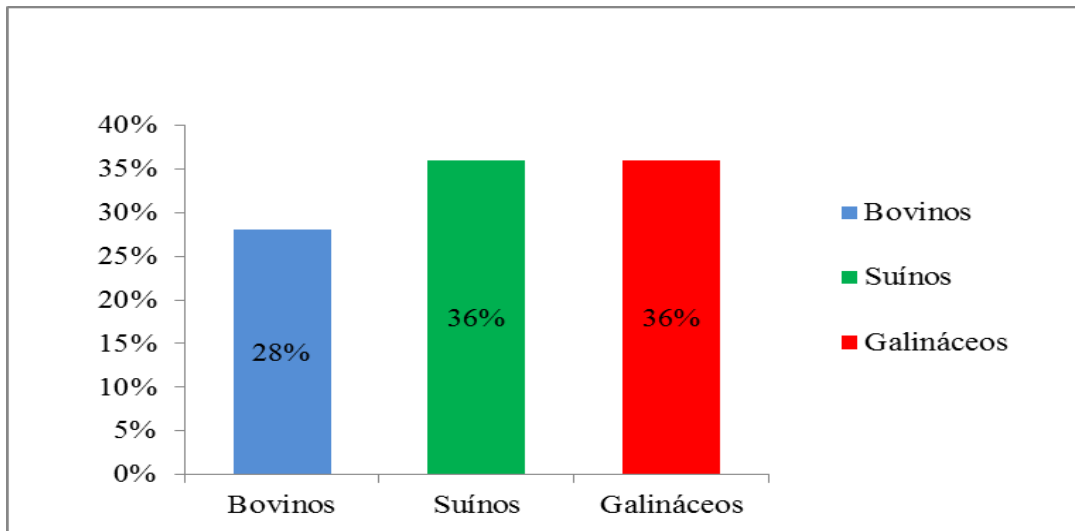
Dos 10 entrevistados, 1 não respondeu à pergunta: “Quais são os produtos cultivados para a comercialização”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013).

***Observação:** a produção de alho destina-se quase totalmente à venda.

No Plano Safra de 2012/13 o Governo Federal destinou 18 bilhões de reais para a agricultura camponesa e 115,25 bilhões de reais para o agronegócio. Mesmo com a concentração de crédito nas mãos dos que produzem para a exportação, a agricultura camponesa é que garante o abastecimento com os produtos de primeira necessidade para o país. Inclusive, também em relação à produção de animais bovinos, suínos e galináceos. Na Comunidade Cisterna, a criação de animais mostra a diversidade da produção.

Gráfico 7: Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO): criação de animais

Dos 10 entrevistados, 1 não respondeu a esta pergunta.

Pesquisa de Campo (2013).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

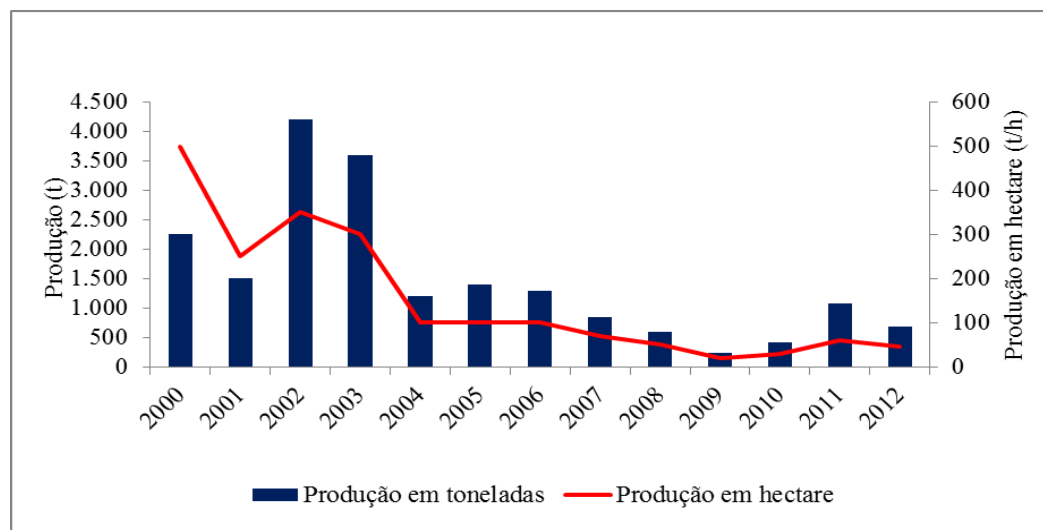
Org.: RODRIGUES, G. S. (2013).

A diversificação da produção é uma forma de assegurar a reprodução familiar camponesa. Parte da produção, como hortaliças, grãos e criação de animais, destina-se ao consumo da família e a outra parte à venda. A produção, ao menos, para o autoconsumo é indispensável, pois destina-se a suprir as necessidades da família. A produção de alho destina-se quase que totalmente à venda e seus custos são altos. Os camponeses ressaltaram em entrevista que uma das medidas adotadas para reduzir os custos tem sido a substituição da produção de alho e grãos por cultivos que exigem menor uso de insumos, agrotóxicos e mão-de-obra, e proporcionem rendimento, como as hortaliças. Além disso, alguns camponeses tem investido na criação de gado leiteiro. Enquanto a pesquisa estava em andamento a ordenha das vacas era manual. O leite excedente é entregue para a Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL). No dia-a-dia da comunidade, não se utiliza mão-de-obra assalariada; sendo a base de sustentação da propriedade é o trabalho de toda a família.

Mesmo com a produção diversificada, comercialmente o forte da produção local ainda é o alho, agora não mais produzido pela maioria da população, como foi na década de 1990, auge desse cultivo. Crises por causa da importação de alho, que fez o preço cair, levaram à diminuição das áreas plantadas. Devido a isso, ocorreu também a extinção da Associação de Produtores de Alho da comunidade. A produção é individual e a comercialização também. Mas, a Comunidade Cisterna sofreu algumas transformações sócio-espaciais no auge da produção do alho que se tornaram permanentes, como a Vila Sucena, que

ainda fornece mão-de-obra para os produtores locais e a nova construção da Escola Maria Bárbara Sucena.

Gráfico 8: Produção de Alho em Catalão (GO) – 2000-2012.



Fonte: IBGE, 2013.

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013)

No município de Catalão (GO), a Comunidade Cisterna é, ainda, a que mais produz alho. De acordo com o gráfico 8, a produção de alho no município tem diminuído, por causa de vários problemas, como relata um entrevistado:

Agora tá muito difícil. As despesas estão muito caras. Plantei um poquinho este ano, ano que vem não vô plantá [...] O alho, se não cuida, não tira nem pro que gastô. Tudo caro, principalmente, a mão-de-obra. (Pesquisa de Campo, 2003. Entrevistado 08).

Nas propriedades camponesas, o trabalho é dividido entre os membros da família, conforme gênero e idade. Tradicionalmente as mulheres dedicam-se ao trabalho doméstico e às hortaliças. Já os homens ao trabalho na roça. As crianças e jovens auxiliam nesses afazeres. O quadro 3, traz várias fotografias que comprovam essa dimensão do vivido na comunidade a partir do trabalho familiar. O quadro 4 apresenta as fotografias de casas de famílias camponesas, espaço importante para relações familiares e sociais dentro da comunidade. A maioria das casas possui água encanada e energia elétrica, equipamentos eletrônicos e móveis modernos, o que demonstra que as famílias conseguem auferir renda do trabalho na propriedade em que vivem.



Quadro 3: Comunidade Camponesa Cisterna - Diversificação da produção: hortaliças, bovinos, galináceos, banana, milho e mandioca.
Fotografias: RODRIGUES, G. S

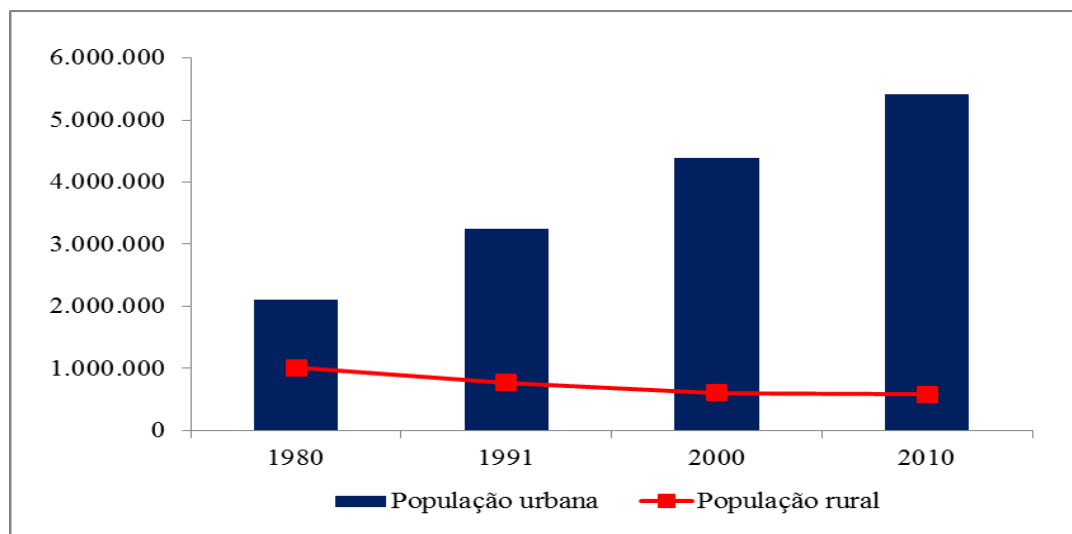


Quadro 4: Comunidade Camponesa Cisterna - Moradias das famílias camponesas.
Fotografias: RODRIGUES, G. S.

É na Comunidade Camponesa que se produz e se preserva um modo de ser e de viver dessa população, que se constitui como um pressuposto de identidade territorial, cultivado nas práticas cotidianas e no sentido singular de como essas famílias se organizam no tempo e espaço da Comunidade. No extenso meio rural do Município de Catalão (GO) convivem diversas singularidades territoriais. Os empresários rurais se territorializaram em terras mais planas e com boas condições hídricas para produzirem grãos. As comunidades camponesas resistem. Ao todo são reconhecidas 33 comunidades camponesas. Há dois pequenos núcleos urbanos com status de distrito: Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde. Neste último estão localizadas as maiores fazendas da região.

Com o passar dos anos, após a Revolução Verde ter se expandido no campo, a produção por hectare aumentou, ou seja, a produtividade aumentou e não só a área plantada. O uso de novas técnicas e tecnologias vem modernizando o campo no sentido capitalista. Este período, ocorre no estado de Goiás uma intensa migração do campo para a cidade, como evidencia o gráfico 9, a seguir:

Gráfico 9: População urbana e rural de Goiás, 1980-2010.



Fonte: IBGE (2013).

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013).

A migração da população do campo para a cidade no Brasil só aumenta desde a década de 1940 (quadro 5). Goiás segue os mesmos rumos que o país. O aumento da migração para a cidade em Goiás e no Brasil, deve-se em parte aos incentivos financeiros do Estado para intensificar a mecanização da produção agrícola, com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Concomitantemente o crescimento industrial do Brasil (intensificado nos anos 1970) também vem promovendo o crescimento da população urbana desde a década

de 1930, em escala nacional. A taxa de urbanização nacional em 2010 foi de 84,36%. Goiás, em 2010, para uma população urbana de aproximadamente 5,5 milhões de habitantes, possuía uma população rural de cerca de meio milhão de habitantes.

A intensa urbanização também redefine as relações entre o mundo rural e o mundo urbano. O predomínio do urbano valoriza o seu modo de ser, a sua cultura, em detrimento do modo de ser da cultura rural. Martins (1975) ressalta que ocorreu a plena adoção da ideologia urbana e de valores típicos da cidade. Para o autor, o aumento da densidade demográfica nos meios urbanos promoveu e incentivou a quebra da solidariedade orgânica e a dissolução das características comunitárias. Assim, para Martins (1975), os estereótipos tem sentido de imposição de ideias e modos de ser, ou seja, tem caráter ideológico.

A redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos levou rapidamente à distinção valorativa entre o rural e o urbano. A afirmação da existência urbana ocorreu com a construção de estereótipos do homem rural, como o de caipira atrasado, com a intenção de intervir através das instituições urbanas na vida rural, dinamizá-la a partir das concepções urbanas.

Quadro 5: População rural e urbana do Brasil, 1940-2010.

POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO BRASIL DE 1940 - 2010				
Ano	População Rural	População Urbana	Taxa de urbanização	População total
1940	28.356.133	12.880.182	31,23%	41.236.315
1950	33.140.525	18.803.871	36,16%	51.944.397
1970	41.054.053	52.084.984	55,93%	93.139.037
1980	38.566.297	80.436.409	67,59%	119.002.706
1991	35.834.485	110.990.990	75,60%	146.825.475
1996	33.997.406	123.082.167	78,35%	157.079.573
2000	31.845.211	137.953.959	81,25%	169.799.170
2010	29.852.986	160.879.708	84,36%	190.755.799

Fonte: IBGE (2011).

Org.: RODRIGUES, G. S. (2011).

Em 1970 a população urbana ultrapassou numericamente a população rural. Naquele ano a taxa de urbanização foi de 55,93%. Ao decréscimo da população rural, contraditoriamente corresponde a modernização do meio rural brasileiro. O Estado construiu a infraestrutura (transporte, comunicações, estocagem, energia etc.) e ofereceu crédito, através do incremento dos capitais internacionais. A modernização do campo promove uma forte migração do campo para a cidade. Essa migração foi apoiada e incentivada pelo aparato

estatal para servir como mão-de-obra urbana disponível e barata. Assim, as próprias condições de manutenção das elites no poder político ficam asseguradas, pois elas se apropriaram das necessidades desses sujeitos e reelaboraram políticas assistencialistas, com as quais se garantem no poder.

A inserção do meio rural na economia capitalista é, portanto, para que sua população e as atividades ali desenvolvidas tornem compradores e consumidores de mercadorias, sujeitos modernos. Para os camponeses foram criadas políticas extensionistas, que lhes impunham novos hábitos, comportamentos e valores, visando torná-los consumidores. No município de Catalão (GO), as políticas extensionistas surgiram a partir da década de 1970, quando se zoneou o território rural do município e se deu a denominação de comunidades rurais, às suas partes.

Na Comunidade Cisterna, os camponeses tiveram acesso à assistência rural no plantio de alho no período que foi o auge da produção agrícola dessa comunidade:

Foi através da EMATER a utilização de agrotóxicos e fertilizantes, quando começou o plantio de alho. Hoje a gente compra na cidade tudo que precisa, mas não consegue vender, porque não consegue produzir. (Pesquisa de Campo, 2013. Entrevistada 04).

Mesmo os produtos de atividades camponesas servindo mais ao abastecimento interno do país e local, como o alho, que é plantado para ser comercializado, era preciso que o seu processo de produção fosse modernizado. Mas, essa modernização pode significar o fim da autonomia camponesa e da preponderância da organização familiar do trabalho. No caso do cultivo do alho, por exemplo, pelo menos no plantio e na colheita, é necessário, geralmente, contratar mão-de-obra assalariada. De acordo com o que foi observado, as dificuldades são muitas, como a obtenção de financiamento, que se tornou necessário, ou de subsídios governamentais suficientes. Dos camponeses que não produzem alho, uma parcela significativa precisa, para obter renda vender alguns animais para vizinhos. No caso dos idosos, há a aposentadoria como complementação de renda.

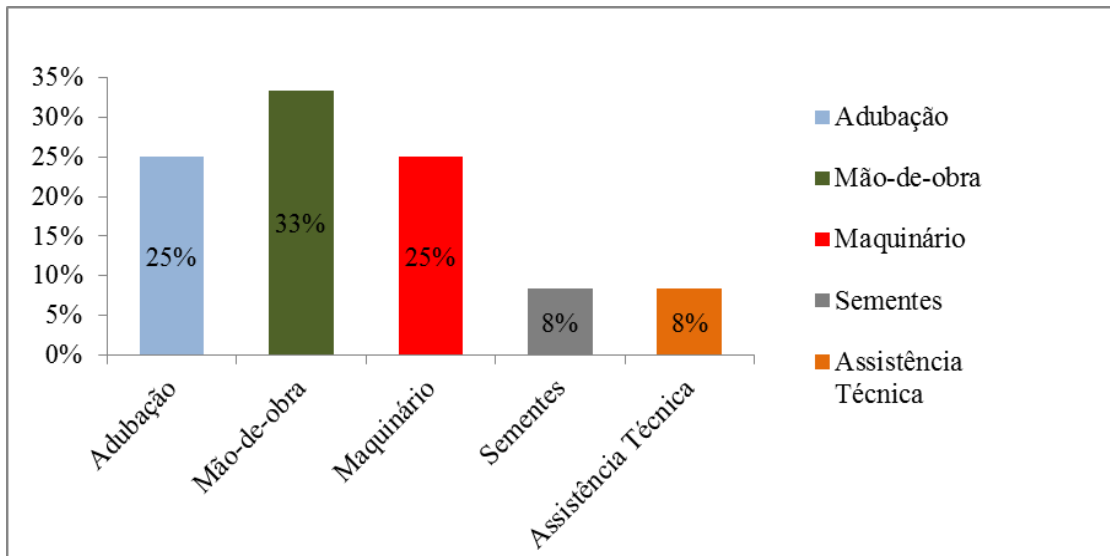
Em escala nacional e para outras atividades diferentes do cultivo de alho, este processo de falta de apoio do Estado teve algumas alterações nos últimos 20 anos. Apesar da mudança na orientação político-partidária do governo (da coligação de partidos liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, de Fernando Henrique Cardoso para aquela liderada pelo Partido dos Trabalhadores, de Luiz Inácio Lula da Silva), as políticas públicas para o desenvolvimento rural se mantêm economicistas. Porém, houve algumas alterações. O Estado,

pressionado pelos trabalhadores, em meio a forte ascensão das ocupações de terras e das mobilizações dos movimentos sociais, criou algumas poucas políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para beneficiar a produção de alimentos e os camponeses.

Em entrevistas realizadas na Comunidade Cisterna em Catalão (GO), as famílias camponesas reconhecem haver hoje maior apoio do governo, com mais liberação de recursos financeiros e creditícios, como o PRONAF, porém, poucas famílias que conseguiram ter acesso ao programa, principalmente, por causa da burocracia institucional, que dificulta a vida das famílias rurais. A *onda e neoliberalismo* dos anos 2000, revela formatos mais complexos do avanço do capital no campo. Para Montenegro Gómez (2006), nesse período, o processo de modernização da agricultura foi reativado, com a nova onda de tecnificação (por exemplo, com a expansão da agricultura de precisão), porque ocorreu a abertura e a ampliação de mercados para as *commodities* agrícolas. Ao mesmo tempo, o autor ressalta políticas públicas, como linhas de crédito, foram aplicadas na promoção de uma pequena e média agricultura, empresarial, integrada ao mercado, ou seja, subordinada às exigências do mercado. Chamada de agricultura familiar²⁴ serviu à revitalização econômica do meio rural.

Para uma maior produção na propriedade, os camponeses da Comunidade Cisterna precisam de investimentos nas seguintes áreas:

²⁴ “O trabalho familiar na agricultura é uma questão de longa data, nos estudos agrários, por ser uma realidade que atinge a um importante contingente de população no campo, desde os primórdios da agricultura. Contudo, a relevância do estudo da agricultura familiar, no Brasil, nessa linha de sua participação no mercado e como motor de desenvolvimento, aparece de forma incipiente na primeira metade dos anos 1990 e, com muita maior profusão, na segunda metade.” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 66).

Gráfico 10: Comunidade Camponesa Cisterna: investimento necessário para a produção.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Org.: RODRIGUES, G. S. (2013)

A área que necessita de mais investimento é a da mão-de-obra, com 33%, entre as outras quatro: adubação, maquinário, sementes e assistência técnica. Em grande parte das propriedades vive somente o casal, os filhos já se mudaram para a cidade de Catalão, para estudar ou trabalhar, por isso há falta de mão-de-obra. Todavia, os mutirões e a trocas de dias de serviço possibilitavam o equilíbrio da demanda da força de trabalho principalmente nos períodos em que se intensificava o trabalho, mas essas práticas não são suficientes para o cultivo do alho. Na comunidade, algumas famílias contratam mão-de-obra temporária, recorrendo aos trabalhadores da Vila Sucena, que cobram cerca de 50 reais o dia de trabalho.

Não é porque numa comunidade camponesa as relações sociais de trabalho e produção lhe dão caráter capitalista que não se deve falar em desenvolvimento, só que, obviamente, não se deseja um desenvolvimento capitalista. Pensar-se aqui em um desenvolvimento comunitário, para a comunidade. Segundo Paul Singer (2004) promover desenvolvimento comunitário é aumentar a renda monetária, com a qual seus membros possa adquirir bens e serviços vendidos fora dela. Nesta perspectiva, o investimento necessário ao desenvolvimento teria que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. O autor evidencia que não se trata, de estimular, pela competição, o empreendedorismo individual, que inevitavelmente traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores. E ressalta:

[...] *desenvolvimento comunitário* significa o desenvolvimtno de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos

meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtos individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – tem de ser coletivos, pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária. (PAUL SINGER, 2004, p. 3).

Esse desenvolvimento comunitário sugerido por Paul Singer (2004) seria financiado por recursos públicos com juros subsidiados e longos períodos de carência. Muito cuidado e organização seriam necessário porque seria inaceitável o Estado subvencionar, deste modo, o desenvolvimento comunitário para resultar no eventual enriquecimento de alguns e na submissão dos demais como empregados ou fornecedores dos primeiros.

Todavia, as políticas públicas desenvolvimentistas sejam para o meio urbano sejam para o meio rural até hoje colocadas em prática no país tem sido apenas estratégia do Estado (moderno/capitalista) - uma afinada estratégia de controle social através do extermínio de saberes, práticas e poderes. Esse controle social impõe os princípios econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade capitalista, que se consolida então como a única forma possível de existência social, através do ideário do desenvolvimento, sem nenhum respeito pela população local (cultura, valores), no sentido de melhorar a situação por ela vivida. Portanto, desenvolvimento de verdade, não se trata, somente, de inserir determinado grupo da população na lógica mercantil.

O discurso desenvolvimentista do meio rural do município de Catalão também é uma para o apoderamento dos recursos naturais dessas comunidades. Os recursos naturais são estimados pelo seu valor de mercado e suas potencialidades exploratórias. A construção de grandes empreendimentos constituídos, principalmente, de capital privado. Esses empreendimentos e formas de ocupação da terra acabam por explorar em demasia os recursos naturais: como o solo, a água, o minério; causando prejuízos e danos sócio-ambientais para a sociedade como um todo e, principalmente, para as comunidades camponesas.

Na Comunidade Camponesa Cisterna há atividades ligadas ao grande capital, que adentra todos os espaços possíveis e altera as suas configurações territoriais.



Figura 3: Panorama geral da Comunidade Cisterna e atividades ligadas ao capital.

Fonte: Pesquisa de Campo. Agos./ 2012.

Autora: RODRIGUES, G. S. (2011).

A monocultura de eucalipto²⁵ não representa apenas uma estratégia para modernizar a agricultura desenvolvida na comunidade, representa a territorialidade do capital, já que as áreas com declividades acentuadas, anteriormente aproveitadas para as pastagens (criação extensiva) e que não apresentam aspectos geomorfológicos favoráveis a outros cultivos, como a soja, estão sendo ocupadas por eucaliptais. Em entrevista, os professores da escola e os camponeses, no início do ano de 2013, disseram que grande parte dessas terras em que está sendo plantado o eucalipto é da família do senhor Nilo Margon, maior proprietário de terras da comunidade, que faleceu há alguns anos atrás.

A mão-de-obra utilizada no cultivo do eucalipto, conforme foi constatado em entrevista com uma moradora da Vila Sucena, é contratada na Comunidade Cisterna para plantio, para aplicação de agrotóxicos e adubação. O relato a seguir é de uma trabalhadora rural da Vila Sucena, responsável por organizar turmas (entre 20 a 24 pessoas) para trabalharem, principalmente, no cultivo de eucalipto nas adjacências da comunidade. Sua função é administrar, ver se todas as pessoas estão fazendo bem o serviço.

[...] é mulher, é homem, é tudo. Primeiro eu e uma prima minha; nois não trabaia em roça não. Aí nois viu todo mundo trabalhano. Aí eu falei pra minha prima: vamos embora pra roça! E ela disse: tá doida, nois trabalhá na roça? Eu disse: que que tem?! Aí começô nois duas a trabalhá na roça. Eu não lembro quando foi isso, faz muuuuito tempo. Aí elas viro nois trabalhano, e elas disse: já que as duas tão dano conta, também vamo. Aí foi assim, mulher, homem formou uma turma, tudo trabaia. Hoje cerca de umas 20 ou 24 pessoas que trabaia, e eu organizo essa turma. (Pesquisa de Campo. Informante da Vila Sucena, Comunidade Cisterna, dez./2010).

²⁵ O eucalipto é uma planta originária da Austrália e é utilizada no Brasil para o reflorestamento fornecendo como matéria-prima para a produção de carvão, lenha, madeira, celulose e óleo, entre outros. A área de plantação cresce ano a ano. A expansão do eucalipto faz parte da dinamização da modernização da agricultura. Mas, em Catalão e região o eucalipto é plantado para servir de lenha nos fornos de secagem de minérios nas três mineradoras em atividade.

O cultivo de eucalipto está alterando a paisagem da comunidade e suas relações de trabalho; além da apropriação de espaços seus, ou seja, da territorialização. Embora ainda haja uma predominância de propriedades camponesas, os camponeses estão arrendando as suas terras para o cultivo de eucalipto devido às dificuldades para produzirem na terra. Dentre as dificuldades, a escassez da água foi ressaltada:

Já está com dois ano que começô a faltá água, e neste ano faltô de verdade. A minha vontade aqui é fazê um poço, mas, como a gente consegue pagá? Não consegue pagá não, é muito caro, diz que para ele ficá prontinho, se for poço artesiano, fica mais de 15 mil. (Pesquisa de Campo, 2013. Entrevistada 04).

As dificuldades na produção colocam em risco a existência da Comunidade Cisterna. São problemas relacionados aos recursos naturais, ao solo e à água, e problemas políticos que, impedindo estas famílias de produzirem, ameaçam seu modo de vida. As políticas públicas, nesse sentido, assumem caráter importante para a continuidade de comunidades camponesas. Contudo, os programas e políticas estatais visam a modernização, visam impor elementos para assegurar a gestão destes territórios. Mas, o Estado poderia, se tivesse vontade política, intervir a favor das comunidades camponesas. Não, o Estado está a favor do capital.

Como a história não é estática e se constitui um processo será preciso, e, por isso, possível, retroceder no tempo e no espaço para analisar o contexto em que o município de Catalão e a Comunidade Cisterna, se inserem, conforme o item 3.3.

3.3 A modernização do território goiano: revisitando a história para compreender a situação local

O município de Catalão desde a fundação, no século XVIII, da cidade sede, que dá nome ao município, passou por diversos reordenamentos espaciais conforme as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas que ocorreram na formação do território goiano, como um todo, e do brasileiro. A produção do território goiano está ligada intimamente à dinâmica nacional e mundial, o que significa que foi alvo da ação de diferentes sujeitos, como as grandes empresas capitalistas e Estado por meio de suas políticas públicas. As transformações trazem sempre consigo a ideia de modernização e desenvolvimento, que deixa claro, então, que há coisas antigas que precisam ser ultrapassadas e que não há desenvolvimento social.

Quanto à formação do estado de Goiás pode-se dizer que ela foi fortemente influenciada pelas várias *marchas para o oeste*: as bandeiras e a extração de ouro e pedras preciosas, agropecuária mineira, estrada de ferro e a Marcha para o Oeste desenvolvimentista de Vargas, à qual se seguiram fatos como a construção de Brasília. Goiás, num contexto nacional, simbolizava o atraso²⁶ e, por isso, a necessidade de se integrá-lo a outras regiões do país para que pudesse se desenvolver e atingir progresso, como assinalado por Chaul²⁷. Ao lado desse progresso econômico, tem-se a necessidade do progresso político, que demonstra as outras faces do atraso. A noção de atraso político tem como parâmetro a modernidade advinda do Século das Luzes, movimento que implicou do ponto de vista ideológica, na aplicação da racionalidade (científica), na administração pública, na divisão dos poderes e em um governo representativo no âmbito mundial. Dessa forma, o moderno se opõe ao atraso uma vez que representa o domínio, ou seja, as relações de poder de uma classe perante as demais.

Destaca-se que, nesse progresso, o Estado tem sido, muito embora o discurso liberal apregoe o contrário, um ator sintagmático (RAFFESTIN, 1993), ou seja, sujeito essencial. A modernização de um território significa, nestes termos, induzir a distribuição e infraestrutura (transporte, comunicações, energia etc.), bem como dos bens e serviços no território; transformando-se a infraestrutura, os lugares, nos quais estão ocorrendo novas relações de poder, tornam-se alvos de disputas territoriais. Assim, o Estado moderno é um Estado capitalista, representante e defensor dos interesses capitalistas, considerando-se os processos históricos responsáveis pela sua formação e os aspectos geográficos. A atuação concreta do Estado na sociedade ocorre por meio de suas instituições, de sua estrutura funcional e, principalmente, das políticas públicas. Mas, surgem resistências a essas ações e, assim, estabelecem-se disputas e conflitos.

No Brasil, com a ascensão da República e a implantação do sistema federativo²⁸, as unidades que formam essa federação, neste caso, mais especificamente, as que chamam-se estados puderam absorver os resultados de suas receitas de exportação, contratar empréstimos, organizar suas tropas policiais e contar com uma autonomia política, o que no Brasil Império não era possível. Ao analisar a história da sociedade brasileira, Ianni (2004) afirma que, nesse

²⁶ Chaul (2001, p. 113) afirma que a questão do atraso é uma derivação da concepção de decadência, ambas construídas com base em modelos externos (Europa) que formavam o parâmetro de referência com quais os viajantes reproduziram sua visão sobre Goiás. Todavia, o autor ressalta que a ideia de atraso possui: “[...] uma dimensão mais política do que econômica, diferente da questão da decadência, em que a sociedade como um todo era vista, fundamentalmente, pelo aspecto econômico.”

²⁷ Chaul (2001).

²⁸ No Brasil, atualmente, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em vigor, são entes da federação: estados, distrito federal e municípios.

período de 1888-1889, o Brasil tentou entrar no ritmo da história mundial, pois a Proclamação da República apostou todas as fichas no desenvolvimento material do país, no sentido de superar de todas as formas de atraso das regiões brasileiras. Ao mesmo tempo, visou aprimorar a *raça* com a europeização (branqueamento da população), para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo.

Goiás era o atraso dentro de um país atrasado. O atraso do atraso, o atraso multiplicado pelo atraso. Primeiro, as bandeiras²⁹ em busca de ouro, possibilitou o povoamento com a fundação de alguns núcleos urbanos a partir do século XVIII. Posteriormente, após o declínio da atividade mineradora, o governo português passou, através de suas autoridades, a incentivar e promover a agricultura em Goiás. (PALACÍN; MORAES, 1994). Porém, Goiás permaneceu, assim como as demais regiões do país, durante os primeiros anos do século XIX sem grandes mudanças, diante da conjuntura internacional (Guerras Napoleônicas). Com a Independência do Brasil (1822) o país não avançou, ainda prevalecendo neste período o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo (IANNI, 2004). Em Goiás, a disponibilidade de terras fez com que o povoamento continuasse ocorrendo mediado pela posse de terras, através de atividade pecuária e da agricultura de subsistência.

A história mundial já havia estabelecido outros horizontes. Segundo Ianni (2004) o mundo capitalista já começava a ingressar no século XX³⁰. No Brasil, Proclamada a República, levou-se um tempo para que os sujeitos centrais do cenário político-econômico nacional conseguissem efetivar a hegemonia paulista no governo. Até isto ocorrer, passamos pelos governos militares e por um governo civil que enfrentou dificuldades sociais, políticas e econômicas para assegurar a consolidação do novo grupo dominante ligado ao café. Por dentro e por fora dos interesses liberais, predominantes nos governos republicanos, surgiram, no decorrer do tempo, forças sociais e movimentos culturais orientados no sentido de alterar

²⁹ Palacín e Moraes (1994) ressaltam que Goiás era percorrido pelas bandeiras desde os primeiros dias da colonização do território brasileiro. Os Jesuítas, que tinham fundado na Amazônia um sistema de estruturação de aldeias de aculturação indígena, buscavam índios em outros lugares como de Goiás (antes de 1988 dele também fazia parte o atual estado do Tocantins), pelos rios Araguaia e Tocantins, expedições organizadas de São Paulo também vinham capturar índios em Goiás para escravizar. Mas, somente quando Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) veio a Goiás em busca de ouro (em 1725) e se fixou neste território, ocupando o Rio Vermelho, onde fundou o Arraial de Sant'ana que depois seria chamado de Vila Boa e, posteriormente, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital de Goiás, o seu território passou a sofrer uma povoação de caráter mais permanente.

³⁰ Ianni (2004) aponta que neste período ficava para trás o capitalismo competitivo e começava a impor-se o monopolístico, pois o mundo estava dividido entre as nações imperialistas: ingleses, franceses, alemães, holandeses, japoneses, belgas, russos e norte-americanos.

as estruturas oligárquicas³¹. Por sua vez, o *boom* cafeeiro tornava o campo cada vez mais dependente da cidade diante do ideal de autonomia para os estados. (IANNI, 2004).

Neste contexto, Chaul (2001, p. 119) afirma que “[...] República e estrada de ferro eram duas pontes que poderiam ligar Goiás, com intensidade que requeria seu potencial econômico.” No início do século XX, a construção da Estrada-de-Ferro Mogiana, depois encampada pela Estrada de Ferro Goiás, amplia a relação de complementaridade entre Goiás e a região Sudeste, provocando uma fluidez de mercadorias e o crescimento de algumas cidades que possuíam estação ferroviária como Anhanguera, Cumari, Catalão, Ouvidor, Pires do Rio, Ipameri, que forneciam mercadorias como arroz, café, couro, toucinho, feijão e gado dentre outros. A estrada-de-ferro foi a primeira via de transporte moderna a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados do Sudeste.

A construção da estrada-de-ferro possibilitou a imigração para o Sudeste Goiano, sendo grande parte dos imigrantes de origem portuguesa, alguns dos quais se estabeleceu na zona rural, mais próxima à cidade, como na Região do Morro Agudo e na Região dos Coqueiros. Mendes (2005) afirma que o objetivo dessas famílias era desmatar a sua propriedade e estabelecer condições para plantar e criar aves, suínos e bovinos, possibilitando a sua permanência nesse território. A autora ressalta ainda que as necessidades de consumo das famílias eram poucas e boa parte de suas necessidades era obtida na própria propriedade. As famílias eram numerosas, composta por cinco, seis filhos e até por oito, dez, quatorze filhos. Quanto maior as famílias mais braços haveria para a construção de moradias, o trabalho e seria obtida uma maior produção de alimentos na propriedade.

Em Goiás, portanto, a República e a construção da Estrada-de-Ferro Goiás representaram importantes momentos para o que pode-se chamar de avanço da modernização do seu território. Mas esse processo foi lento e envolveu distintas ações. Por exemplo o Movimento Republicano em Goiás que, segundo Palacín e Moraes (1994), tomou corpo somente a partir de 1870, justamente na década em que se processaram transformações de ordem sócio-econômica, como o surto cafeeiro, o desenvolvimento do crédito bancário, os impulsos à industrialização, a decadência da mão-de-obra escrava, o incremento à imigração européia, a urbanização e o desenvolvimento do mercado interno. Os autores ressaltam a falta do telégrafo e de outros meios de comunicação em Goiás no final do século XIX tornava tão difícil a comunicação deste território com o Sudeste do país que a notícia da Proclamação da

³¹ Para Ianni (2004), 1922 é um ano simbólico de transformações: funda-se neste período o Partido Comunista Brasileiro, oriundo do anarco-sindicalismo e empenhado em lutar pelo socialismo. Realiza-se a Semana de Arte Moderna em São Paulo, procurando novas linguagens e o pensamento social do país.

República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, chegou em Goiás somente 13 dias depois, causando surpresa a políticos e às elites agrárias.

Os ideais republicanos de construir uma base para o progresso econômico no Brasil emergiam nas políticas liberais das primeiras décadas do século XX. No caso de Goiás, cuja ideia de atraso no contexto da economia nacional era corrente, havia a expectativa de crescimento por meio da agropecuária. Confirma Chaul (2001) que as propostas de superação do atraso em Goiás na Primeira República fundamentaram-se na expectativa de ascensão da agropecuária, principalmente após a construção, em Goiás, da estrada-de-ferro. A integração do território goiano com o Sudeste brasileiro e o crescimento da produção agropecuária regional tinham na ferrovia o meio mais viável e eficiente de consolidação. A modernização territorial de Goiás foi imposta por um conjunto de processos políticos e econômicos da região Sudeste. Movida por ações capitalistas, a modernização encontrou no território goiano uma estrutura de poder com base nas elites agrárias. Enquanto São Paulo e Minas Gerais dedicavam-se à cultura do café para exportação, Goiás podia produzir gêneros alimentícios para o abastecimento interno do país, inclusive das áreas cafeeiras.

Chaul (2001) chama a atenção para a historiografia goiana que trata deste período. Ressalta que, por um lado, defende-se a ideia de manutenção do atraso, forjada pelas oligarquias a fim de manter seus poderes políticos. De certa forma, ao menos, parte dessas oligarquias era resistente às lógicas econômicas que emergiam no Sudeste brasileiro. Isto é, parte das oligarquias dominantes manifestaram certa resistência à ferrovia visto que ela representaria a implantação de uma lógica econômica que poderia ameaçar o poder dos coronéis. Por outro lado, defende-se a ideia do progresso que, inclusive, poderia proporcionar maiores poderes políticos à parte da oligarquia da região em que seria construída a ferrovia que, dentre outros motivos, devido à distância da então capital goiana, a cidade de Goiás, tinha uma participação menor no poder.

Com a implantação da república e do sistema federativo em Goiás, as estruturas políticas permaneceram as mesmas, uma vez que as famílias que se apropriaram do poder político regional foram as mesmas do período imperial. Em suma, os líderes políticos regionais forjavam a manutenção do atraso em Goiás com o objetivo de manter o poder dos coronéis. E como a estrada-de-ferro colocaria Goiás em contato com dinâmicas sócio-econômicas que poderiam promover uma alteração na estrutura de poder, as elites agrárias goianas seriam resistentes a ela.

Todavia Chaul (2001) defende a ideia de não ser justificável as elites agrárias goianas das primeiras décadas do século XX terem sido contra a implantação da ferrovia, pois

isso aumentaria a exportação dos produtos agropecuários. Chaul ressalta que os grupos políticos goianos não poderiam ter objeções ao desenvolvimento de Goiás, pois estariam indo contra seus interesses econômicos.

A ferrovia, de acordo com Borges (2000), despertou o estado de Goiás do isolamento em que se encontrava há séculos e possibilitou a inserção da economia regional na dinâmica capitalista. Tornou-se a principal via de exportação de bens primários e de importação de manufaturados, como também principal meio de novas ideias e valores culturais da sociedade moderna. Borges (2000) ressalta que:

[...] o trem de ferro simbolizado na Maria fumaça com seu silvo estridente em cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se movimentados núcleos urbanos e centros dinâmicos da vida econômica e cultural da sociedade local. As estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praças de negócios que movimentavam o comércio de boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários, e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam aos olhos da população sertaneja, ilhas de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico. (BORGES, 2000, p. 41, grifos meus).

Apesar da modernização, por meio da ferrovia, por décadas, em uma sociedade seria ainda característica agrária e tradicional. As transformações sócio-econômicas estimuladas pelos trilhos foram lentas e desiguais, mesmo porque a ferrovia não chegou primeiro ao centro do poder político. Assim, o desenvolvimento ocorre substancialmente na região sul (Sudeste Goiano) do estado, onde chegou a ferrovia, por ser também a região do estado mais próxima à Região Sudeste do Brasil.

A oligarquia do sul do estado de Goiás (sudeste e sudoeste) aumentou seu poder político necessário para a ampliação de seus interesses. A Revolução de 1930 no Brasil, em consonância com o panorama e a conjuntura mundial, possibilitou o alcance do poder pela parte da oligarquia que até então não tinha sido dominante. A nomeação do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, pelo então Presidente Getúlio Vargas, possibilita a inserção política e tomada do poder, por parte da oligarquia econômica do sul de Goiás, frente às que a precederam no poder político, ou seja, principalmente a família Caiado³². Arrais (2007) ressalta que,

³² Antônio José Caiado, em 1912, era o representante de parte da elite dominante na política goiana, conhecido como *caiadismo*, sendo seu grande opositor Pedro Ludovico Teixeira. Palacín e Moraes (1994, p. 88) ressaltam que Caiado dirigiu Goiás como se fosse uma grande fazenda de sua propriedade: “[...] fez presidentes do estado, fez deputados, se fez sempre senador da República e fez aprovar leis de acordo com seus interesses políticos e pessoais, só sendo afastado do poder quando o movimento renovador de 1930 tornou-se vitorioso”.

[...] novamente são as demandas nacionais, traduzidas regionalmente, como a Revolução de 1930, que favoreceram o primeiro passo, ou seja, a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira, representante do Sudoeste do Estado, como Interventor no Estado de Goiás. (ARRAIS, 2007, p. 99).

Ao analisar as relações entre o Estado brasileiro e a economia a partir de 1930, Ianni (1986) enfatiza as diferenças entre as políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros dessa época e aquelas praticadas pelos governos da República Velha. Parte do pressuposto de que os conteúdos ideológicos e as práticas da política econômica governamental podem esclarecer a maneira pela qual se organizam, funcionam e transformam as relações de dominação (política) e apropriação (econômica) na sociedade brasileira. Para o autor, a Revolução de 30 cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões, valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. (IANNI, 1986). A Revolução implicou na derrota do Estado Oligárquico, que também representa uma modalidade de Estado Burguês, porém é determinada pela economia primária exportadora.

Segundo Ianni (1986), nos anos que vão de 1930 a 1945, o governo brasileiro (Getúlio Vargas) atuou tanto no sentido de proteger e incentivar as atividades produtivas ligadas ao setor externo, que eram essenciais à sustentação do sistema político-econômico então vigente através da comercialização do café (controlada pelos EUA, Inglaterra, França, Alemanha etc), como no de favorecer a importação de manufaturas e artigos de consumo da classe dominante. (IANNI, 1986). A relação de Goiás com o Sudeste brasileiro, portanto, foi construída por motivos óbvios: a disponibilidade de terras para a produção de alimentos para o mercado externo e sua proximidade, que facilitava a migração de Minas Gerais para São Paulo.

A partir das transformações históricas da sociedade goiana no contexto da expansão da economia capitalista no Brasil após 1930, Borges (2000) situa as mudanças sócio-econômicas regionais. Toma-se por base o avanço da fronteira econômica do Sudeste, em um período em que há um processo de rupturas econômicas e políticas no país, marcada pela crescente divisão social e regional do trabalho.

Em Goiás, Pedro Ludovico executa manobras que legitimam essa tomada de poder, sendo a principal delas a transferência da capital da cidade de Goiás para a que viria ser o símbolo de progresso e modernidade, a cidade de Goiânia. Sobre a transferência da capital, Chaul (2001) afirma que:

[...] filha dos anos 30, mas pensada numa lenta gestação de ideias dos séculos XVIII e XIX, a proposta de mudança da capital do Estado de Goiás foi retomada por Pedro Ludovico, no início da década, como esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política. Uma estratégia política que renderia juros e dividendos políticos. (CHAUL, 2001, p. 204).

Através do discurso baseado no sanitário, o médico e interventor apoia-se nos argumentos de que a cidade de Goiás (antiga Vila Boa), por estar cercada pela Serra Dourada e pela Serra de Cantagalo, encontrava dificuldades para sua expansão, além da incapacidade do sistema de drenagem (saneamento básico) em garantir o abastecimento da cidade. (ARRAIAS, 2007). Mais do que uma estratégia estrutural, a transferência da capital representou a consolidação do poder político por parte das novas oligarquias econômicas agindo em sintonia com interesses nacionais, representados pela Marcha para o Oeste de Vargas. Em relação à consolidação dessas estratégias, Arraias (2007) evidencia que

[...] no âmbito das disputas regionais ganhou destaque a perseverança de que a transferência da capital era necessária. Ideologicamente, Goiânia representaria a mudança, uma forma de começar de novo e apagar os vestígios do período colonial (ARRAIS, 2007, p. 100).

O Decreto nº 1816 assinado em 23 de março de 1937 efetiva a transferência da capital do estado para Goiânia, que teve sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933. Goiânia amplia então sua ligação com o norte do estado, sendo uma das principais impulsionadoras pela aceleração do povoamento de Goiás. Goiânia representava o urbano e o rural e expressava a modernidade e o progresso. Nesse sentido, era na época um espelho representativo da política de Vargas e de seus seguidores no estado. Edificar a capital significava ganhos políticos uma vez que transferir o governo estaria criando o espaço urbano necessário à nova etapa de acumulação capitalista no Estado, e também o espaço necessário à sua afirmação no poder. (ARRAIAS, 2007).

Outro fator importante na mudança do perfil demográfico e sócio-econômico foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), implantada no Vale do São Patrício, no início dos anos de 1940, foi mais uma ação dos governos federal e estadual no sentido de promover a ocupação da fronteira no estado de Goiás. (BORGES, 2000). Criada pelo Decreto Lei de 14 de fevereiro de 1941, a CANG ficou sob orientação e administração da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Seu fundador e primeiro administrador foi o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão. Segundo Borges (2000), em 1946, a Colônia contava com uma população em torno de 8 a 10 mil pessoas, cerca de 75% eram mulatos e negros. A

corrida à terra representava a esperança para trabalhadores de várias regiões do país. A propaganda oficial no rádio sobre a Colônia alcançava todo o país. Isto reforçava a ocupação no Oeste. No início, a CANG recebeu assistência do poder público e posteriormente, abandonado. Depois de algum tempo, a Colônia foi tomada pelo latifúndio.

O avanço da fronteira agrícola para o oeste era um espaço de recriação também do campesinato. Pequenos produtores expropriados por grandes proprietários de terras ou expulsos das regiões de agricultura desenvolvida com a expansão das relações capitalistas de produção viam na CANG uma possibilidade de continuarem sendo camponeses. No entanto, os programas oficiais de colonização nas áreas de terras devolutas serviam mais era para garantir a continuidade da aliança política entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra, o que mantinha a estrutura e impedia a democratização do acesso à terra, porque a pequena propriedade nas áreas de fronteira, em geral, devido a incontáveis dificuldades logo era incorporada à grande fazenda até pela própria expansão da agropecuária moderna.

Ainda dentro desse projeto expansionista e com a finalidade de reforçar a segurança nacional, o Governo Vargas criou em 1943 a Fundação Brasil Central. (BORGES, 2000). O órgão visava planejar e coordenar o processo de desbravamento e ocupação de áreas desabilitadas pelos latifundiários nas regiões oeste e central do Brasil. Sob a influência da visão geopolítica militar, a Fundação objetivava também garantir a segurança na fronteira oeste do país. De acordo com Borges (2000), criou-se uma infraestrutura de apoio à ocupação regional planejando vias de transporte e comunicação terrestre e fluviais, desenvolve pesquisas sobre recursos minerais e elementos naturais (clima, solo etc) para que os conhecimentos produzidos apoiasse a modernização agropecuária e procurou-se pacificar as tribos indígenas a esse avanço.

A Fundação Brasil Central foi um instrumento político que o Estado usou para viabilizar a ocupação do território brasileiro e estimular o avanço da fronteira agrícola. (BORGES, 2000). Dentro desse projeto de ocupação territorial implementado pelo governo, a Fundação organizou, em dezembro de 1943, a expedição Roncador-Xingu, visando reforçar a segurança e os planos de conquista dos sertões. (BORGES, 2000). O ponto de partida foi Aragarças, passando pelo sudoeste goiano, com projetos de construção de estradas, hospitais e escolas. Todavia, a expedição tinha caráter militar, visando garantir a segurança na fronteira oeste do país em plena Segunda Guerra Mundial.

A queda de Vargas, em 1945, e a reorientação liberal da política econômica brasileira no Governo Dutra (1946-1951) refletiram no planejamento e na execução dos

programas de ocupação e colonização do país. Os principais projetos de assentamento em Goiás neste período foram de caráter privado, visando trazer imigrantes estrangeiros para esta região. Porém, estas iniciativas privadas não prosperaram, como ressaltado por Mendonça (2004). Segundo o autor, as primeiras revoltas camponesas em Goiás surgiram com a expansão da frente pioneira sobre essas terras os conflitos por ela causados. A privatização das terras devolutas através da grilagem impulsionou a organização e a mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas. Dessas lutas, Mendonça (2004) destaca duas pela organização, mobilização e orientação política, principalmente devido à relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e contaram com o apoio de diversas categorias de trabalhadores: A Luta do Arrendo (1948-1952), em Campo Limpo – Orizona, no Sudeste Goiano, e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950-1964), no Meio-Norte.

As Ligas Camponesas surgiram em Goiás, inicialmente, ao longo da estrada-de-ferro: em Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, numa região em que a agricultura, baseada na produção do arroz, adquiria natureza comercial, promovendo a expulsão dos camponeses. (MENDONÇA, 2004). A ampliação dos interesses capitalistas industriais e financeiros, associados à especulação imobiliária e fundiária, fez com que a linha férrea fosse ampliada chegando à área onde foi construída a cidade de Pires do Rio. Já o gado gordo era abatido em Pires do Rio, que passou a contar com um dos principais matadouros do estado de Goiás, e se tornou área privilegiada para a instalação de fazendas de engorda. (MENDONÇA, 2004).

As formas distintas de apropriação e uso da terra, de camponeses pequenos proprietários e/ou posseiros e de capitalistas, geram conflitos que resultaram na expulsão dos camponeses de suas terras e no favorecimento dos latifundiários e dos chegantes. Esses enfrentamentos políticos culminaram na Luta do Arrendo e na Revolta de Trombas e Formoso, mas também em outros movimentos em Goiás menos conhecidos, como em Jussara, Dianópolis e Goianésia. (MENDONÇA, 2004). Os camponeses, pequenos proprietários e/ou posseiros não eram mais necessários, pois já haviam cumprido a tarefa de abrir as terras.

Outra estratégia política da Marcha para o Oeste foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), pelo governo federal durante a ditadura militar, em 1967. A SUDECO tinha como principal missão ocupar essa porção central do Brasil, por meio, principalmente, levantamento do potencial econômico da região, com base para a ação planejada a curto e em longo prazo; adoção de política migratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos; implantação e expansão da

infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias e industriais.

Esse processo acentua a diferença política-econômica-sociais entre norte e o sul do estado, inclusive as diferenças demográficas, concentrando a população principalmente no Mato Grosso Goiano (área central do estado de Goiás). Esse avanço no povoamento e a determinação da Constituição de 1946 de que uma parte do Imposto de Renda arrecadado pela União seria distribuído aos municípios contribuíram para a fragmentação dos municípios goianos (assim como no resto do país). A partir de dados do IBGE, Arrais (2007) aponta que entre 1950 e 1960 foram criados 101 municípios, crescimento superior a 130% .

A partir de 1957, foi colocado em prática pelo governo Kubschek um projeto mais audacioso de ocupação do oeste, determinante nas transformações do território goiano. A construção de Brasília para ser a nova capital federal se constituiu em mais uma estratégia do Estado para sua modernização capitalista. Para Ianni (2004),

[...] a construção da cidade de Brasília pretende simbolizar o Brasil moderno, representa o coroamento de uma larga história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo. Uma capital nova, feita sob medida, lançada em traços audaciosos, nas proporções do século XXI – e povoada pela mesma humanidade que se pretendia esquecer ou exorcizar. (IANNI, 2004, p. 36).

Brasília foi construída coma mão-de-obra qualificada de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com a sem qualificação vinda, principalmente, da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia. Iniciam-se os canteiros de obras, conforme o plano urbanístico de Lúcio Costa e as estruturas arquitetônicas criadas por Oscar Niemayer. Devido à especulação imobiliária, com rígido controle do solo do Plano-Piloto, as populações de baixa renda se instalaram no que se denominou cidades-satélites alguma das quais, segundo Arrais (2007), surgiram antes mesmo do Plano Piloto. Para o autor, a região se firma como uma das mais populosas do estado e também a mais nordestina.

Arrais (2007) ressalta sobre a problemática da região, que o permitiu construir um olhar regional para o Centro-Goiano, refletindo sobre as interseções conceituais e empíricas entre o urbano e o regional nesse processo de ocupação e desenvolvimento pelo oeste, considera que as construções de Goiânia, primeiro, e depois de Brasília (núcleos urbanos principais do centro-goiano) mudam o conceito político de região e também sua importância política e, nela o papel dos atores sociais (sujeitos) na conformação dos projetos regionais. Esses projetos regionais são a expressão da regionalização da “Arena Política” em Goiás que,

para o autor, são relações entre os atores hegemônicos e não-hegemônicos na produção do espaço regional.

A expansão do modo de produção capitalista pelo território goiano no meio rural resultou na modernização da agricultura. Na propagação da tecnologia pelo campo, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) desempenhou papel relevante e, em parceria com capitais estrangeiros, principalmente japoneses, alavancou na produção de novos sistemas de cultivos destinados a modernizar o campo brasileiro e a dinamizar o seu modo de produzir. Para Inocêncio (2010) a apropriação pelo capital do Cerrado é o principal veículo das mudanças territoriais que vem no curso das estratégias do capital para se fixar, produzir e reproduzir relações capitalistas de produção. Certamente no processo de modernização territorial do Cerrado, capital e Estado agiram juntos, e o Estado agiu para beneficiar o capital.

Para analisar essa ação conjunta, Inocêncio (2010) escolheu o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), por entender que este foi, dentre todas as políticas públicas aplicadas diretamente sobre este território, a que mais induziu transformações territoriais, colocando-se como paradigma para a implantação de uma agricultura de base técnica. Segundo a autora, o objetivo deste programa foi, através da fusão do capital privado/público (brasileiro e japonês), estabelecer áreas de produção agrícola que pudessem abastecer o mercado internacional, como forma de regular a oferta de produtos e forçar a queda dos preços.

Inocêncio (2010) considera que no Cerrado, especificamente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Maranhão, onde se implantou projetos do PRODECER, constitui-se um território moderno através da incorporação capitalista do espaço agrário brasileiro. O principal cultivo implantado nas áreas beneficiadas pelo PRODECER foi a soja, base da alimentação de alguns países orientais, com destaque para o Japão e a China. A autora ressalta ainda que o preço da soja, no mercado mundial, tinha subido de forma exponencial, o que levou os japoneses, diante ao monopólio da produção pelos Estados Unidos e da impossibilidade de ampliar sua área de cultivo, a buscarem novos mercados que pudessem suprir suas demandas.

A América Latina foi considerada ideal para essa expansão, pois é composta por países subdesenvolvidos, carentes de tecnologia e de capitais. Assim, o Japão escolheu, pelas condições políticas, sociais e econômicas do Brasil, além das naturais, o Cerrado para ser a nova fronteira sojífera, conduzida pelo Estado brasileiro, mas subsidiada pelo capital japonês. (INOCÊNCIO, 2010). Antes do PRODECER, o Brasil já havia implantado o Programa de

Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO); o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP); e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado (PCI). Possuía, portanto, uma infraestrutura e uma experiência básica. Todo o sistema de escoamento da produção ficou a cargo dos governos brasileiros, principalmente a nível estadual. Essas facilidades, aliadas a outras políticas para a agricultura, foram as bases da produção do território goiano.

Para facilitar a compreensão, organizou-se a seguir uma síntese desse processo de modernização do território goiano, tendo em vista que as transformações ocorridas neste território se tornaram possíveis por causa de investimentos/ações do governo federal, estadual e municipal.

Quadro 6: Processo de modernização do território goiano - Investimentos dos governos federal, estadual e municipal.

Programas		Período que se consolidou	Função
Marcha para o Oeste	Estrada de Ferro	1911	Elemento fundante para a modernização de Goiás. A <i>Companhia Estrada de Ferro Goiás</i> foi criada em março de 1906, sua construção teve início em 1909 em Araguari (MG) e em 1911 o primeiro trecho da estrada-de-ferro em Goiás foi inaugurado.
	Edificação de Goiânia	1933	Estimulou a migração e mudou o eixo econômico do estado para a região do Mato Grosso Goiano, com o intuito de promover o desenvolvimento.
	Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)	1942	Programa de colonização federal, estimulou a migração e alterou a estrutura agrária.
	Expedição Roncador-Xingu	1943	Ação de interesse militar, partindo de Aruanã com destino ao Pará e ao Amazonas, visando à colonização do oeste do Araguaia.
	Fundação Brasil Central	1943	Substitui a Expedição Roncador-Xingu, intervindo no território goiano por meio do estímulo a colonização.
BR-153		1958	Principal ligação entre o Sudeste e o Norte brasileiro.
Edificação de Brasília		1955	Estimulou a migração, a fragmentação municipal e o aumento da malha viária para integrar a nova capital.
Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)		1955	Construiu o Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola em Dianópolis, hoje atual município do estado de Tocantins. Neste Centro ocorriam os cursos para agricultores, líderes e professoras rurais atuarem, posteriormente, em suas respectivas Comunidades através de Missões Rurais.
Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)		1965	Financia o setor agrícola exportador e produtos que substituem as exportações durante a Ditadura Militar.
Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO)		1967-1990 2006	Programa do governo federal com o intuito de consolidar a ocupação da porção central do país, a partir da moderna agropecuária. Em 1990 a SUDECO foi extinta. Em 2006 o projeto de recriação da SUDECO foi aprovado na Câmara Federal.
Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados (PCI)		1970	Superar o latifúndio improdutivo e, sobretudo, acabar com a agricultura dita atrasada.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)		1972	Planejar e executar atividades de pesquisa agropecuária, viabilizando o desenvolvimento da agricultura capitalista.
Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)		1974	Garantir a atuação, junto ao produtor, dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Posteriormente se expande para os demais estados do país através da criação, em cada um deles, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).			
Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO)		1975	Destinar recursos para a infraestrutura como armazenagem, estradas e energia; pesquisa agropecuária no sul e sudoeste goiano e no oeste de Minas Gerais.
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)		1987	Incentivos financeiros para intensificar sua mecanização com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.
Incentivos Fiscais	FCO	1988	Fundo Constitucional do Centro-Oeste formado por 3% do produto da arrecadação do Imposto Sobre Renda e Proventos de qualquer natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, disponibiliza crédito.
	Fomentar	1986	Estimular a migração de empresas de diversos ramos para o território goiano, especialmente para o Centro-Sul do estado. O Produzir, substituto do Fomentar, oferece financiamento de até 73% do ICMS em até 15 anos.
	Produzir	1999	

Adaptado de Arrais (2007a).

Fonte: Arrais (2004, 2007a, 2007b, 2009), Borges (2000), Mendonça (2004), Inocêncio (2010).

Org.: RODRIGUES, G. S. (2012).

O principal objetivo desta análise sobre a modernização do território goiano foi compreender a sua relação com a formação territorial do estado de Goiás, que contou com a ação de diferentes sujeitos: grandes empresas capitalistas e o Estado brasileiro por meio dos seus programas, projetos e políticas públicas, e a complexa trama sócio-espacial induzida pela modernização. Teve-se o cuidado de não fazer esta análise por um viés ideológico, apesar de esta ser uma análise política, e de não cair nas dualidades (cidade/campo, rural/urbano, moderno/atrasado etc.) o que levaria à representação da realidade espacial de maneira separada e fragmentada.

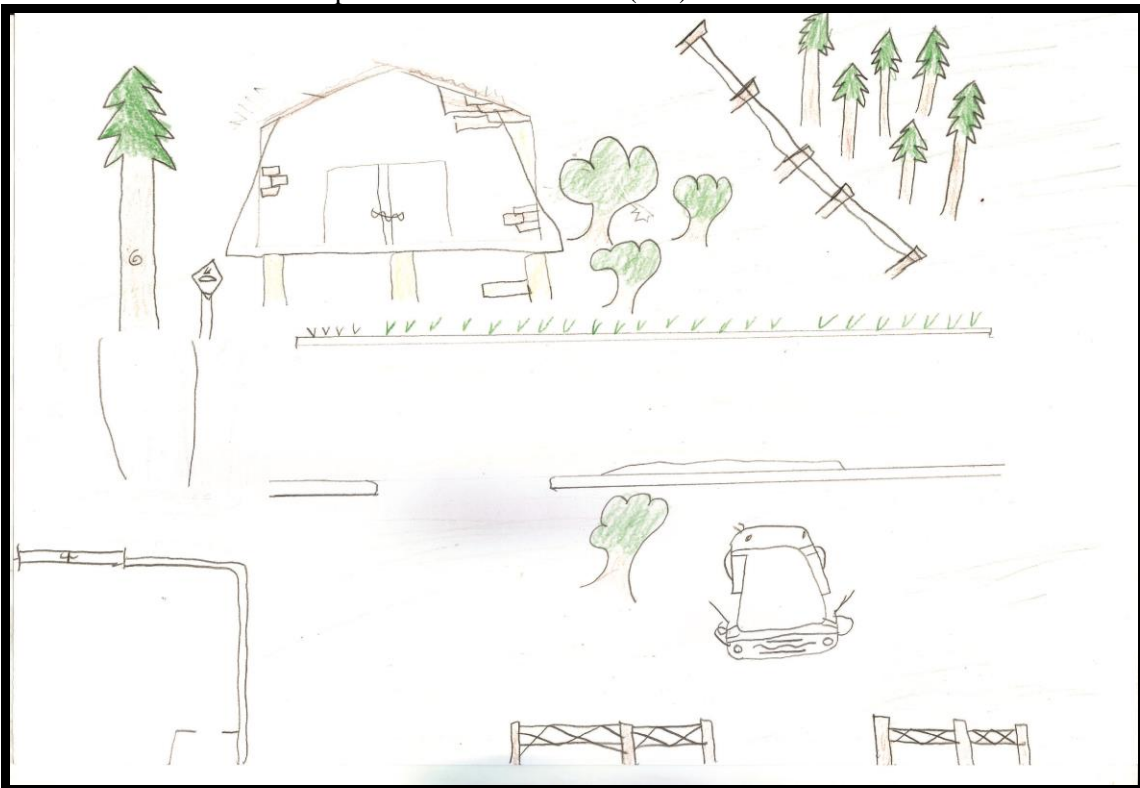
Neste estudo da formação do espaço goiano em que foram considerados as ações estatais, ficou claro que o Estado (moderno/capitalista) é produto e meio de relações de dominação, e o ator mais importante no espaço e na organização do território por meio de instituições e, principalmente, por meio de políticas públicas. A formação do estado de Goiás sofreu também a atuação de elites locais sempre preocupadas com a sua hegemonia político-territorial, um dos principais meios de consolidação de suas ações.

Nas Comunidades Camponesas de Catalão (GO), a territorialidade é distinta da territorialidade da sociedade capitalista. Os seus sujeitos agem para e pela permanência na terra, repleta de dificuldades, cotidianamente manifestada em suas relações sociais e de trabalho, e nas relações de poder e de disputas territoriais, conforme apresenta o item 4.

4 ZONEAMENTO DO MEIO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE PODER: Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO)

A organização pedagógica nos surge como mais hostil à mudança, mais conservadora e tradicional talvez do que a própria Igreja porque ela tem por função transmitir às gerações novas uma cultura que mergulha suas raízes num passado afastado. Pelo fato de que o trabalho pedagógico (seja ele exercido pela Escola, por uma Igreja ou um Partido) tem por efeito produzir indivíduos modificados de forma durável, sistemática por uma ação prolongada de transformação que tende a dotá-los de uma mesma formação durável e transferível (habitus), isto é, de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, pelo fato de que a produção em série de indivíduos identicamente programados exige e suscita historicamente a produção de agentes de programação, eles mesmos identicamente programados, e de instrumentos padronizados de conservação e de transmissão. (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 231)

Desenho: Comunidade Camponesa Cisterna/Catalão (GO).



Autor: Estudante da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, filho de trabalhadores rurais da Vila Sucena. (2013).

Conflitos territoriais, de maior ou menor magnitude, emergem das relações sociais (de produção, de trabalho, de poder etc.) que ocorrem no território e/ou das relações de um território com outro. Todavia, para além dos conflitos, em territórios camponeses relações de vizinhança, ajuda mútua, reciprocidade, religiosidade, enfim, cria-se territorialidade própria, a camponesa. Em meio ao exercício das relações de poder, nas disputas entre um território e outro, ou entre sujeitos de um mesmo território destaca-se o papel do Estado como sujeito que realiza ações em território que vão implicar em relações assimétricas entre os sujeitos de um mesmo território ou entre territórios diferentes. O desequilíbrio causado vai beneficiar uns sujeitos e prejudicar outros.

No território rural brasileiro a ação do Estado, a partir do ideário desenvolvimentista, institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) após a II Guerra Mundial, diante de razões políticas do governo e das grandes empresas dos Estados Unidos (EUA), para substituir o velho imperialismo pela supremacia norte-americana, vai prejudicar as atividades camponesas e favorecer o capitalismo. A II Guerra Mundial ampliou as fronteiras internacionais do sistema econômico, político e militar desse país, por isso ele tinha um envolvimento com os povos das áreas subdesenvolvidas. Assim, em 1942 foi feito um acordo entre o Ministério da Agricultura brasileira e o governo norte-americano para o incremento da produção de alimentos no Brasil. Os EUA colocaram seus técnicos para assessorar os programas de desenvolvimento e, também, proporcionaram a preparação de técnicos brasileiros lá, nos EUA.

Do acordo firmado entre os governos brasileiros e norte-americano resultou na criação da Comissão Brasileiro-Americana das Populações Rurais (CBAR), composta por técnicos dos dois países responsáveis pela execução e políticas públicas no meio rural. (AMMANN, 1985). Os EUA dispuseram para a CBAR um corpo de especialista em educação e extensão rural além de concederem bolsas de estudo para brasileiros naquele país. Como técnica a ser utilizada para o trabalho no meio rural, houve a criação de Missões Rurais, o que, na verdade, era uma estratégia de controle territorial tendo como recursos o rádio, o cinema, museus circulantes, bibliotecas e outros meios de comunicação. O intuito dessas Missões era implantar os *constructos* econômicos, políticos, sociais e culturais urbanos, o ideário desenvolvimentista.

4.1 As políticas públicas de desenvolvimento rural e a *invenção* das comunidades rurais

No Brasil, em 1950, inicia-se a Missão Rural de Itaperuna (RJ), com o intuito de assentar as bases para um programa nacional de melhoria das condições de vida econômica e social das áreas agrícolas (AMMANN, 1985). A atuação da Missão Rural ocorreu em âmbito municipal e em resposta a problemas locais, sem repercussão nas estruturas sociais. A extensão rural, pautada no modelo americano, limitou-se ao fomento à produção de hortaliças, emprego de sementes, organização de clubes agrícolas, conservação dos recursos naturais, combate às pragas e assistência pecuária.

Legalmente, as Missões Rurais de Educação no Brasil iniciaram suas atividades em 1951 pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, após a experiência de Itaperuna. A característica principal das Missões Rurais era a sua mobilidade. Equipes constituídos por agrônomos, médicos, assistentes sociais, agentes de economia doméstica percorriam as cidades no interior, reunindo agricultores (principalmente proprietários de terras), donas de casa e jovens, ministrando aulas de higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais e outros. (AMMANN, 1985).

A equipe dessas Missões Rurais ficavam cerca de dois a cinco dias em cada município, reunindo pessoas dos municípios próximos, e estimulando a organização de grupos. Mas, meses mais tarde, ao retornarem àquela cidade, a Equipe de Missão Rural constatava que os grupos se haviam esfacelado e todo seu trabalho de mobilização deveria recomençar. (AMMANN, 1985). Em 1951, o Ministério de Educação e Saúde promoveu uma série de reuniões com o objetivo de debater o problema da educação das populações rurais brasileiras, apurar o que já havia sido feito a partir das Missões Rurais e seus resultados. Dentre as conclusões que tiveram nos anos seguintes, o Departamento Nacional de Educação (DNE) considerou que a situação de não desenvolvimento era parte da cultura, ou dir-se-ia melhor, da falta dela.

[...] estamos nas zonas rurais brasileiras, diante de uma situação típica de mudança cultural. Existe uma estrutura de fato que gera o nomadismo, a agricultura extensiva, o analfabetismo, o desapego pela conservação da saúde, os baixos padrões de vida, etc. Essa estrutura é mantida pelo isolamento, pela dificuldade de comunicação e, ao mesmo tempo em que gera a miséria, é por esta preservada. Para romper esse círculo vicioso, o poder público tem diante de si o encargo de empreender uma ação profunda e total sobre as comunidades rurais, unindo a educação fundamental às indispensáveis reformas de estrutura agrária. (DNE, 1954, p. 184).

Os técnicos perceberam que havia certa necessidade de Missões Rurais fixas em áreas mais restritas. Estrategicamente, optou-se, então, com o respaldo da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) do Ministério de Educação, criada em 1952, por firmar convênios com diversas entidades públicas e privadas para a instalação de equipes de Missões Rurais em vários estados, inaugurando em nível nacional o Programa de Educação de Jovens e Adultos para capacitar profissionais para a atuação fixa no meio rural. (AMMANN, 1985; BARREIRO, 2010).

A CNER utilizou os centros comunitários (também conhecidos no Brasil por centros sociais) para a ação das Missões Rurais de Educação, atendendo aos apelos do Conselho Econômico e Social da ONU que recomendava a utilização dos centros comunitários como meio eficazes de promover o progresso econômico e social no mundo. (AMMANN, 1985; BARREIRO, 2010). Nos centros comunitários do meio rural ocorriam reuniões entre as Missões Rurais e a população, visando o controle social, por meio da educação.

Conferia-se, assim, aos centros comunitários poderes de transformar o local, sem distinção de classe, através do intercâmbio de sujeitos de diferentes classes sociais. Desde o momento da instalação da equipe de Missão Rural, o intuito era guiar a população para que ela aprendesse a se organizar de acordo com suas próprias demandas, mas sob o controle do Estado. Diante do diagnóstico de degradação do meio rural brasileiro, equipes técnicas eram preparadas nos EUA ou diretamente pela CNER em Cursos de Educação de Base. Na figura 3, fotografias mostram técnicos em formação para atuarem nas Missões Rurais nos centros comunitários de suas localidades. Visava-se com esta formação não só a treiná-las na metodologia do trabalho comunitário, mas também a criar uma unidade de pensamento e de ação num ideal de recuperação do homem e do meio rural. As áreas de atuação das Missões Rurais eram selecionadas, levando-se em conta o apoio do poder local ao programa: o prefeito e o vigário representavam ligações de extrema importância para a Missão. (RCNER, 1959; AMMANN, 1985; BARREIRO, 2010).

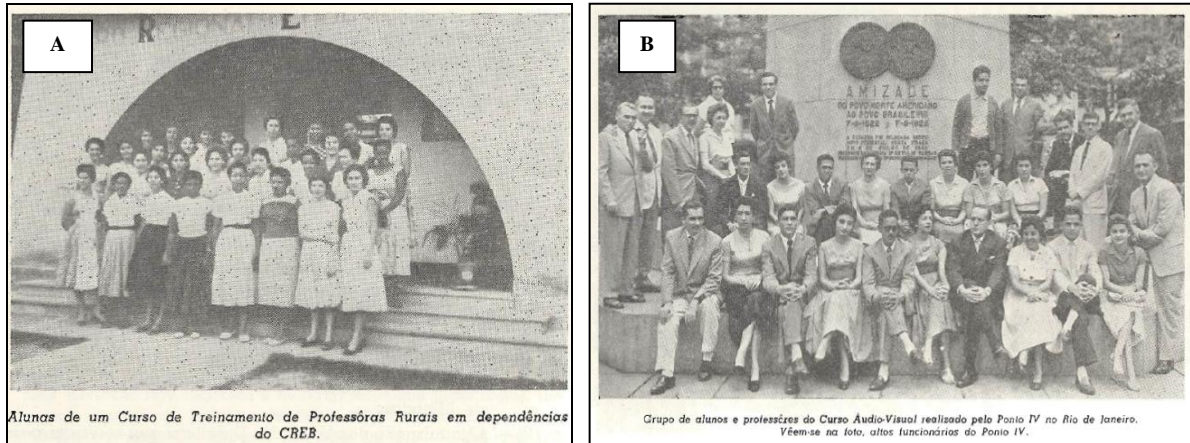


Figura 4: Turmas de técnicos em formação. A: alunas do Curso de Professoras realizado no Centro Regional de Educação de Base, em Colatina (ES). B: alunos e professores do Curso de Áudio-Visual realizado no Ponto IV³³, do Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: RCNER (1959); BARREIRO (2010).

Alguns técnicos foram enviados ao México para receber uma melhor formação sobre as missões culturais mexicanas, por meio do Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (CREFAL). A UNESCO ofereceu bolsas de estudos para formação de novos educadores de base do Brasil. (RCNER, 1959; BARREIRO, 2010). Ainda, o Setor de Estudos e Pesquisas realizou acordos com a Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro e com a Faculdade de Filosofia de São Paulo, com a finalidade de envolvê-las nos trabalhos e obter indicações técnico-especializadas. Em suas metas de atuação, a CNER privilegiou as áreas com maior concentração de pequenas propriedades camponesas por facilitar a propagação do ensino. Considerou que as mudanças ocorridas nos processos de trabalho iriam se estender à vizinhança com maior facilidade por causa dos interesses comuns, o que não ocorria entre parceiros ou rendeiros, por conta de intensa mobilidade deles. (BARREIRO, 2010).

No Brasil, nos meios rurais e urbanos, a Igreja Católica, desde o início da década de 1940 já vinha criando centros comunitários com o objetivo de propagar sua doutrina. Eles geralmente eram construídos nas cidades, em bairros não servidos por capelas e igrejas e, no meio rural, onde era mais rara ainda a existência de templos, em áreas cedidas por proprietários de terra em algum lugar que já servisse de ponto de aglomeração, por algum motivo como a presença de escola (todas muito precárias), de um campo de futebol ou a realização de uma festa religiosa. Para zonestar os locais onde seriam construídos e o seu raio de abrangência, a Igreja Católica aproveitava quando possível às comunidades já formadas.

³³ O Ponto IV foi uma agência americana interessada na expansão da modernização e no modo de produção capitalista. Por meio da *United States Operation Mission-Brazil*, estabelecia uma cooperação com as organizações municipais, estaduais e federais em prol do desenvolvimento dos níveis de padrão de vida das populações rurais. (BARREIRO, 2010).

Nem toda comunidade formada passava a possuir logo seu centro comunitário. Comunidade, centro comunitário, comunidade rural. Assim, devido, também, à predominância do catolicismo no meio rural, a denominação comunidades rurais firmou-se e passou a ser usada pelos governos e outras instituições da sociedade para a regionalização do campo. Já no final dos anos 1970, a Igreja Católica criou o movimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que incentivou a construção de centros comunitários nas comunidades rurais para celebrações religiosas.

Em Goiás uma Missão Rural foi instalada em Dianópolis, atualmente município do estado de Tocantins. Todavia, este processo não ocorreu de forma homogênea em todo o território goiano. O zoneamento do meio rural feito pela Igreja Católica foi adotado, no Sudeste Goiano, as comunidades rurais, para a prestação de assistência técnica/extensão rural que passou a ser oferecida pelo governo, logo depois da criação da EMATER. No município de Catalão (GO), foi diretamente a Igreja Católica, por meio dos Freis Galdino e Olívio e da irmã agostiniana Sórora Célia (GUIMARÃES, 2010) em 1970. Desse modo, o Sudeste Goiano formou-se a Comunidade Camponesa Cisterna em Catalão (GO).

4.2 A centralização das atividades da comunidade em um mesmo espaço físico

Os Centros Comunitários do Brasil surgem com o papel de reunir distintos sujeitos (camponês, trabalhador rural e, até mesmo, fazendeiro) sem, no entanto, tratar dos conflitos territoriais vivenciados por eles. As famílias camponesas envolviam-se na construção dos centros comunitários, na forma de mutirão.

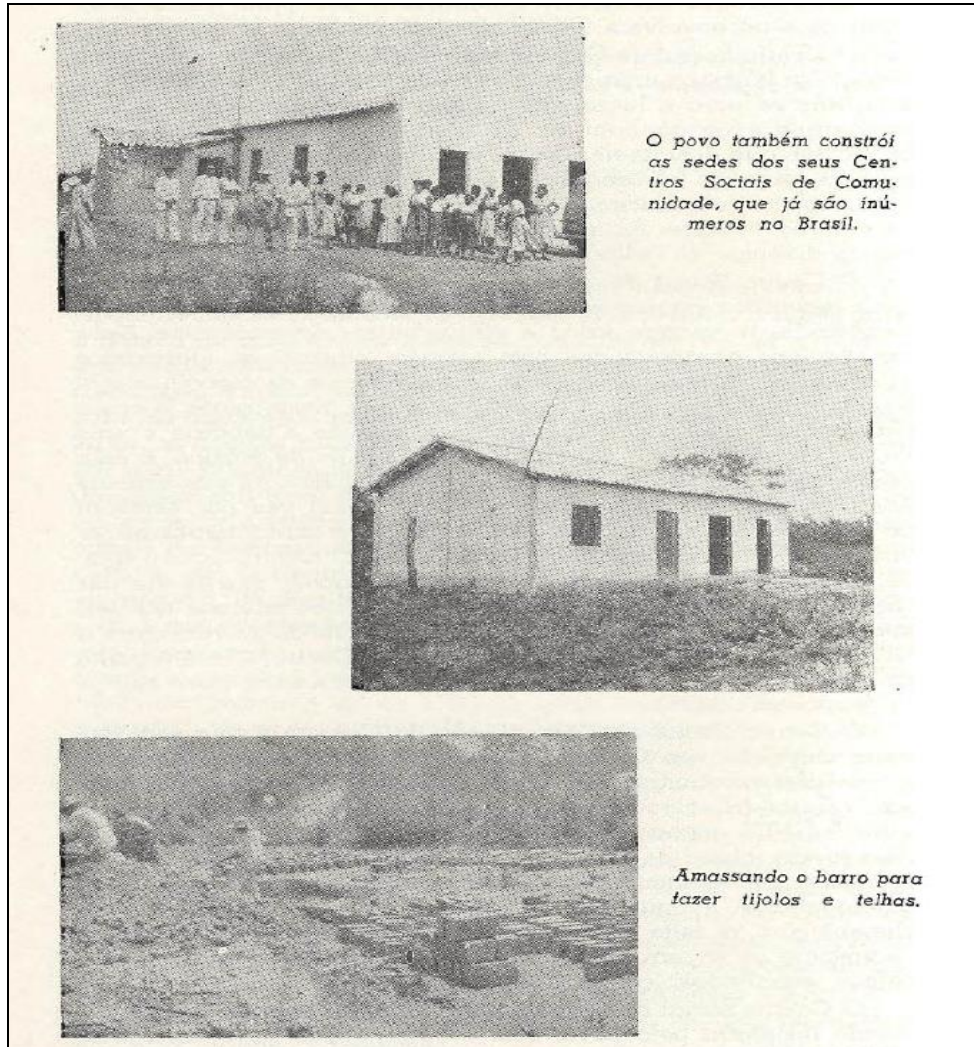


Figura 5: Construção de centros comunitários no Brasil. Não há a identificação da localização desses Centros.
Fonte: RCNER (1959).

Segundo a RCNER (1959), o objetivo era de intensificar e valorizar o espírito associativo e solidário para as realizações coletivas do homem rural. Para isto era necessário formar a consciência voltada para o bem comum, tendo sempre o cuidado de inicialmente se dirigir à liderança da comunidade. A reunião era um dos recursos utilizados para a preparação das pessoas, ocasião em que o técnico dava-lhes orientação quanto ao que deveria ser feito e sobre quem estava na liderança do grupo. (BARREIRO, 2010).

Com o intuito de adequar o trabalhador às novas necessidades da modernização dos territórios e racionalizar as relações sociais e os processos de trabalho das comunidades camponesas, a valorização do processo racional de trabalho passou a compor o programa dos cursos para professores rurais. Deveria fazer parte do papel do professor desenvolver e fortalecer o trabalho coletivo, organização social, a cooperação, a solidariedade, a justiça, a disciplina, a responsabilidade. (BARREIRO, 2010). A partir dos centros comunitários eram

implementados projetos agrícolas regionais, (figura 6), como cultivo de tomate, milho, feijão, batatas, criação de galinhas, engorda de porcos e práticas de mecanização da agricultura, conforme mostram as imagens a seguir.

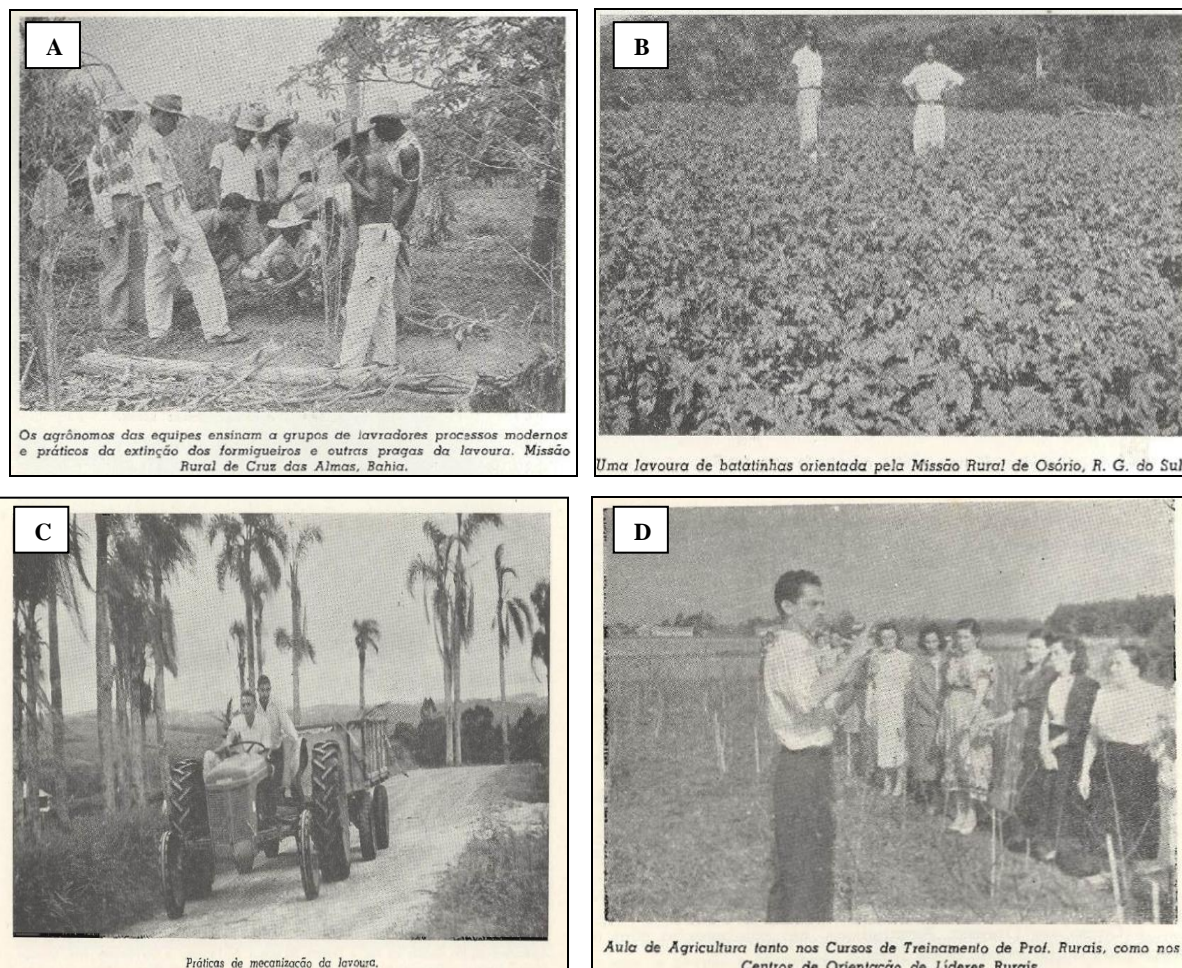


Figura 6: Cursos para agricultores e professoras rurais. O intuito era a modernização e racionalização do processo de trabalho. **Fonte:** RCNER (1959); BARREIRO (2010).

Nestes cursos, ensinava-se o abandono de práticas rotineiras e de instrumentos arcaicos e adoção de práticas modernas como a curva de nível, a vacinação preventiva do rebanho, o combate às pragas, a utilização de maquinaria de tração mecânica, de agrotóxicos, adubos químicos, fertilizantes etc. Em 1959, a CNER traçou um panorama do meio rural e constatou a presença de populações distantes, isoladas, com problemas de agricultura extensiva, ignorância (analfabetismo, falta de hábitos higiênicos, de técnicas racionais de trabalho e de produção); problemas racionais ambientais de seca, endemias etc., determinando o nomadismo. (BARREIRO, 2010).

As programações desenvolvidas nos centros comunitários visavam organização e o controle social de grupos. Eram oferecidos cursos de corte e costura, bordado, cozinha,

enfermagem, alfabetização de adultos, introdução de novas técnicas agrícolas e organização de hortas e pomares e eram construídas obras como estradas, pontes, esgotos, escolas, igrejas, praças dentre outros. Através de aparelhagem de cinema e serviço de autofalante, as Missões Rurais conseguiam reunir centenas de pessoas para verem a projeção de filmes educativos. Filmes e palestras foram usados em todas as regiões do país (RCNER, 1959; BARREIRO, 2010). A preocupação era ocupar o tempo ocioso com lazer dirigido, já que, o tempo livre era mal aproveitado, segundo a avaliação dos técnicos. Nesse sentido, os técnicos destacavam que a recreação deve ser proporcionada, estimulada e orientada de acordo com a idade de cada pessoa, visando desenvolver o indivíduo: física, moral e intelectualmente. (BARREIRO, 2010).

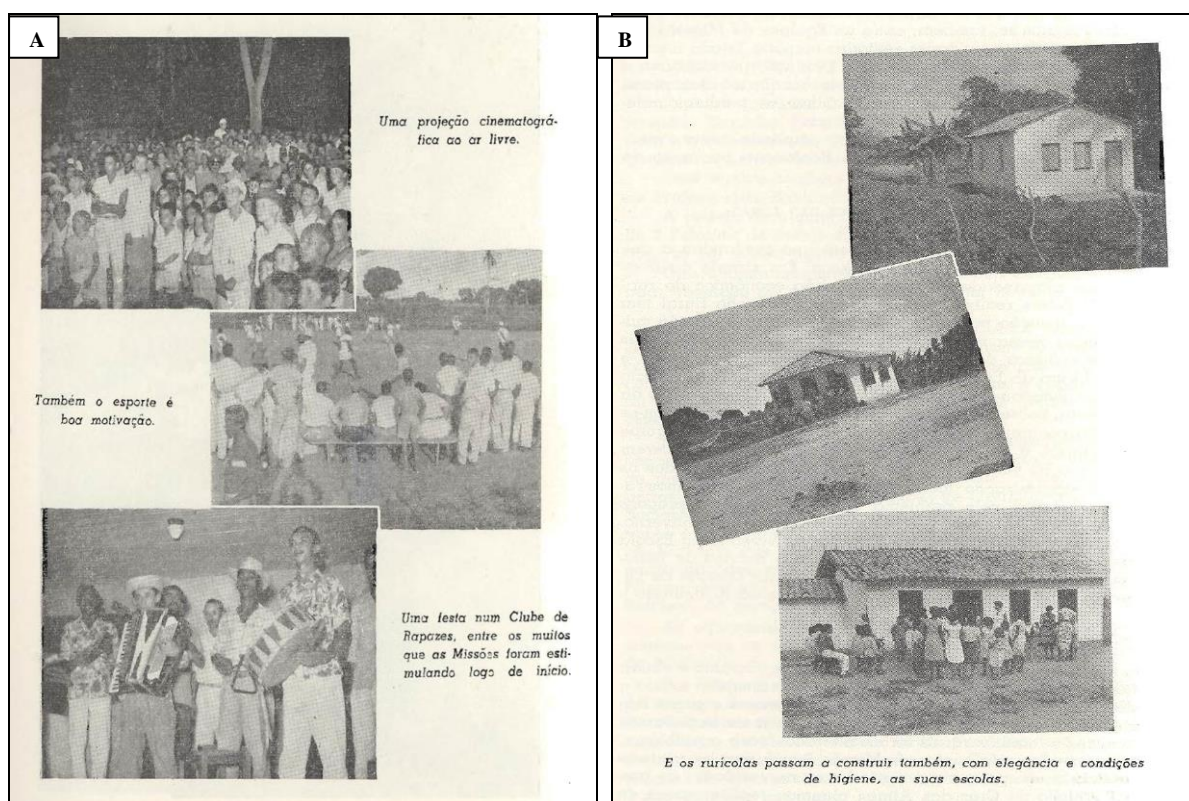


Figura 7: Formas de organização das comunidades camponesas. Festas, lazer e construções de escolas e Centros Comunitários no país. Imagem A: Festas e lazer. Imagem B: Grupo Escolar. Fonte: RCNER (1959); BARREIRO (2010).

Nos Grupos Escolares, a professora, ao planejar suas aulas, cuidava de planejar também o recreio. Segundo Barreiro (2010), o recreio era dirigido sempre que possível. Inicialmente, até que se desenvolvesse a liderança dos grupos, o recreio tinha direção cuidadosa da professora. Recreio livre, desordenado, era tido pelos técnicos como prejudicial, pouco educativo. O lazer, figura 8, era, assim, meio de colocar fim à monotonia do meio rural.

(BARREIRO, 2010). Para a CNER, o lazer do homem rural é considerado inadequado e fonte geradora de doenças em consequência da falta de higiene mental, de bom relacionamento e de recreação sadia.

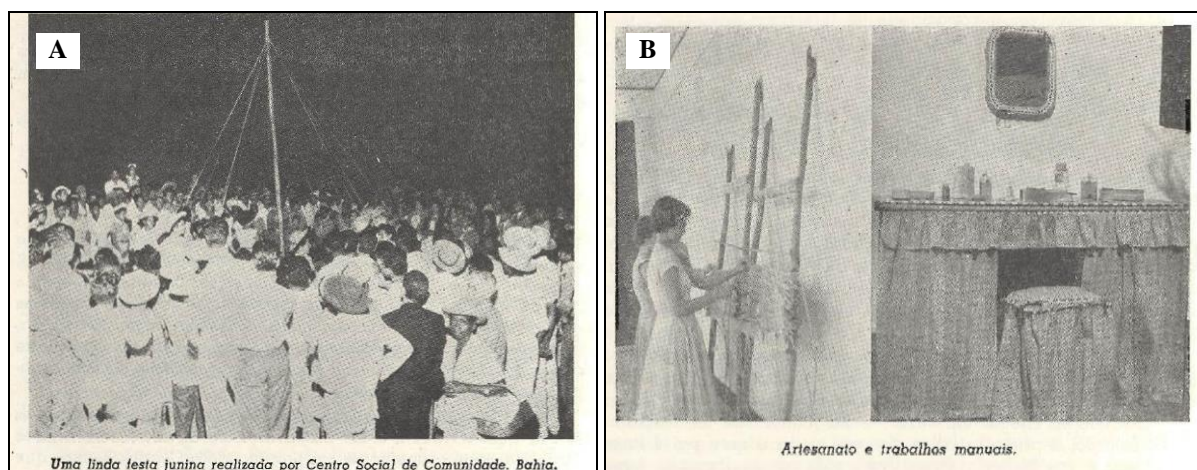


Figura 8: Atividades implantadas nas comunidades camponesas. Imagem A: festa junina em centro comunitário. Imagem B: Mulheres aprendendo a desenvolver artesanatos. Fonte: RCNER (1959); BARREIRO (2010).

No município de Catalão, no meio rural, a Igreja passou a ter um local determinado para as reuniões e missas. Eram recebidas doações e realizados mutirões para a construção desses centros comunitários. Todas as atividades coletivas passaram a ocorrer nos centros comunitários, o que tinha seu lado negativo. Antes havia um maior contato entre os membros da comunidade. Por exemplo, na Comunidade Camponesa Cisterna havia visitas nas casas dos vizinhos, faziam-se festas em diferentes propriedades etc. As festas eram realizadas nas casas dos devotos, passando de uma casa para outra dos membros da comunidade a cada ano, quando não eram tidas como de responsabilidade ou obrigação de uma só família. A festa durava vários dias e tinha a parte religiosa, como a reza do terço durante os nove dias (novena). Também havia a parte festiva, com dança, comida e bebidas. Com a construção dos centros comunitários tudo se centralizou nestes espaços e os membros da comunidade foram divididos em grupos com lideranças. A Igreja Católica se apropriou da festa que já acontecia na Comunidade Cisterna, transferindo-a das casas dos camponeses para o centro comunitário, acrescentando a missa e, posteriormente, cobrando uma porcentagem do lucro da festa. As práticas religiosas antes não oficiais, tidas como populares, justamente por causa da ausência da Igreja, agora, tornam-se oficiais.

Em Catalão, as festas das comunidades camponesas conhecidas como festas de roça, são amplamente conhecidas e praticadas, contam com grande público e com uma certa

organização. Há um calendário dessas festas para que uma não coincida com a outra. Em geral os centros comunitários recebem como denominação o nome de um santo, que já contava com grande devoção no lugar e em homenagem do qual já eram realizadas festas. Esse santo é oficializado, assim, como padroeiro da comunidade.

A festa da Comunidade Camponesa Cisterna, que ocorre no mês de maio, é uma das mais conhecidas pela população do campo e da cidade, e é em homenagem a: São José, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora de Fátima.



Foto 5: Altar com as imagens dos santos homenageados na festa da Comunidade Cisterna: São José, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: Pesquisa de Campo. Maio/2013.

Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

Todavia, um centro comunitário, para a própria Igreja Católica, no meio rural ou urbano, não possui o mesmo significado que uma igreja ou capela, tanto que a denominação é diferente. Com o passar do tempo é possível algum centro comunitário ser elevado à categoria de capela; na cidade de Catalão, o centro comunitário do Bairro Santa Terezinha é exemplo dessa mudança: tornou-se capela. Como a década de 1970, em que começaram a ser construídos centros comunitários pela Igreja Católica em comunidades camponesas, alguns já foram desativados por condições precárias nas estruturas, como foi o caso da Comunidade Cisterna, que já não tem o centro comunitário (local onde foi construída a escola). Mas, as famílias de lá mantiveram a prática de se reunirem mensalmente na Associação dos

Moradores da Comunidade Cisterna e realizar as rezas em suas casas, no sistema de rodízio. O mesmo movimento de aproximação dos fiéis que propiciou a criação das CEBs levou a Igreja Católica a fazer um trabalho para que membros da comunidade se tornassem ministros da palavra e conduzissem oficialmente alguns rituais da Igreja para os fiéis da comunidade.

No decorrer do ano, nas comunidades camponesas de Catalão, cabe aos ministros da Igreja Católica conduzir os eventos religiosos, como os terços e as celebrações, seja nos centros comunitários seja nas casas. É necessário, também, que os ministros conduzam a parte religiosa das festas em devoção ao padroeiro da comunidade. Dos recursos financeiros arrecadados nas festas uma parte é destinada à manutenção dos próprios centros comunitários, caso a comunidade tenha o centro comunitário; outra é destinada à paróquia à qual pertence: a Paróquia Mãe de Deus ou a Paróquia São Francisco.

Na festa da Cisterna, os camponeses e trabalhadores rurais da comunidade estão envolvidos na execução das tarefas (foto 6) relacionadas à parte tradicional. Todavia, os trabalhadores rurais moradores da Vila Sucena são, em grande parte, evangélicos, por isso não participam. São as pessoas do restante da comunidade e seus parentes, amigos e familiares que até já moram na cidade de Catalão (GO) que organizam, fazem e participam da festa. Os preparativos incluem a ornamentação com flores, laços e imagens de santos durante a festa. Assim, são nesses eventos coletivos das comunidades uma maneira de interação entre os membros, havendo a parte religiosa e a parte das festas.



Foto 6: Organização dos enfeites da festa da Comunidade Cisterna.
Fonte: Pesquisa de Campo na Comunidade Cisterna. Maio/2013.
Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

Atualmente (2014) a festa é feita na nova quadra de esportes que a Prefeitura Municipal de Catalão (GO) inaugurou, praticamente, no dia de iniciar a festa. Os bares são terceirizados, o conjunto musical, o leiloeiro, todos são contratados pelo festeiro, que também cumpre com a legislação, tendo que providenciar todas as licenças (Paróquia, Polícia Militar, Prefeitura, etc.) para realização da festa. Os camponeses gostam da forma como está estruturada a festa, consideram-na uma forma de unir as pessoas e de praticar a devoção aos santos padroeiros da comunidade. No entanto, fazem críticas sobre as modificações que vem ocorrendo na festa ao longo das décadas, principalmente, dos jovens da comunidade e da cidade, devido a som alto de carros e bagunça com bebidas.



Foto 7: Festa da Comunidade Cisterna.

Fonte: Pesquisa de Campo. Maio/2013.

Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

O que permanece com o traço original dos membros da comunidade nessa festa é o terço. A parte religiosa é em forma de novena, o terço é rezado em oito dos nove dias da festa e um dia é escolhido para a missa. É nesta parte sagrada que ocorre maior envolvimento de camponeses e trabalhadores rurais da Comunidade Cisterna com a festa. A parte festiva é, praticamente, para os moradores da cidade, restando a comunidade servir-lhes com a festa.



Foto 8: Devotos em procissão. Comunidade Cisterna/Catalão (GO).

Fonte: Pesquisa de Campo. Maio/2013.

Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

Apesar dessas transformações nas atividades religiosas, como das festas nas comunidades camponesas de Catalão e, especificamente, na Comunidade Cisterna, elas ainda apresentam uma particularidade em relação às atividades religiosas (celebrações e missas) nas cidades. Seja em igrejas, capelas ou centros comunitários, nas cidades, as atividades religiosas possuem um número maior de pessoas que não possuem um vínculo territorial com o lugar em que estão construídas no sentido de constituir suas relações sociais. Nas comunidades camponesas, das atividades da Igreja Católica, como celebrações e missas, as pessoas que participam são, em sua maioria, conhecidas uma das outras. O vínculo dos sujeitos com a comunidade é estabelecida, principalmente, pela terra, o qual camponeses e trabalhadores rurais se encontram.

Há outras comemorações não especificamente religiosas, como o Dia dos Pais, Dia das Mães etc, se organiza em torno da data, como no aniversário da Escola Maria Bárbara Sucena, retratada (Foto 9), em que a comunidade se reúne. Por exemplo, no aniversário da escola fez-se uma cavalgada em comemoração.



Foto 9: Cavalgada em comemoração ao aniversário da escola.

Fonte: Pesquisa de Campo. 2011

Autora: RODRIGUES, G. S. (2011).



Foto 10: Festa da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena.

Fonte: Pesquisa de Campo. 2011

Autora: RODRIGUES, G. S. (2011).

Embora venha crescendo a adesão a outras religiões cristãs em todo o município de Catalão (GO), como em todo o Brasil, principalmente, as chamadas pentecostais e neopentecostais, é inegável a importância da participação da Igreja Católica na *invenção* das comunidades rurais em Catalão e região. A valorização da ideologia comunitária vem da

Igreja, de valorizar o comum, preocupada, principalmente, com a prática da caridade e da solidariedade, embora por diversas situações a Igreja tenha tido o intuito de mascarar os conflitos sociais.

A Igreja tem uma presença nacional, está em todo lugar, no campo e nas cidades, através de suas igrejas (basílicas, matrizes), capelas e centros comunitários, mas também por meio de suas pastorais, como da criança e da Terra, e dos meios de comunicação de massa (canais de televisão, emissoras de rádio, internet), pode tanto incentivar a transformação das relações sociais e de trabalho (no aspecto político, social e cultural dessa população), tornando os seus fiéis protagonistas das ações dentro da comunidade, como agir para a manutenção do *status quo*.

4.3 Leituras da micropolítica do poder: o poder simbólico a partir da Escola Maria Bárbara Sucena

As relações sociais de trabalho e produção configuram as comunidades em particular e, no geral, a sociedade, à qual pertencem as várias comunidades, mas o contrário não é verdadeiro. Assim, são hegemônicas, em nível de sociedade, as relações que lhe dão forma.

Como destacam Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) toda sociedade ao se constituir, no mesmo movimento, conforma seu território (em escala maior). Dessa maneira, o território não é externo à sociedade que o constitui. Ele a abriga com suas contradições e, por isso, contém sempre múltiplas territorialidades, mesmo que apenas em potencial. Portanto, não há território que não seja instituído; cada território é, sempre, abrigo e proteção para os sujeitos que, por meio dele, se refazem e se organizam coletivamente. Considerando o território (em escala menor) de uma comunidade, ele também é instituído por seus sujeitos, mas sujeitos de fora dele vão disputa-los, por causa do sistema vigente na sociedade. Assim, em dado momento, novos fluxos passaram a dinamizar a Comunidade Cisterna, como a necessidade da produção vinculada ao mercado, a eletrificação, os maquinários, construção de novas estradas, casas, igrejas etc.

Hoje, em escala nacional, o meio rural brasileiro aparece como território da produção agrícola altamente capitalizada que precisa chegar urgentemente onde ainda não chegou. Outrora, aparecia apenas como território do atraso da sociedade e da miséria do campesinato, simbologia que foi sendo construída ao longo do século XX e ainda permanece no século XXI e que tem um teor político. Ao separar o meio rural do meio urbano, numa

dualidade atrasado x moderno, desconsideram-se os direitos de cidadania de camponeses e trabalhadores da terra, sujeitos de territórios no meio rural. Essa forma de ver e de se perceber no território desvaloriza-se os territórios camponeses para posteriormente apoderamentos dele e/ou de sua renda.

Na Comunidade Camponesa os nexos com o espaço global promoveram a chegada do moderno. Porém, ao mesmo tempo em que absorve as inovações, a comunidade preserva, às vezes, inventando, suas tradições. A chegada do moderno significa a chegada do Estado, por exemplo, com a criação da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, que significa a institucionalização dos saberes da sociedade moderna/capitalista, a chegada da Igreja, a chegada do capitalismo característico. Inicia-se um processo de por um lado, afirmação da diferença e, por outro, de negação da própria identidade comunitária, no qual são estabelecidas relações de poder, reais e simbólicas, ou seja, ali o poder é real e, também, simbólico.

Para Bourdieu (2010), o poder simbólico, ao constituir o dado pela enunciação pode fazer ver e fazer crer, confirmar ou transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo. Um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). Só se exerce se for reconhecido pelos grupos sociais de um lugar. O controle social para moldar os sujeitos, nesse sentido, é exercido menos a partir de normas estritas e mais por sua estratégia de flexibilidade e sutileza. Assim, o desenvolvimento como matriz da sociedade, incorpora graduações e permite a existência de ambiguidades, como atrasado versus moderno, a partir das quais os discursos e práticas desenvolvimentistas, através de instrumentos adequados para promover o capitalismo globalizado, subordinam os sujeitos, que passam a agir baseados na concorrência, na obtenção de lucro, no sucesso individual etc. O aspecto comunitário passa a ser reprimido.

Bourdieu (2012) aborda as relações entre o sistema de ensino e a estruturação da sociedade em classes. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só poderiam ser compreendidos, na perspectiva de Bourdieu, quando relacionados ao sistema e classes. A Escola Municipal Maria Bárbara Sucena não seria uma instância neutra, que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida por uma classe dominante sobre as outras gerando conflitos e disputas em um mesmo território.

Os camponeses, que tiveram seus territórios invadidos pelo Estado e pelo sistema capitalista, enfrentam diferentes conflitos: com o Estado, com a sua falta de políticas públicas

que não levam em consideração o modo de vida desses sujeitos, ou com os impactos negativos delas, com o *agro-hidronegócio*³⁴, que vem avançando sobre o território camponês, com a sociedade, em geral, que, muitas vezes, ignora ou interpreta as manifestações de vida camponesa como sendo atrasadas e que precisam ser superadas e/ou modificadas, marginalizando-os e relegando-os à invisibilidade social.

No contexto em que se encontra a Comunidade Camponesa Cisterna, considerando as especificidades do modo de vida dos camponeses e seus conflitos territoriais, foram escolhidos estudantes da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, enquanto sujeitos da comunidade, para com eles dialogar sobre as relações de poder estabelecidas pela comunidade e com ela. Esses estudantes, camponeses e filhos de camponeses, vivem uma primeira situação de conflito entre o modo de vida urbano-moderno e o seu modo de vida. Diante disso, e com uma permanente inquietação, no intuito de ampliar a compreensão sobre o poder político, simbólico e não simbólico, no território camponês, em uma aproximação direta, a esses sujeitos, foram feitas as perguntas derivadas das ideias seguintes:

1. O que um estudante da Escola Municipal Maria Bárbara Sucena sabe sobre as especificidades territoriais de sua comunidade camponesa?
2. Como os estudantes se definem e identificam como membros da sua comunidade camponesa?

As respostas foram buscadas em uma Oficina Coletiva com os jovens, estudantes e membros da Comunidade Camponesa Cisterna e outras atendidas pela escola. A princípio, selecionou-se com o auxílio dos professores da Escola Maria Bárbara Sucena, 08 estudantes (entre meninos e meninas do Ensino Fundamental, único nível oferecido pela escola). A Oficina ocorreu durante toda uma tarde, em uma sala de aula em horários cedidos por um professor.

³⁴ Agro-hidronegócio é uma expressão criada e utilizada por professores (também geógrafos e pesquisadores) da Regional de Catalão da UFG – Universidade Federal de Goiás, como Mesquita e Mendonça, entre outros, para denominar a territorialização do capital no campo, que já inclui a apropriação da água para produção e venda de energia elétrica através de barragens.



Foto 11: Oficina Coletiva. Escola Maria Bárbara Sucena, na foto tem-se estudantes respondendo às perguntas em dupla.

Fonte: Pesquisa de Campo. Nov./2013.

Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

A Oficina Coletiva contou com três partes. Na primeira, a questão colocada foi “Como é a Comunidade Cisterna do ponto de vista de suas características: política, economia, cultura e natureza?” considerando-se a possibilidade de surgirem outros pontos de vista.

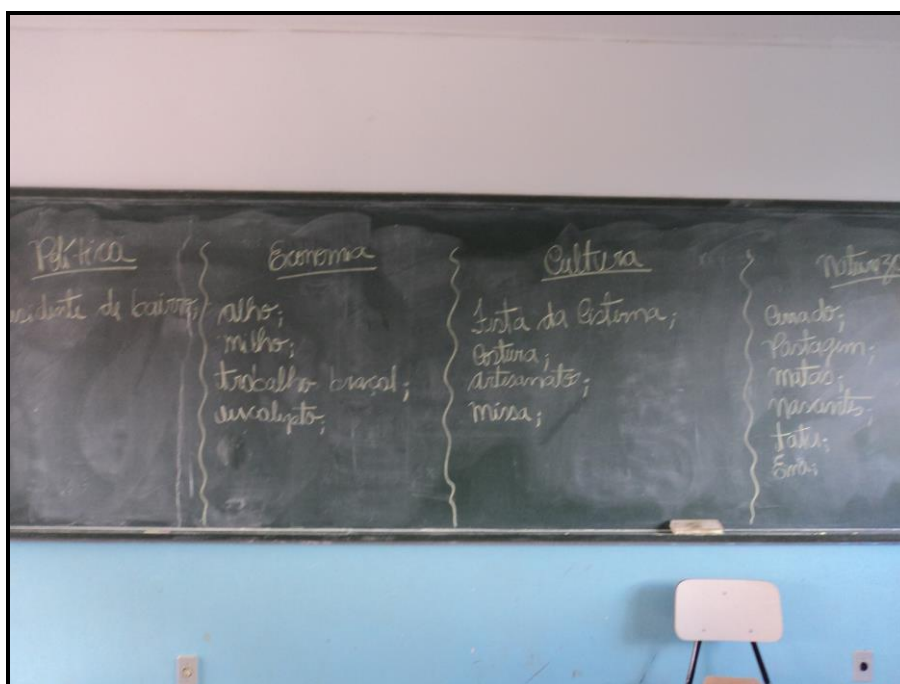


Foto 12: Aspectos da Comunidade Cisterna.

Fonte: Pesquisa de Campo. Nov./2013.

Autora: RODRIGUES, G. S. (2013).

O intuito de observar e considerar esses elementos da comunidade foi compreender, conforme os principais aspectos colocados pelos jovens em seus discursos a concepção de território que eles possuem, como eles reconhecem o território no qual eles vivem. À medida em que a discussão foi ocorrendo, os elementos apontados pelos jovens foram sendo escritos no quadro-negro, possibilitando que todos pudessem visualizar o que construía coletivamente. As respostas dos jovens expressam o cotidiano deles. Falaram sobre o que os pais produzem, o que eles veem na comunidade, a partir de cada aspecto e o que e como eles influenciam em suas vidas, seja na alimentação, seja na paisagem da comunidade, nas relações sociais e de trabalho, nas festividades etc.

Na segunda parte, a questão foi: “Como é ser jovem em uma comunidade camponesa, considerando o passado, o presente e o futuro?”, que visava possibilitar uma compreensão das permanências e mudanças. Os jovens ressaltaram os seguintes elementos:

Quadro 7: Mudanças e permanências na Comunidade Camponesa Cisterna: fragmentos dos discursos dos jovens.

Passado	Presente	Futuro
A população da comunidade era somente os proprietários das terras; não havia a Vila Sucena.	A existência da Vila Sucena e o aumento da sua população;	Os pequenos produtores diminuirão;
Havia mais Cerrado;	Há mais serviços;	Os jovens vão morar na cidade;
Apenas um comércio;	Há bares dentro da Comunidade;	Serem construídos uma farmácia e um posto de saúde na Vila Sucena;
A Vila Sucena era pequena e pouco movimentada;	Há transporte próprio;	Ter um ônibus para levar a população para a cidade;
Era difícil ir à cidade, pois não tinha transporte próprio;	Pouco Cerrado e animais;	Concluir os estudos;
Não havia energia elétrica.	Há energia elétrica.	Ter carteira assinada.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os estudantes foram separados em grupos de dois para discutir a questão proposta. Na medida em que as discussões se tornavam consenso entre os sujeitos, pequenos apontamentos eram registrados em folhas de papel distribuídas para as duplas. Sobre o passado, os jovens buscaram enfatizar o que já ouviram de seus avós, pais e vizinhos sobre como é viver em uma comunidade camponesa quando foram jovens. Já no tempo presente, o grupo registrou como é a realidade deles, suas vivências. Para o futuro, o que acreditam que acontecerá, enquanto jovens camponeses, e se permanecerão na comunidade ou não. Foi possível perceber durante a Oficina um não conhecimento ou um vago conhecimento do passado da comunidade, ou seja, da história de seus familiares, vizinhos e amigos, e as

incertezas e dilemas: morar no campo ou ir para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida.

Na escola há jovens de outras comunidades camponesas próximas (Comunidade Coqueiros, Ribeirão e Custódia, dentre outras, que não possuem escola), jovens que vivem na Vila Sucena (filhos de trabalhadores rurais) e os que moram em outros pontos da comunidade. Durante a Oficina Coletiva ficou claro que para os estudantes isto não representa um problema, as relações são harmônicas. Merece atenção a preocupação demonstrada por eles concluírem os estudos, pois a escola não possui o Ensino Médio (assim como as demais escolas municipais - do campo e da cidade) e terão que ir para a cidade de Catalão. Na Oficina, foi unânime a conclusão de que é preciso ir para a cidade para concluírem os estudos e conseguirem emprego. Ou seja, para eles não há alternativa: a única coisa que podem fazer visando o futuro de trabalho é migrarem para as cidades para trabalharem e estudarem. Afirmaram que o campo não oferece condições de vida, de estudo, de trabalho, de lazer. Isto é um fator preocupante, porque inviabiliza a reprodução da família camponesa. A juventude rural que migra para as cidades, geralmente, não retorna ao campo, que nunca apresenta possibilidade de melhoras e avanços.

Na terceira parte, foi pedido a elaboração de desenhos aos jovens para que eles pudessem mostrar a representação de cada um desse território. Cada estudante recebeu uma folha em branco para que pudesse representar a Comunidade Cisterna e os principais elementos que compõem esse território (figura 9). A questão para a elaboração desses desenhos foi: “Como vejo a Comunidade Cisterna?” O objetivo era compreender como eles reconhecem e representam os principais elementos da comunidade em que fazem seus estudos.



Figura 9: Mosaico dos desenhos de estudantes da Escola Maria Bárbara Sucena.
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Nos desenhos, ficam evidentes os aspectos naturais imbricados com as transformações da paisagem da comunidade. O trabalho braçal foi evidenciado em dois desenhos de filhos de trabalhadores da Vila Sucena. As plantações de eucalipto que circundam a comunidade também tiveram destaque. Aparecem a escola, ampla, e também as casas e o caminho com calçamento até a escola. A representação do espaço vivido revela pistas sobre as relações de poder, nas quais emerge a escola como um lugar das relações estabelecidas pela comunidade com o espaço global. Os desenhos realizados pelos estudantes trazem um emaranhado de representações de poder simbólico. Conforme Raffestin (1993), talvez o território possa ser compreendido melhor a partir das imagens que dele cada sujeito seu tem, do que da realidade material concreta, que nele se constroi, através das relações sociais de trabalho e produção e de sua apropriação.

Raffestin (1993) considera como trunfos de poder, em um território, a população e os seus recursos. Na verdade, mais do que fragilidade, é de força que se trata, pois distância entre referente e símbolo, que hoje muitas vezes é indiscernível, confundindo-se completamente realidade e representação, transforma a dimensão concreta do poder. Isto se

manifesta, principalmente, conforme Bourdieu (2012), nas diferenças culturais. Se a burguesia possui um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, forma de conduta, de valores etc., as classes trabalhadoras também possuem características culturais próprias que lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes.

No entanto, nas escolas em geral, como na Escola Maria Bárbara Sucena, enquanto instituição, que simboliza o poder político do Estado, ignoram-se estas diferenças sócio-culturais, selecionando-se e privilegiando-se em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais das classes dominantes. Com essa atitude, a escola favorece apenas aquelas crianças e jovens que já dominam este aparato cultural. Se a escola, para os jovens da Comunidade Camponesa Cisterna, é considerada uma continuidade da família e da sua prática social da comunidade, nela os filhos das classes trabalhadoras deveriam compreender melhor a própria concepção de mundo e não a da classe dominante. Neste sentido, a escola pública, justamente por atender a população trabalhadora, que depende da sua contribuição, exerce de forma mais concreta a violência simbólica dentro da Comunidade Camponesa Cisterna. Essa é uma prática de micropolítica que, negando a identidade sócio-cultural da comunidade, afirma a da classe hegemônica. Mas, a escola pode também ser lugar de resistência, se ela for reconhecida como parte deste território camponês.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É instigante reconhecer e compreender na prática cotidiana os mecanismos que representam os imperativos da sociedade moderna/capitalista, as transformações sócio-espaciais e os elementos que compõem as especificidades locais/regionais e, sobretudo, é instigante desvendar os conteúdos das relações de poder. Os diferentes elementos que configuram a realidade constantemente se constroem e reconstroem em diferentes tempos e espaço geográfico, formando territórios novos, contribuindo para a permanência de territórios já constituídos, possibilitando a reterritorialização de sujeitos. Isso, para a Geografia e os geógrafos, constitui um importante desafio na compreensão da realidade complexa e contraditória que constantemente modificam espaços, territórios, regiões, lugares, paisagens e os sujeitos que neles atuam.

O território é condição, meio e resultado para o exercício das relações de poder. Sua produção decorre dessas relações, que penetram em todas as outras relações sociais (econômicas, culturais, políticas, históricas, portanto, espaciais). Essa pesquisa tentou destacar e analisar as relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO), especificamente, na Comunidade Cisterna. Ficou evidente que estas relações constituem-se de um componente político, como tradução de relações sociais de trabalho e produção entre os sujeitos que vivem na/da comunidade e a sociedade globalizada. Oficialmente, ou seja, político-administrativamente, o Estado, através da formação no município de Catalão das comunidades rurais, se fez presente no meio rural e impôs-lhe o modelo de desenvolvimento capitalista de que é representante. Mas, a resistência dos sujeitos, em querer defender seu território e sua territorialidade, por exemplo, através da preservação de suas tradições sócio-culturais, também, é um componente político.

O zoneamento do meio rural do município de Catalão, feito pela Igreja Católica e adotado pelo Estado, com a formação das comunidades rurais, fez com que estes territórios se transformassem em função dos interesses capitalistas. Os poderes públicos legitimam as dinâmicas desenvolvimentistas, conforme interesses políticos e econômicos em jogo. Esse zoneamento significou a apropriação destes territórios, seja no âmbito material seja no imaterial e foi, portanto, uma ação política.

A Igreja Católica foi predecessora importante da ação do Estado ao se reterritorializar nas comunidades camponesas de Catalão. Seus centros comunitários para reuniões e missas, construídos através de doações e mutirões, também serviram a atividades

de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Porém, com as atividades centralizadas nos centros comunitários, os membros das comunidades camponesas perderam não só a autonomia que lhes davam as relações sociais de trabalho e de produção que havia antes, mas também tiveram costumes modificados, como visitas nas casas dos vizinhos, festas em diferentes propriedades etc. e perderam sua relativa autonomia em relação à Igreja Católica. O espaço físico que serve à Igreja e ao Estado torna-se lugar de centralização, núcleo, no qual tudo, profano e sagrado, ocorre: aulas, missas, festa, reuniões etc. Isto evidencia em um primeiro momento um controle social estatal do meio rural do município de Catalão, e a população legitima este processo através das transformações nas relações sociais de trabalho e produção, mas dependendo da posição e orientação da Igreja, assim como a escola, pode representar um foco de resistência.

O que aqui foi chamado de comunidade camponesa é uma convivência coletiva cotidiana por relações sociais de trabalho e de produção não especificamente capitalista, embora já inseridas em seu sistema global. Justamente por serem territórios com territorialidades diferentes das do capitalismo, a chegada e a imposição de novas relações se faz em meio a conflitos e disputas territoriais. Se nessa fração do território a classe dirigente quer impor-se, há um teor político nas relações da comunidade camponesa com a sociedade capitalista globalizada porque o poder está sendo disputado por outros sujeitos com os sujeitos deste território e que já primeiramente atua nele. Embora os conflitos territoriais sejam próprios das relações humanas, eles não podem ser vistos como *naturais*, porque são resultado de desigualdades de direitos e poderes.

As disputas territoriais no município de Catalão estão vinculadas ao modelo de desenvolvimento do país e das estratégias do Estado para impô-lo, agindo em torno do que é, do que era e do que pode vir a ser uma comunidade. Uma comunidade camponesa é caracterizada por relações de ajuda mútua, vizinhança, solidariedade etc., na produção agropecuária, na relação com a terra. Obviamente, relações de poder e disputas territoriais entre seus próprios membros, internas, ocorrem, uma vez que cada um dos sujeitos que produzem um território tem influências diferentes nele.

A Comunidade Camponesa Cisterna é um território onde são mantidas relações de vizinhança, parentesco, de trabalho com a terra, como estratégia de reprodução social. O fato de propriedades camponesas estarem rodeadas de atividades capitalistas como, por exemplo, plantio de eucaliptos, e de praticá-las, até certo grau, não é suficiente para descaracterizá-las, até porque a distribuição espacial por si só não torna as terras camponesas menos camponesas já que não se pode considerar nenhum território homogêneo. É indispensável compreender

que é o estabelecimento de relações sociais, principalmente, de trabalho que fazem as pessoas do lugar serem ou não camponesas e formarem comunidades.

Na pesquisa de campo, os camponeses e trabalhadores rurais ressaltaram que as atividades de trabalho quanto mais relacionadas ao mercado mais tomam todo o dia, como no cultivo de alho. Isto faz com que a convivência comunitária entre os membros dela fique cada vez mais reduzida. Foi unânime a resposta das famílias quando se questionou como é a relação entre os sujeitos da comunidade: *“quase não vejo os meus vizinho”*. Contudo, eles ressaltam que a festa religiosa da Comunidade Cisterna, as missas mensais e as comemorações que ocorrem na Escola Municipal Maria Bárbara Sucena se constituem em momentos de rever os vizinhos.

As ações do Estado, por meio de suas políticas públicas introduzem mudanças nesses territórios, cada vez mais intensas. As políticas que chegaram à Comunidade Cisterna, mesmo escassas e sustentadas por recursos mais do que limitados, oferecem caminhos padronizados de inserção à lógica da modernização, e não respeitam suas formas de vida e usos do território. Pesquisas futuras serão capazes de compreender melhor esses elementos. Um dos papéis dessa dissertação, certamente, é propiciar o interesse de outros pesquisadores pelo tema das comunidades camponesas, de Catalão (GO) e de outros municípios do Brasil, com ênfase nas relações políticas que ocorrem nesses territórios.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- ARENDT, H. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ARRAIS, T. A. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia: Editora Vieira, 2007a.
- _____. A SUDECO e o desafio do desenvolvimento regional. **Revista Possibilidades**, n.2, outubro de 2004.
- _____. **Apontamentos metodológicos sobre desenvolvimento regional**. Goiânia: no prelo, 2009.
- _____. **O território goiano: uma abordagem quase que contemporânea do desenvolvimento regional**. Belém: Anpur, 2007b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR – 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR – 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2011.
- BARREIRO, I. M. de. **Política de educação no campo: para além da alfabetização**. (1952-1963). São Paulo: Unesp, 2010.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos F. Moisés e Ana Maria Foriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.
- BRANCALEONE, Cássio. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade – Revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**. v. 39 n. 1. s/p, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 5 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.
- BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n.1, p. 11-27, jan/ jun. 2007.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

BUBER, M. **Eu e tu**. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. 2 ed. São Paulo: Moraes, 1974.

_____. **Sobre comunidade**. Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Epílogo: um experimento que não falhou. In: _____. **Caminhos da utopia**. 1949. Tradução de Eduardo Bayer Knopman. (Notas e revisão da tradução de Marcelo Lopes de Souza/2013). Disponível em: < <http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/numero-atual/> >. Acesso em: 2 abril 2013.

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez. 2010.

CEGALLA, D. P. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Nacional, 2005.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2001.

COSTA, C. L. da. **A escola do urbano no campo do município de Catalão/GO**: ensino de geografia nas especificidades do lugar. 304f. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Enciclopédia da legislação de ensino**. V. II, 1954. P. 184-193.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA BÁRBARA SUCENA. **Histórico da Escola**. Catalão: 2013.

_____. **Plano de desenvolvimento da escola**. Catalão: 2009

FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. P. Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2002. (Coleção Leituras Filosóficas).

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMEZ, L. P; CHAUL, N. F; BARBOSA, J. C. **História política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos, 26).

GUIMARÃES, R. R. **As estratégias de resistência camponesa: o movimento camponês popular na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/Campus de Catalão, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova desordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: jul. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA. **Evolução da Pobreza no Brasil (1981-2011)**. n. 492, 2013.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER**. 271f. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2010.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. (Série Trilhas).

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução de M. Bandeira, 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O cativo da terra**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.

MATOS, P. F. de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR (MCP). Disponível em: <
<http://www.mcpbrasil.org.br/>>.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 294f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura: um caso em Catalão (Goiás)**. 1993. 145f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

_____. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. 2001. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. *Revista da UFG, Goiânia, v. 7, n. 01, Não paginada, jun. 2004*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna: uma tentativa de organização da comunidade**. Série Estudos Brasileiros, n ° 3. 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Campanha Nacional de Educação Rural. **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural**, n° 8, ano 6, 1959.

MONTEIRO, R. de M. **Relações de poder, territórios e territorialidades: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário**. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

MOTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: Uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Maringá.

_____. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Rev. Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, Não paginada, out. 2002. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA31/jorgev3n1out.2002.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria A. de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 6 ed. Goiânia: UCG, 1994.

PELÁ, M; MENDONÇA, M. R. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e território em disputa. In: PELÁ, M; CASTILHO, D. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 51-70.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Artigos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/lex170a.htm>>. Acesso em: 30 de abril de 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979. 152p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: USP, 2004.

SILVA, J. M. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. In: Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 91-122.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CATALÃO. **Comunidades Rurais de Catalão**. 2013.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Territórios Rurais da Região Centro Oeste**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2010. (Coleção Cadernos Territoriais).

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Texto para discussão. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEPLAN). Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em: março de 2013.

SOUSA, S. P. de; PEREIRA, J. B. A igreja católica e as organizações e movimentos sociais na Diocese de Ipameri (GO): partilhando utopias. **Rev. Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao> >. Acesso em: 21 fev. 2011.

SOUZA, S. M. R. **Discursos em confronto no/do território da luta pela terra no pontal do Paranapanema: MST e imprensa**. 2005. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra reforma agrária no Governo Lula. **Rev. Pegada**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Presidente Prudente (SP), v. 4, n. 1, jun. 2003. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas e a nova geografia da produção de alimentos**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Geografia%20doTrabalho%202012/Textos-Leitura/texto%202-4%20Thomaz-Destrutivo-volume%205.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2012.

_____. **(Des)realização do trabalho: se camponês, se operário!** (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil). 20p.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. V. 34. São Paulo: Nacional e USP, 1973. p. 96-116.

VALCÁRCEL, J. O. **Los horizontes de la geografía**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VENÂNCIO, M; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA**

Dissertação – O SENTIDO POLÍTICO DE COMUNIDADE: relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO)

Mestranda: Gisele Silva Rodrigues

ANEXO A: Roteiro de entrevista com os/as camponeses/sas da Comunidade Cisterna

Nº _____ Data: ___/___/___

I – Identificação do/a camponês/a e da propriedade

- 1) Nome? Idade?
- 2) Nome da esposa? Idade?
- 3) Tamanho da propriedade?
- 4) Número de filhos? Idade? Onde mora? Profissão dos filhos? Grau de escolaridade dos filhos?
- 5) Situação do camponês/sa? () proprietário () arrendário () ocupante () parceiro
- 6) De que forma adquiriu a propriedade? () herança () compra () concessão de uso
- 7) Há quanto tempo está na propriedade?
- 8) Possui outra forma de renda? Qual?
- 9) Quais as condições da moradia? (Necessita de reformas, de construir outra etc)

II – A produção

- 1) Quais são os produtos cultivados na propriedade? Que área ocupa cada um?
- 2) Quais são os produtos cultivados para o consumo da família?
- 3) Quais são os produtos cultivados para comercialização?
- 4) Qual é a quantidade produzida?
- 5) Qual é a renda aproximada?
- 6) Que animais domésticos são criados na propriedade?
- 7) Possui pecuária de leite? Qual a média de litros por dia?

III – A comercialização de produtos

- 1) Quem compra esses produtos? () consumidores diretos () frutarias () supermercados () feira () outros: qual?
- 2) Quantidade comercializada? () diariamente () semanalmente () mensalmente () anualmente
- 3) Qual é o valor alcançado pelo produto?
- 4) Possui transporte próprio? Qual?
- 5) Em caso de negativo, quem faz o transporte e qual o custo?
- 6) Tem acesso a informações (preço, mercado, exigências do consumidor)?
- 7) Como obtém essas informações?
- 8) Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?

IV – A força de trabalho

1 – Familiar

Número de pessoas

Grau de parentesco: () filhos () Irmãos () esposa

Idade: () menos de 10 anos () 11-15 () 16-21 () 22-27 () 28-33

() 34-39 () 40-50 () acima de 50 anos

Qual o período do ano em que trabalham?

Qual é o tipo de serviço em que trabalham?

2 – Assalariados permanentes

Número de pessoas?

Faixa etária e sexo?

Origem?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Qual é o tipo de trabalho que realizam?

3 – Assalariados temporários

Número de pessoas

Qual é a idade e o sexo?

Qual a origem desses trabalhadores?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Período do ano em que trabalham?

Tipo de serviço que realizam?

Existem outras formas de trabalho? Quais?

V – Tecnologia e técnicas aplicadas

1) Utiliza sementes selecionadas? Quais?

2) Possui máquinas e equipamentos próprios? Quais?

3) Faz adubação?

4) Utiliza agrotóxicos? Que tipo e para que finalidade? Para onde são levados os vasilhames depois de usados os produtos?

5) Como é feita a pulverização?

6) Faz correção do solo?

7) Conta com assistência técnica?

8) Como é feita a assistência técnica?

9) O que é necessário para melhorar a produção? O que deve ser feito?

10) Tem percebido mudanças no meio ambiente (na terra, na água)? Quais?

VII – A organização política

1) Você participa de alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?

2) Qual a importância dessa entidade?

3) Quais são suas perspectivas para com essa entidade?

4) Você participa do Movimento Camponês Popular (MCP)? Em caso de negativo, Por que não participa, e se já ouviu falar sobre o movimento, o que sabe sobre este?

5) Qual é a importância de participar do movimento?

6) O que mudou com a sua inserção ao movimento?

7) Já obteve acesso a alguma política do Estado (PRONAF, por exemplo)? Como? E o que fez com este crédito?

VIII – Os aspectos sócio-culturais

- 1) Que eventos culturais são realizados na Comunidade?
- 2) Com que frequência estes eventos são realizados?
- 3) Você participa destes eventos?
- 4) Qual o sentido dessas atividades para você?
- 5) Quais são as atividades de lazer da família?
- 6) Produz algum tipo de objeto artesanal?
- 7) Possui algum instrumento/ferramenta tradicional (carro de boi, carroça, arado etc)? Qual? Faz uso?
- 8) Como é a relação de vocês com seus vizinhos?

IX – A Comunidade Cisterna

- 1) Qual é a origem do nome da Comunidade?
- 2) Quais são as condições das estradas que dão acesso à Comunidade e às propriedades existentes?
- 3) O que é necessário passar a ter na Comunidade? O que é necessário ir até cidade para conseguir e poderia ter aqui?
- 4) Quais as mudanças tem percebido na Comunidade Cisterna e quais as consequências disso?
- 5) A Escola Maria Bárbara Sucena desenvolve atividades com a Comunidade?
- 6) Não há o ensino médio na escola. Como vê o fato de jovens terem que ir para a cidade terminar os estudos?
- 7) Há visitas da agente de saúde? Se sim, como tem sido?
- 8) Qual a principal dificuldade de se manter no campo?
- 9) Como percebe que os moradores da cidade e o próprio poder público do município vê a população do campo?
- 10) O que a prefeitura do município tem feito para a Comunidade Cisterna?